



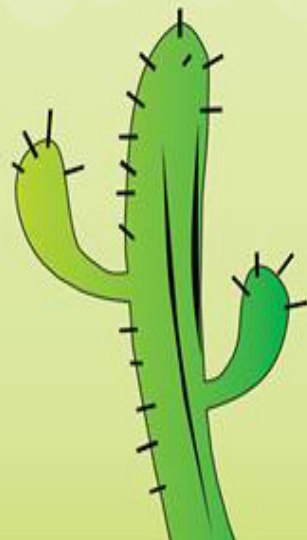
30 ANOS A SERVIÇO
DA JUVENTUDE CAMPONESA



Pastoral da Juventude Rural
PJR Brasil

Breve História da PJR

30 anos a serviço da Juventude Camponesa (1983-2013)
25 anos de PJR Brasil (1988-2013)



Pastoral da Juventude Rural

PJR Brasil

Breve História da PJR

30 anos a serviço da Juventude Camponesa (1983-2013)
25 anos de PJR Brasil (1988-2013)

Expediente

Produção: Equipe Nacional de Formação

Pesquisa: Paulo Cerioli,osfs

Redação: Equipe da PJR Capixaba

Diagramação: J. Vicktor Tigre

Reprodução: PJR Brasil

Contato: secretariapjrbrasil@gmail.com

Site: www.pjr.org.br

Facebook: P Juventude Rural

Contatos:

DADOS DA ARTICULAÇÃO DA PJR NACIONAL

Antônio Josiel Ferreira dos Santos - Secretário Nacional

Secretária Nacional da PJR

Rua Doutor Acácio Figueiredo, 14 - apto. 203

Bairro Monte Santo - Campina Grande - CEP 584000-800 - Paraíba

Fone: (83) 9965.2204

Email: pjr.comunicacao@gmail.com

Sumário

Introdução.....	07
Apresentação.....	09
I – O solo em que nasceu a PJR.....	11
I.1 – Antecedentes Eclesiais (1891 a 1983).....	11
I.2 – Antecedentes Políticos (1945 a 1983).....	24
I.3 – Antecedentes Econômicos (1930 a 1983).....	27
I.4 - Antecedentes Sociais (1930 a 1983).....	29
II – As raízes e o contexto inicial da PJR.....	31
II.1 – Raízes da PJR.....	31
II.2 – Contexto dos anos iniciais (1983-1988).....	33
III – Somos frutos de dois brotos: a constituição da PJR (1983-1988)....	39
III.1 – Onde se alimentam nossas raízes.....	39
III.2 – Um broto que vem do Nordeste, como PJMPR.....	40
III.3 – Outro broto vem do Sul, como PJMR.....	43
III.4 – Buscando seu reconhecimento (1983-1986).....	49
III.5 – Iniciando a articulação da PJR pelo Bloco Sul (1986-1988).....	51
III.6 – A reflexão de nascimento.....	53
IV – PJR Brasil (1988-2013).....	55
IV.1 – Articulação da PJR Brasil e construção da sua Identidade (1989-1993).....	57
IV.2 –Percebendo os seus sujeitos e a sua missão / projeto (1994-1996).....	68
IV.3 – Por uma Terra Livre Brasil (1997-1999).....	77
IV.4 – Desejo de ser uma força social e intervir no campo (2000-2005).....	85
IV.5 – Desejo de se tornar um sujeito político (2006-2007).....	99
IV.6 – Construindo condições para servir melhor os jovens camponeses (2008-2013).....	104
Conclusão.....	117

Introdução

Contar a história é mais que amontoar fatos, contar a história é ao mesmo tempo ver e construir, ler e escrever a nossa própria história. Neste movimento vamos nos sentindo parte/participantes do que foi, nas memórias das companheiras e dos companheiros de luta. A partir daí entendemos o que somos e aumentamos a possibilidade de projetar o que seremos.

Ao celebrarmos os 25 anos de caminhada da PJR Brasil, demos-nos conta de que, apesar de algumas tentativas, ainda não havíamos escrito a história da PJR. Para elaborar este registro resolvemos fazer um levantamento, a partir dos relatórios das reuniões e correspondência no arquivo da Secretaria Nacional.

Optamos por tentar contar a nossa história levando em conta o contexto, pois por ele fomos influenciados e, ao mesmo tempo, tentamos influenciar.

O que aqui apresentamos como resultado está mais para uma cronologia dos acontecimentos do que propriamente narrar a nossa história como PJR. Faltam os dados de como ela nasceu e se desenvolveu em cada uma das regiões e estados. Esta ainda é uma tarefa em aberto e esperamos ainda fazê-la, de qualquer forma, queremos que todos possam se sentir e ser parte desta história.

Apresentação

Fazer história é tarefa de todo homem, pois todo homem sem consciência histórica corre o risco de ficar sem rumo e sem perspectiva.

O presente livreto quer fortalecer a memória histórica dos jovens do meio rural (...). Nele está contida a vida dos jovens rurais (...). Ele é fruto de toda uma caminhada dos jovens.

Para chegar a esta elaboração, por sinal muito simples, a preocupação da equipe encarregada era que ele chegasse a expressar (...) a sua realidade concreta e os seus grandes desejos de mudança dentro da família, da comunidade, da sociedade e da Igreja.

Que todos nós possamos cada vez mais tomar consciência da existência concreta da juventude e que nunca cheguemos a considerá-la “futuro”, mas que possamos reconhecê-la como pessoas concretas que no presente vão preparando o futuro. Conscientes disso, vamos, sempre mais, reconhecer que a juventude rural e toda a juventude tem um espaço no processo de transformação da sociedade e do mundo que todos nós estamos empenhados.

Frei Jessé¹

A caminhada da PJR tem a sua história. E esta história está inserida no processo histórico da Igreja, santa e pecadora, e esta está no contraditório processo histórico da sociedade, demarcado pela sua atualidade. A PJR está no tempo, desde o início da década de 1980. E a PJR atua num determinado espaço geográfico deste planeta Terra, “arca de Noé” no mar do universo, ser vivo (Gaia) e nossa Mãe Terra, o Brasil: atualmente estamos com nossas raízes em 22 estados, só nos faltam o Acre, Amapá, Amazonas, Roraima e o Distrito Federal, esta Jerusalém contemporânea. Estamos, com pelo menos uma raiz, em cada um dos regionais da Conferência Episcopal dos Bispos do Brasil – CNBB, e, como raízes, contribuimos para alimentar a árvore da vida, com a seiva da justiça do Reino, sem sermos muito notados.

O que constatamos nestes anos, em cada uma das gerações que viveu esta pastoral específica, é de que no seguimento de Jesus Cristo, o camponês de Nazaré, o Espírito de Deus sopra onde e quando quer e anima quem está aberto à jovialidade de Deus e a sua opção pelos pobres, que se revela também no rosto da Juventude Rural, e dos povos que vivem na e da terra: os camponeses.

¹Cf. PJMP. Jovens Rurais: quem somos o que fazemos o que queremos. Garanhuns, PE, 1985. p.5

Sabemos que somos protagonistas, sujeitos da história; não vegetais. Mesmo assim criamos uma analogia: percebemos-nos como uma semente boa, que encontrou terra fértil (cf. Marcos 4,8), por isso brotou, com a ajuda do calor do sol (graça de Deus) e lançou raízes que avançam em busca da juventude que está na roça, nossa água da vida, como um umbuzeiro sagrado, que tem suas cisternas vivas (grupos de base) e assim produz frutos, mesmo em tempos áridos, e sombra (acolhida) para quem de nós se aproxima.

Dezembro de 2013
Coordenação Nacional e
Equipe Nacional de Assessores

I - O solo em que nasceu a PJR

Nada acontece por acaso, exige condições materiais e imateriais, trabalho. E existe o tempo certo para fazer a colheita. A PJR se constitui a partir de diferentes condições vivenciadas pelos jovens camponeses naquele momento histórico, que por sua vez, são fruto de contextos anteriores e por isso a emergência da PJR tem diversos antecedentes. Aqui, por opção didática, os organizamos em quatro “blocos”, a saber, eclesiais, políticos, econômicos e sociais, sabendo que na realidade eles estão entrelaçados, como um cipó difícil de descrever, e formam uma totalidade, irrigada pela graça de Deus.

Precisávamos achar um gênese, não tão distante como os autores bíblicos. Optamos, após pesquisar a nossa história, pela data da encíclica que dá início ao Ensino Social da Igreja² moderno, no final do século XIX, pois percebemos que ali poderiam ter-nos visto os pobres da terra, mas permanecemos na invisibilidade.

I. 1 - Antecedentes Eclesiais

Foi em maio de 1891, com a encíclica social **Rerum novarum** (RN) ou “coisas novas”, do papa Leão XIII (1878-1903), que a Igreja Católica Apostólica Romana – ICAR assumiu a **questão social**, sensibilizada pela “condição dos operários”. Este documento reflete uma prática social já realizada pela Igreja, junto aos trabalhadores e trabalhadoras. Neste momento a questão agrária ainda estava na invisibilidade, pois o olhar eclesial, não percebeu a situação dos camponeses, que motivados pela fome e falta de terra, forçou muitos *cafone*³ a partir rumo ao continente americano, sem o conhecer⁴, incluindo o Brasil.

Ao assumir a Arquidiocese de Olinda, em 1916, dom **Sebastião Leme** (1882-1942) escreveu uma carta pastoral que provoca uma mudança na mentalidade católica em relação à participação social e política, ao pro- por levarmos para a rua “bandeiras de ação”.

Em maio de 1931 a encíclica social **Quadragesimo anno**, do papa **Pio XI** (1922-1939), propunha “a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica”,

² Há quem prefira a denominação Doutrina Social da Igreja.

³ Matuto, caipira. Cf. SILONE, Ignazio. Fontamara. São Paulo: Expressão Popular, 2002. p. 23.

⁴ América, América, América, como será essa América ... (verso de canção popular dos imigrantes italianos).

incentivando a ação dos leigos na ordem temporal. Ela foi motivada pela grande depressão da crise de 1929 e condena, por exemplo, os abusos do capitalismo, do livre mercado e da concentração de renda e defende a justiça social. Também tinha percebido que a Igreja tinha perdido os operários, no século XIX. Esta busca de atuação no mundo, inspirada no Evangelho, levou ao surgimento da **Ação Católica**, que só se tornou oficial em 1938, pelo papa Pio XI, ao dar a ela uma direção central. Mas em Portugal, por exemplo, ela já existia desde 1932. Em 1935 a Ação Católica, denominada depois de Ação Católica Geral, passou a atuar no Brasil, impulsionada por dom Sebastião Leme, agora bispo do Rio de Janeiro desde 1930⁵. A Ação Católica tinha iniciado em 1924, inaugurando a categoria do católico militante que assume as consequências sociais de sua fé, mas o reconhecimento oficial só aconteceu depois do movimento ser comprovado pela prática.

Em 1936, dom Sebastião Leme promove a 1ª **Semana de Ação Social** na Arquidiocese do Rio de Janeiro e confia a sua coordenação a senhora Stella de Faoro. Na sua fala ela apresenta a diferença entre ação social e assistencialismo: ação social é inspirada pela necessidade das pessoas, é preventiva, distinguindo-se da prática caritativa ou curativa; o assistencialismo leva o remédio ao indivíduo atingido pelo mal, enquanto a obra social procura conhecer a sua causa, para combater o mal em sua fonte.

O papa Pio XI já havia alertado que a Igreja não poderia perder os camponeses assim como ela perdeu os operários no século XIX. Os olhos da Igreja se voltam para os sujeitos do campo, os vendo como o “seu rebanho” a ser protegido, sem ter a compaixão por este povo, por não perceber ainda as suas demandas. A Igreja estava preocupada com ela mesma. Em 1949 excomunga os católicos que colaboram com os comunistas e socialistas; posicionando-se assim na guerra fria (URSS x EUA)⁶. E em 1955 estabelece o dia 1º de maio como dia de São José operário, o

⁵Foi ele que convenceu o presidente a entregar o poder aos revoltosos, na “revolução de 1930”. Fez vários acordos com Getúlio Vargas, entre eles o feriado de 12 de outubro e a não participação dos padres na política partidária ficando apenas na orientação dos eleitores católicos.

⁶União das Republicas Socialistas Soviéticas (Comunismo) x Estados Unidos da América (Capitalismo)

trabalhador, o que levou ao entendimento de Jesus ser o operário de Nazaré.

Em 1947, por intermédio de padre **Hélder Câmara** (1909-1999), entra no Brasil a **Ação Católica Especializada**⁷, com a JOC – Juventude Operária Católica, e, aos poucos, acontece uma passagem da Ação Católica Geral para a Ação Católica Especializada, que se conclui em 1955⁸, agora mais comprometida com os trabalhadores, por isto alcunhada por alguns de “comunista”, a qual assume na sua ação pastoral o método de reflexão denominada “Ver Julgar Agir”⁹, como parte de um método pastoral de transformação da realidade, a partir de uma leitura crítica. É o tempo da juventude católica se organizar por especificidade, na JAC, JEC, JIC, JOC e JUC (agrária, estudantil, independente, operária e universitária). Aos poucos, em vários países, incluindo o Brasil, começa a surgir uma “esquerda católica”, que busca romper a aliança da Igreja com a situação vigente, e a mesma vai ganhando hegemonia neste movimento eclesial, isto por volta de 1957, quando passa a ter uma leitura mais estrutural da sociedade, na JUC e na JEC, e no início dos anos 1960 na JOC e na JAC. No Brasil, em 1967¹⁰, é fechada a Ação Católica, por decreto

⁷A primeira fase da Ação Católica foi denominada de Ação Católica Geral, e o papa Pio XI o apoiou porque viu neste movimento leigo um instrumento de mobilização contra as ideologias do materialismo e do liberalismo. Ela era vista como uma extensão da hierarquia e a ela submissa (na Segunda Semana Nacional, em 1946, ainda estava assim). A segunda foi a Ação Católica Especializada, sob a orientação do papa Pio XII, e passa a ser entendida como cooperação e colaboração (cf. BORAN, Jorge. O futuro tem nome juventude. São Paulo: Paulinas, 1994).

⁸Com a aprovação dos estatutos da Ação Católica Especializada pelos bispos do Brasil.

⁹Padre Leon Joseph Cardijn (1882-1967) percebe que, com a revolução industrial, a religião não é mais o centro de tudo e passa a ser hostilizada como “ópio do povo”. A Igreja tem dificuldade de acesso com os operários. Para que a Igreja possa sair do templo e ir ao encontro do povo, onde ele se encontra, necessita de uma nova metodologia, pois a dedutiva tradicional não serve mais, e aposta nos leigos. Este método de evangelização, para ser utilizado pelos jovens dentro das fábricas, partia da realidade, da vida dos jovens (ver), confrontava os desafios levantados com a fé (julgar) e daí apontava para uma ação de transformação do meio como compromisso da fé (agir). Religião tornou-se mais que “desobriga” (ir na missa e receber os sacramentos). Este método ajudou a mudar a espiritualidade, ao unir a fé a vida, e inclusive era utilizado para se fazer a “revisão de vida”.

¹⁰Cf. Artigo de Jeferson de Campos Barreto, pela UFPB, “A organização da Juventude Rural Católica. O contexto sócio-histórico que resultou no trabalho laico da Igreja Católica com a juventude rural nordestina (1930-1960)”. P. 26

de dom Vicente Scherer (1903-1996)¹¹, então na CNBB, sob a suspeita de infiltração marxista. A mesma suspeita também levou ao fechamento dos Institutos Superiores de Pastoral Catequética – ISPACs¹². Parte dos militantes da Ação Católica vai para outros espaços de atuação, enquanto outras partes continuam atuando, às vezes, trocando de nome, mas cada vez com uma ação “mais católica”.

Portanto, em 1947 começou a JAC – **Juventude Agrária Católica** no Brasil, quando o padre Hélder Câmara, então no Rio de Janeiro encarrega a jovem Ângela Neves, desta tarefa, e, a partir de 1950, começou a se espalhar por todo o país. Mas o pioneiro da Ação Católica Rural no Brasil foi **José de Medeiros Delgado** (1905-1988), como padre, em Campina Grande, na Paraíba, e depois, como bispo¹³, em Caicó, no Rio Grande do Norte, isto já na metade dos anos 1930. Atuava em duas frentes: evangelização e cooperativismo, este como instrumento de formação e progresso aos pequenos e médios agricultores.

Em 1949 o padre **Eugênio Sales**¹⁴ (1920-2012), da arquidiocese de Natal, RN, cria o SAR – Serviço de Assistência Rural com o objetivo de elevar a vida da população interiorana, proporcionando-lhes condições para que conduzissem o seu próprio desenvolvimento. Esta iniciativa se tornou no “Movimento de Natal”.

Em 1950, o padre Hélder Câmara¹⁵ organizou na Universidade Rural, no interior do Rio de Janeiro, uma formação para presbíteros rurais de todo o país. E a JAC organiza na Diocese de Campanha, MG, a 1ª Semana Ruralista para discutir a questão agrária brasileira.

Mas foi apenas em 1954 que, os bispos do Brasil, na 2ª Assembleia Geral da **CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, constituída dois anos antes (1952), autorizaram a mesma a falar sobre **Reforma Agrária**: disseram que ela é “oportuna e necessária”, mas deve ser “gradativa”, “ponderada e firme”.

¹¹Arcebispo de Porto Alegre de fevereiro de 1947 a setembro de 1981, mas fica até dezembro. Foi eleito, em Roma, presidente do Secretariado Nacional do Apostolado Leigo, em 24 de setembro de 1964, e Vice-presidente em 1968.

¹²Cf. STOFFEL, José Carlos. História, Teologia e Prática do CECA: uma contribuição pra o ecumenismo. Tese de Mestrado em Teologia. p. 14.

¹³Foi sagrado bispo em 1941.

¹⁴Foi sagrado bispo em 1954.

¹⁵Foi sagrado bispo em abril de 1952.

No Brasil, em 1955, acontece a Conferência no Rio de Janeiro, da Conferência Episcopal Latino Americana - **CELAM**, que orienta para a difusão do Ensino Social da Igreja, educação da consciência social, ação dos leigos na promoção humana e a questão indígena. Em 1956 é constituída a **Cáritas Brasileira**.

Em 1960, Ângela Neves, da JAC do Brasil, é eleita presidente da MI-JARC – Movimento Internacional da Juventude Agrária e Rural Católica, no Congresso realizado em Londres, Inglaterra.

Na década de 1960 começa um trabalho de alfabetização – conscientização do povo brasileiro, especialmente no nordeste, que levou o educador popular **Paulo Freire** (1921-1997) a elaborar, já no exílio, a **Pedagogia do Oprimido** (1970), obra na qual apresenta o povo como sujeito do seu processo de libertação, revela a relação dialética existente entre o oprimido e o opressor e a introjeção do opressor pelo oprimido, por causa da hegemonia cultural. Esta reflexão fomentou o Trabalho de Base, através de grupos de reflexão e ação, visando à passagem de uma consciência intransitiva ou fechada, geradora de domesticação, para uma consciência transitiva ou aberta (crítica), que gerava o protagonismo. Isto através do método prática – teoria – prática, que levava as pessoas a refletir sobre a sua prática e a agir levando em conta a realidade conhecida, a partir de uma situação que gerasse o debate sobre as contradições, chamado de “tema gerador”. Em vista da alfabetização dos camponeses é constituído, em março de 1961, o MEB - **Movimento de Educação de Base**.

Neste mesmo ano, em maio de 1961, o papa **João XXIII** (1958-1963), na encíclica social **Mater et magistra** (MM) ou mãe e mestra, assume o método de reflexão “Ver Julgar Agir” como método da Igreja (MM, 235), fala do problema agrário e dos agricultores serem protagonistas, aponta para a necessidade de organização dos sindicatos no campo e assim dá seu apoio a JAC. João XXIII definiu o método como o melhor para a formação nos princípios da justiça social, este que mais tarde foi consagrado pela Igreja latino-americana, que se desfiou a: conhecer a situação concreta de seu povo, examinar essa realidade à luz da Palavra e da doutrina da Igreja e, por fim, agir “de acordo com as circunstâncias de tempo e de lugar” (MM, 236). E lembrava ainda que é necessário “que os jovens, não só conheçam esse método, mas o empreguem, concretamente, na medida do possível, a fim de que os princípios adquiridos não permaneçam para eles no campo das ideias abstratas, mas sejam traduzidos na prática” (MM, 237).

No entanto, aqui no Brasil, também em 1961, a CNBB se pronuncia sobre “A Igreja e a situação do meio rural brasileiro” e recomenda, de forma não declarada, para a ACR - Ação Católica Rural, a JAC - Juventude Agrária Católica (masculina) e a LAC - Liga Agrária Católica (feminina) a se contrapor às **Ligas Camponesas**¹⁶ que tinham surgido em Pernambuco e estavam atuando no nordeste e avançando para outras regiões do Brasil, em sua luta pela organização dos camponeses em favor da Reforma Agrária.

Também em 1961 aconteceu o I Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores, organizado pela JOC; o II Congresso não pode ser realizado por causa do golpe militar de 1964. Ainda em novembro de 1961 aconteceu o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte, que elaborou uma pauta conjunto onde reivindica, entre outras propostas, a desapropriação de áreas não aproveitadas acima de 500 hectares, para Reforma Agrária.

Em 1962 tem início o **Concílio Vaticano II**, o qual findado em 1965. Este Concílio nos convida a ser: uma Igreja povo de Deus, baseada na colegialidade; a ter um diálogo com as outras Igrejas e também com o mundo moderno; e a nos inserir na sociedade¹⁷, sendo fermento. Durante a seção de encerramento do Concílio, em 1965, acontece o **Pacto das Catacumbas**, em Roma, onde bispos de todos os continentes assumem o compromisso de ser a “Igreja dos pobres”, como tinha proposto o papa João XXIII. Entre eles estava o saudoso dom Hélder Câmara, bispo que, anos mais tarde, incentiva a constituição da Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP, abrindo espaço para a juventude ser protagonista deste processo em construção.

Em abril de 1963 o papa João XXIII apresenta a encíclica social **Pacim in terris** (PT) ou paz na terra, onde fala do dever de participação na vida pública e de harmonização entre fé e ação temporal. Isto animava o engajamento dos cristãos no mundo.

Em março de 1964 realizou-se em Petrópolis, RJ, o primeiro encontro de teólogos latino-americanos, segundo o irmão marista **Antonio Cechim** (1927): podemos dizer que este encontro foi o germe da Teologia da Libertação. Uma teologia que abrange toda a teologia, pensada a partir

¹⁶As primeiras surgiram em 1945, mas se desenvolvem a partir de 1955, quando fazem em Recife, PE, o Congresso de Salvação do Nordeste e, no mesmo ano, o I Congresso de Camponeses.

¹⁷Constituição pastoral *Gaudium et spes*, sobre a Igreja no mundo atual, de dezembro de 1965.

da periferia e do pobre, que nasce se contrapondo a uma Teologia da Revolução, que abrangeria parte da teologia, a exemplo da Teologia do Político europeia. E em 1966, em Mar del Plata, na 10ª reunião do CELAM, dom Hélder Câmara, diz que a Igreja deveria “ser um testemunho de amor ao próximo e anunciasse uma Boa Nova de libertação diante de uma realidade de injustiça e desrespeito à dignidade da pessoa”.

Em 1965, em vista de uma caminhada mais conjunta da ICAR – Igreja Católica Apostólica Romana, no Brasil, a CNBB faz um Plano de Pastoral de Conjunto, que vigora até 1978, para “Levar todos os homens à plena comunhão com o Pai e entre si em Jesus Cristo no dom do Espírito Santo pela mediação da Igreja”.

Em setembro de 1965, o tema central da Assembleia Geral da CNBB foi a Ação Católica. Os bispos dom **Candido Padim**¹⁸ (1915-2008) e dom Hélder Câmara defenderam os jovens¹⁹, pois outros bispos queriam impedir a ação dos leigos na ordem temporal. A CNBB subordinou a Ação Católica ao bispo diocesano para impedir ou dificultar a militância política. Isto levou a JUC, em 1966, a dissociar-se da hierarquia e, seis meses depois, ela praticamente não existia mais.

Em março de 1967 o papa **Paulo VI** (1963-1978), numa encíclica sobre o “desenvolvimento dos povos”, denominada **Populorum progressio** (PP), apresenta os critérios para um cristão apoiar uma revolução²⁰. No ano anterior, em 15 de fevereiro, tinha morrido em seu primeiro combate, na Colômbia, o padre guerrilheiro Camilo Torres (1929-1966) que se integrou no ELN – Exército de Libertação Nacional²¹.

¹⁸Era o assistente nacional da Ação Católica de 1962 a 1965. Ele foi um dos fundadores da JUC no Brasil.

¹⁹Diz dom Candido Padim, em 1965, na Assembléia Geral da CNBB, realizada em Roma: “Vejo um paradoxo no fato de exigir, por um lado, a sacralização temporal e, por outro, impedir os leigos [jovens] de cumprirem sua tarefa. Não vejo, pois, a possibilidade de estabelecer uma linha correta para a Ação Católica se os bispos desejam que ela se abstenha de uma ação na ordem temporal”. No final desta reunião dom Padim já não era mais o assistente da Ação Católica.

²⁰“Caso de tirania evidente e prolongada que ofendesse gravemente os direitos fundamentais da pessoa humana e prejudicasse o bem comum do país”. PP 31

²¹“Sou revolucionário, como colombiano, como sociólogo, como cristão e como sacerdote. Como colombiano, porque não posso estar alheio às lutas de meu povo. Como sociólogo, porque graças ao conhecimento científico que tenho da realidade, cheguei à convicção de que as soluções técnicas e eficazes não são alcançadas sem uma revolução. Como cristão, porque a essência do cristianismo é o amor ao próximo e somente pela revolução se pode conseguir o bem da maioria. Como sacerdote, porque a entrega ao próximo que a revolução exige é um requisito do amor fraterno, indispensável para celebrar a eucaristia” disse Camilo ao assumir a luta armada.

Em julho de 1968, no Peru, acontece uma fala sobre Teologia da Libertação, enraizada nas noções bíblicas de pobreza. E em novembro de 1968 acontece a aplicação do Vaticano II para a América Latina na Conferência de **Medellín**, na Colômbia. Ela nos convoca a implementação da Justiça e da Libertação. A caminhada da Igreja passa a ser influenciada por um novo jeito de ser Igreja, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e a prática pastoral passa a ser alimentada pela Teologia da Libertação, que ensaia uma *libertação da teologia*²², faz uma opção pelos pobres num continente marcado pela opressão e retoma e aprofunda o método da ação católica, que passa a ser assumido como o método da Igreja no continente latino-americano. Anteriormente, em 1961, este método já tinha sido assumido pela Igreja como método do Ensino Social da Igreja, na *Mater et magistra* (MM).

Em 1968 inicia a *Pastoral dos Pescadores*, em Olinda, PE, que só foi reconhecida nacionalmente em 1976, com a ajuda de dom Hélder Câmara.

A JOC, praticamente termina, em 1968, por três motivos: crise interna, repressão política e falta de apoio / condenação da hierarquia, pois no período de 1962/64 quando deixou de acentuar seu caráter juvenil e passou a tomar posição (entrou no mérito da luta de classe) e a participar nos movimentos sociais, deixou de ser querida pelos bispos.

No governo Médici (1969-1974) a repressão atinge duramente os jovens organizados, incluindo prisão e tortura. Em 26 de maio de 1969, sequestram, torturam e matam, no Recife, o padre **Antonio Henrique Pereira Neto** (1940-1969), assessor da JEC e auxiliar de dom Hélder Câmara, provavelmente o primeiro padre assassinado pela ditadura militar.

Em 1969, a JAC, numa reunião do seu Conselho Nacional, concluiu que não podia haver classes sociais diferentes em seus grupos de base, e definiu que a sua tarefa era mobilizar e organizar as massas pobres do campo. Este foi seu último gesto de radicalidade, pois pouco tempo depois foi extinta²³. Seus militantes buscam outros espaços de atuação e acabam influenciando, por exemplo, no surgimento da CPT em 1975, e no surgimento da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - Assesoar, no sudoeste do Paraná. Mas alguns grupos já tinham começado a se dissolver a partir de 1965, pela falta do apoio eclesial e medo da repressão. A

²²Titulo de um livro de Juan Luis Segundo, de 1975

²³Cf. BORAN, Jorge. O futuro tem nome de juventude. p. 36.

partir de 1997, antigos militantes passaram a se encontrar no ENEJAC – Encontro Nacional de Ex-Jacistas²⁴, mostrando assim que parte da juventude da década de 1950/1960 continua atuando.

Em 1969 surge uma das obras que iniciam a **Teologia da Libertação**²⁵: “Cristianismo, ópio ou libertação?” de **Rubem Alves** (1933); em 1970, “Da sociedade a teologia” de **Juan Luis Segundo** (1925-1996); em 1971, “Teologia da Libertação: perspectivas” de **Gustavo Gutierrez** (1928), considerado por muitos o pai da teologia da libertação, e “Opresão-libertação: desafio dos cristãos”, de **Hugo Hasmann** (1933-2008); e em 1973, “Teologia desde a práxis da libertação” também de Hugo Hasmann.

Na década de 1970 muda a posição dos bispos brasileiros em relação à questão agrária. Desde o ano de 1950, quando saiu a carta pastoral “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a Reforma Agrária”, do bispo de Campanha, MG, os bispos brasileiros apelavam para o bom senso dos fazendeiros católicos para que se antecipasse à Revolução Comunista, que poderia ocorrer, caso nada fosse feito. Agora os bispos se dirigem prioritariamente aos trabalhadores, propondo que eles se tornem os protagonistas de sua história e denunciam com veemência a violação dos Direitos Humanos do Povo do Campo²⁶.

Em maio de 1971 a carta apostólica **Octagesima advenias** (OA), de Paulo VI, convoca os católicos para a ação política. Em novembro de 1971 acontece o **Sínodo pela Justiça no Mundo**, lembra a todos que a justiça faz parte da missão da Igreja e nos convida a assumir a defesa dos Direitos Humanos. Os bispos da Amazônia escrevem a carta “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social”, em outubro de 1971, divulgada no dia da ordenação episcopal do missionário **Pedro Casaldáliga** (1928).

Em 1972 foi constituído o Conselho Indigenista Missionário – **CIMI** e é

²⁴É um evento de confraternização e estudo entre pessoas que se conheceram na JAC: um movimento de jovens do meio rural que trabalhava pela organização e formação da juventude camponesa, cujas atividades foram interrompidas pela ditadura militar. O primeiro foi em 1997 e em 2010 aconteceu o VI, em Fortaleza, CE, com participação dos estados de CE, BA, PB, PE, PR, RS, RJ, RN e Brasília. Em novembro de 2012 irá acontecer o VII ENEJAC em Foz do Iguazu, PR. Vide: <http://novoblogdoenejac.blogspot.com.br>

²⁵Ela pode ser distinguida em fases: fase de preparação (1962-1968); fase de elaboração (1969-1975); fase de sistematização (1976-1984); fase de popularização (1984-1985); fase de catacumbas e da revisão crítica (1985-...).

²⁶Cf. CNBB. Igreja e questão agrária no início do século XXI. Estudos da CNBB, 99. nn. 13-18.

publicado o livro “Jesus Cristo Libertador”, de **Leonardo Boff** (1938), influenciado pela Teologia do Político europeia, apimentada pela realidade latino-americana contraditória: somos um continente cristão e pobre (empobrecido). Em junho de 1975 é constituída a Comissão Pastoral da Terra – **CPT**, em Goiânia, GO, como um serviço aos lavradores (camponeses), especialmente contra a ação dos grileiros, e em 1976 é constituída a Pastoral Operária – **PO**, que contribuiu com a organização de um sindicalismo desatrelado do Estado e, neste mesmo ano, é reconhecida pela CNBB a **CPP** – Comissão Pastoral dos Pescadores.

Em maio de 1973 alguns bispos do nordeste escrevem a carta “Eu ouvi os clamores do meu povo” denunciando a opressão existente no nordeste e no centro-oeste brasileiro e afirmando que a raiz do males é o capitalismo; com assessoria do padre **José Comblin** (1923-2011) que, a pedido de dom Hélder Câmara e dom **José Maria Pires** (1919), ajudou na implementação de seminários rurais, com base na **Teologia da Enxada**²⁷ surgida em 1969. Neste mesmo ano, em dezembro de 1973 os bispos e missionários da Amazônia publicam a carta “Y-Juca Pirama – o Índio: aquele que deve morrer”. Também em 1973 é constituído o **CEHILA** – Comissão para o estudo da história da Igreja na América Latina e Caribe, que atua na área da história, e também o **CECA** – Centro de Evangelização e Catequese, em Caxias do Sul, RS, na época ligado a ICAR²⁸, que atuava na área da catequese libertadora, coordenado pelo padre **Orestes Straglioto** (1928-2002), que atuou no **COM** – Centro de Orientação Missionária, responsável especialmente pela formação de missionário leigos e leigas, criado em 1970.

Bispos e de assessores, aos poucos dão origem a posteriormente denominada **Pastoral da Juventude Geral**. Já em 1973 acontece o 1º Encontro Nacional, no Rio de Janeiro, considerado o berço da Pastoral da Juventude - PJ. Em 1975 aconteceu o 2º Encontro Nacional, também no Rio de Janeiro. E em 1977 acontece o Concílio de Jovens, em Lins, São Paulo.

Em 1975 é publicada a obra “Espiritualidade da Libertação”, de Segundo Galilea, que vincula a contemplação cristã ao compromisso com os pobres via opção política (partidária) e via opção profética, que é mais radical,

²⁷Ela tem por base de reflexão a realidade dos agricultores e das famílias camponesas. Esta centrada no embasamento bíblico. É uma evangelização inculturada e uma forma mais popular da Teologia da Libertação ao evitar conceitos filosóficos a fim de permanecer mais próximo a cultura camponesa. Visava a formação de missionários para atuarem junto ao povo nordestino.

²⁸Atualmente é uma entidade ecumênica, com sede em São Leopoldo, RS.

pois esta vai além da opção política.

Mas em dezembro de 1975, o papa Paulo VI convoca todos os católicos para a Evangelização, pela **Evangelii nuntiandi** (EN). Também em 1975, no Brasil, acontece o primeiro Encontro Nacional das CEBs, em Vitória, ES; encontros que se tornaram espaços de reflexão e animação em favor de uma prática libertadora: se ensaiava o rosto da Igreja da Caminhada, da Libertação.

Em outubro de 1976 a CNBB faz uma “Comunicação pastoral ao povo de Deus” (Documento CNBB, 8), denunciado o sequestro de dom **Adriano Hipólito** (1918-1996), em setembro, e outubro a tentativa do assassinato de dom Pedro Casaldáliga, atentado que resultou no assassinato do padre **João Bosco Penido Brunier**²⁹ (1917-1976) em 11 de setembro. Esta comunicação marca o começo de virada da posição da Igreja: quem tinha cantado em 1964 Glória pelo golpe militar, passa a questioná-lo, possibilitando assim a ampliação das denúncias de torturas.

Em fevereiro de 1977 a CNBB publica “Exigências cristãs por uma ordem política” (Documento CNBB, 10) que para muitos foi um sinal de que a Igreja apoiava a mobilização ou luta contra a ditadura ao sinalizar um processo de redemocratização da sociedade.

Em 1978 acontece o 3º Encontro Nacional da PJ, agora em Brasília/DF, com hegemonia do centro-sul do Brasil. Já se fala em Pastoral da Juventude Orgânica. E neste ano, no Rio Grande do Sul, acontece o “Ano dos Mártires”, organizado pelo irmão Antonio Chechim, que foi a base para a **Missa da Terra Sem Males**, de dom Pedro Casaldáliga, rezada em 1979. Ainda em 1978 é publicada a obra “Teologia e Prática”, de **Clodovis Boff** (1944), onde está descrito o método da teologia da libertação, através das mediações: sócio-analítica (ver), hermenêutica (julgar) e pastoral (agir). Não podemos nos esquecer que é neste ano que o papa **João Paulo II** (1978-2005), que vinha da resistência católica ao socialismo, na Polônia, inicia o seu pontificado.

Em Olinda, em 1979 a PJMP – Pastoral da Juventude do Meio Popular faz o seu 1º Encontro Nacional de animadores jovens e adultos do meio popular, com a participação de 19 dioceses, onde debatem o protagonismo e a especificidade, abrindo caminho para o surgimento da Pastoral da Juventude do Meio Popular Rural - PJMP-R ou Pastoral da Juventude do Meio Rural Popular. Em 1980, acontece em São Paulo, o 2º Encontro

²⁹A Casa da Juventude Padre Burnier – CAJU, é uma homenagem a ele.

Nacional. A PJMP é formada por militantes cristãos e, ser do meio popular, indica uma opção de classe, e defendem a unidade entre história da sociedade e história da salvação e uma metodologia que vise um compromisso transformador do jovem pobre em seu meio (campo e cidade).³⁰

Em 1979, no México, acontece a Conferência de **Puebla**, nos convidando a viver a “comunhão e participação”. Ela confirma a caminhada proposta por Medellín, em 1968, e faz uma opção pelos pobres e também uma opção pelos jovens, com o termo “preferencial” para dizer que não era exclusiva. Mesmo assim, Puebla contribui para o fortalecimento das CEBs e das pastorais que se colocavam a serviço do povo, como a CPT e o CIMI. Mas, não podemos nos esquecer do vento favorável do movimento de massa que reiniciou no Brasil a partir de 1978. Isto contribuiu na caminhada da década de 1980.

Em abril de 1979 a CNBB lança o Documento 15 com as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral (1979-1982)³¹, reformulado sob a inspiração de Puebla, onde se propõe a “Evangelizar, a sociedade brasileira em transformação, a partir da opção pelos pobres, pela libertação integral do homem, numa crescente participação e comunhão, visando a construção de uma sociedade fraterna, anunciando assim o Reino definitivo”. Neste ano a CNBB publica “Subsídios para uma política social”.

Em 30 de outubro de 1979 acontece o assassinado de **Santo Dias da Silva** (1942-1979), agente de pastoral e lutador do povo, cuja vida se tornou referência para muitos militantes cristãos: exemplo de pai de família, de companheiro, de operário, de cristão participante de uma comunidade e de lutador do povo.

Também em 1979 se organiza o **CEBI** – Centro de Estudos Bíblicos e se populariza o método popular³² de interpretação da Palavra de Deus, compreendendo a Palavra (verbo encarnado) como um dos alimentos para a caminhada. Não podemos nos esquecer que neste ano é publicado o livro³³ “Da libertação: o sentido teológico das libertações sócio-históricas”, pela editora Vozes, onde contem o artigo “Teologia da libertação: o mínimo do mínimo” iniciando assim o processo de popularização desta teologia da Igreja pensada a partir da periferia e enraizada na opção pelos po-

³⁰Cf. PJMP espaço aberto para te acolher. P.2-4.

³¹Antes delas teve o Plano de Emergência (1962), o PPC – Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970), atualizado em 1974.

³²Pretexto – Contexto - Texto

³³Os autores são Clodovis Boff e Leonardo Boff.

bres ou injustiçados. No ano seguinte já sai sua segunda edição.

Em 1980 o papa João Paulo II faz a sua primeira visita ao Brasil e em 14 de fevereiro a CNBB aprova “Igreja e problemas da terra” (Documento 17), onde atualiza e se posiciona sobre a questão agrária brasileira, chamando a atenção sobre a concentração “a terra de todos como terra de poucos” e distinguindo entre “terra de exploração” e “terra de trabalho”.

Neste ano de 1980 se dá em 24 de março o assassinato, em El Salvador, de dom **Oscar Romero** (1917-1980), bispo que se converteu ao perceber as necessidades de seu povo e passou a apoiar os seus padres mais engajados. Mesmo ano em que a Frente Sandinista de Libertação Nacional – **FSLN**, da Nicarágua, faz um comunicado onde afirma que “não há contradição entre cristianismo e revolução”.

Em setembro de 1981 o papa João Paulo II escreve uma encíclica sobre o trabalho humano intitulada **Laborem exercis** (LE), apresentando o trabalho como “chave da questão social”, subordinando a ele o capital.

Em agosto de 1981 a CNBB lança “Reflexão sobre a conjuntura política” (Documento 22) onde convida os católicos a construir um modelo democrático, livre e participativo. Também neste ano de 1981, dom **Sinésio Bohn** (1934) e o padre **Hilário Dick** (1937), jesuíta, assumem a assessoria nacional da Pastoral da Juventude até 1983, procurando ser um apoio e uma presença na organização da juventude católica.

Em 1982 surge a Pastoral da Juventude Estudantil - **PJE**, mas com o nome de Pastoral Secundarista e a CNBB lança, em novembro, um documento sobre as Comunidades Eclesiais de Base (Documento 25), se posicionando sobre este “novo jeito de ser Igreja” que ousava anunciar “o jeito de toda a Igreja ser”. A CNBB retoma este assunto em maio de 2010 através de uma “Mensagem ao povo de Deus sobre as Comunidades Eclesiais de Base” lembrando que elas “continuam sendo um sinal da vitalidade da Igreja”.

Também em 1982 aconteceu o 3º Encontro Nacional da PJMP, com a presença de 18 estados do Brasil, em Juazeiro³⁴. Nele a PJMP se define formada pelos jovens das classes exploradas, visa a ajudar os jovens a se reconhecerem como membros desta classe e favorecer a atuação dos jovens do meio popular nos bairros, nas escolas, nos locais de trabalho, entre outros, pois “precisamos uma pastoral específica de cada meio social”,

³⁴Este Encontro nacional era para ser realizado na Diocese de Bonfim, na BA, em 1981, mas foi adiado. Apenas aconteceu uma reunião em Vitória, ES.

afirmava dom **Marcelo Cavalleira**³⁵ (1928).

E assim chegamos em 1983.

I. 2 - Antecedentes Políticos

Em 1945 cai a ditadura do Estado Novo (1937-1945) e aumenta a influência dos Estados Unidos no Brasil. Como resposta ao modelo industrial dependente e ao projeto de desenvolvimento, cada vez mais subordinado ao capital internacional, vão se gestando organizações da classe operária, via movimento sindical atrelado ao Estado, dos camponeses que despertam na luta pela posse da terra (via arranca capim) e pela reforma agrária, bem como organizações dos estudantes através do movimento estudantil.

Em 1945 surgem no nordeste do Brasil as **Ligas Camponesas**, movimento que persistiu no país até 1964. Com a proscrição do PCB em 1948 houve uma queda organizativa neste movimento, que inicia sua expansão no Engenho Galiléa, em Vitória do Santo Antão, PE, em janeiro de 1955, e em 1960 já estavam em 13 estados brasileiros.

O ascenso do movimento de massas que teve início na década de 1950 gerou conscientização e elevou a organização operária, camponesa e estudantil, culminado na luta pelas reformas de base, no início dos anos 1960, entre elas a Reforma Agrária e a distribuição de renda.

Em 1959, a Revolução Cubana tornou-se um marco, para os que buscam um projeto alternativo ao do capital. Lá fazem a reforma agrária e isto deixa em alerta tanto os latifundiários como os sem-terra de toda a América Latina, e, ao mesmo tempo, coloca lenha no fogo do embate capitalismo x socialismo x solidarismo³⁶.

No Brasil, os camponeses, em 1963, constroem a **CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, na busca de um instrumento para aglutinar sua luta pelas reformas de base. Isto foi um feito, pois em 1962 só havia um sindicato rural devidamente reconhecido. Neste ano os bispos conseguiram com o presidente João Goulart (1919-1976), em seu breve mandato³⁷ (1961-1964) que autorizasse o Ministério do Traba-

³⁵Cf. PJMP espaço aberto para te acolher. P.2-4.

³⁶Uma espécie de terceira via, a partir da DSI. Defendida por alguns católicos.

³⁷Apelidado de Jango, foi presidente no sistema parlamentar (61-62) e presidencialista (63-64); foi eleito como vice de Jânio Quadros em 1960. Para o meio rural, como governo reformista, defendeu a democratização do acesso a terra (reforma agrária) e o estatuto do trabalhador rural (lei de 2 de março de 1963), bem como o combate ao analfabetismo, através do “Método Paulo Freire”.

lho a reconhecer os sindicatos rurais³⁸. Deu-se uma corrida de formação de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, pela Igreja, pelas Ligas Camponesas, pelo PTB – Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965) e pelo Partido Comunista (1922), que culminou na constituição das federações estaduais e da confederação em pouco mais de um ano.

O golpe civil militar de direita, realizado em 1º abril de 1964, interrompeu esta “onda” de organização popular, apesar das tentativas de resistência, na cidade e no campo, inclusive armadas, que perduraram até a década de 1970.

Em 1965 os partidos políticos foram dissolvidos e por força da lei foram criados dois novos partidos: a ARENA – Aliança Renovadora Nacional e o MDB – Movimento Democrático Brasileiro, na época denominados o partido do “sim, senhor” e o partido do “sim”, respectivamente. Aos poucos o MDB foi migrando para a oposição a ditadura.

No plano internacional **Che Guevara** (1928-1967) é preso e assassinado na Bolívia, em 1967, e há boatos que ele chegou à Bolívia passando pelo território brasileiro e que estava preparando lá o apoio a resistência armada contra a ditadura.

No Brasil se dá a adoção da **Doutrina de Segurança Nacional** que afirma que os inimigos do Brasil estão dentro da pátria. Esta ideologia leva os militares a dar um golpe no golpe, em 1968, e a declaração do Ato Institucional nº 5 ou AI-5 que levou a radicalização da repressão, prendendo, torturando e assassinando, levando o povo organizado a apelar para a luta armada, com várias tentativas, sendo a última derrotada em 1976. Foi um tempo de repressão, de tortura³⁹, de atentados⁴⁰, de assassinatos⁴¹, de desaparecidos políticos e de exílio.

Na madrugada de 27 de maio de 1969 é encontrado o corpo do padre **Henrique**, no campus da Cidade Universitária, em Recife, PE, com marcas de tortura. Ele tinha sido sequestrado no dia anterior. Padre Antonio Henrique Pereira Neto, não tinha ainda completado 29 anos (era de 28/10/1940), e atuava junto à juventude, os conscientizando sobre a situação em que vivia o país, com o apoio de dom Hélder Câmara. A polícia

³⁸A possibilidade da sindicalização rural já era previsto no decreto-lei 7048, desde 1944, assinado por Getúlio Vargas. Mas passaram a ser reconhecidos a partir de 1962.

³⁹Frei Tito e outros dominicanos foram presos em 1969.

⁴⁰Atentado a bomba na sede da OAB e da ABL em 1976, por exemplo. Teve também o do Riocentro em 1981.

⁴¹Carlos Mariguella foi assassinado em 1969, Carlos Lamarca em 1971 e a Chacina da Lapa aconteceu em 1976, entre tantas outras.

reprimiu o cortejo rumo ao Cemitério da Várzea, perto da Ponte da Torre, por causa dos comícios relâmpagos feitos pela juventude. Ele se tornou o “mártir da juventude”, que cantou a oração de São Francisco de Assis: “E é morrendo que se vive ...”.

Os jovens que saíram da JUC e fundaram a Ação Popular – **AP**, em 1962, também aderem a luta armada em 1971, e posteriormente foram derrotados. Não aconteceu o apoio popular esperado.

Apesar das tentativas de resistência, desde o golpe militar a luta popular entrou em descenso. Restou apenas o trabalho de organização e educação de base, realizado pela sociedade civil, incluindo a ICAR. Agentes de pastoral assumiram a causa dos índios (CIMI, 1973), a causa dos lavradores ou camponeses (CPT, 1975), a causa dos operários (PO, 1976) e o movimento popular comunitário, organizando os trabalhadores urbanos em seu local de moradia, especialmente as mulheres, através de associações comunitárias e das CEBs.

Em 1974 inicia a campanha pela anistia dos presos políticos e em 1977 é retomado o movimento pelo fim da ditadura. No plano internacional se dá a derrota dos EUA no Vietnã em 1976, sinalizando que o Império pode ser derrotado.

Em 1978 reaparece o movimento de luta contra a carestia (panelas vazias), o que leva o movimento comunitário para as ruas e os operários metalúrgicos do ABC inicia uma campanha pela reposição salarial que leva a greve neste mesmo ano. Nas eleições a ARENA, partido que apoia os militares é derrotada.

Na roça, 1979 é marco da retomada da luta pela terra em vários pontos do Brasil: os sem-terra retomam a luta pela reforma agrária. Estas lutas levam, com a ajuda da CPT, a constituição do **MST** – Movimento Sem Terra, em 1984. Mas é bom destacar que sempre ocorreram movimentos isolados de resistência de “posseiros” contra o avanço dos “grileiros”, disputando assim as terras denominadas de devolutas.

Isto marcou o início de um novo ciclo de ascenso de lutas de massa que se alimentava de pequenas vitórias como a conquista, em agosto de 1979, de uma anistia “parcial, restrita e recíproca” apesar da reivindicação ser por uma anistia “ampla e irrestrita” e em novembro são extintos os partidos criados pela ditadura (ARENA e MDB) e propondo uma reforma partidária. A vitória do povo na Nicarágua, também em 1979, sob o comando da FSLN, serviu de mística neste momento de luta.

Esta retomada passa a construir um projeto democrático e popular e passa a construir espaços de militância, incluindo a fundação, em 1980, da ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais, que incentivaram o sindicalismo combativo, e do **PT**, o Partido dos Trabalhadores que tem a tarefa, naquele momento, de dar a direção da implantação do Projeto Democrático Popular, mas só consegue o seu registro provisório em 1982.

Em 1983 havia várias esferas de atuação social e política: associações comunitárias, sindicatos, movimentos populares e, finalmente, partidário já que o recorte era eleitoral: voltar a ter eleições para presidente e, fazer as reformas de base que tinham sido impedidas em 64.

I. 3 - Antecedentes Econômicos

Em 1930 aconteceu uma “revolução” e em 1932 uma “guerra civil” para alterar o modelo econômico: o Brasil deixou de ser “agroexportador” e passou a ser “industrial dependente”, mas sempre capitalista e sem fazer as transformações estruturais: aconteceu uma modernização conservadora. Isto levou a um deslocamento do povo do campo, especialmente do nordeste, para o centro-sul, em busca de emprego e, ao mesmo tempo, o governo procurou manter baixos os preços dos alimentos para manter o salário mínimo baixo, provocando um repasse de valor do campo para a cidade.

O governo de Getúlio Vargas estabelece como prioridade a ocupação do território nacional e lança o programa Marcha para Oeste, incentivando a ocupação de terras devolutas. Mas só receberiam a posse definitiva da terra após derrubar a floresta, plantar, produzir e viver no lote por seis anos. Muitos acorreram. Com a queda do governo em 1945 cai junto o programa e começa o litígio entre grileiros e posseiros.

Os conflitos armados pela posse da terra passam a eclodir. Em 1944, no norte do Paraná, são fundadas suas Associações de Lavradores, reunindo cada uma em torno de 270 famílias. São provavelmente as mais antigas do país. Isto num tempo em que os sindicatos dos trabalhadores rurais ainda não eram reconhecidos. Isto contribuiu com o surgimento das Ligas Camponesas em vários recantos do país. Com o acirramento do conflito, no norte do Paraná, aconteceu a guerrilha de Porecatu (1947-1951), com apoio do PCB.

Após a segunda guerra mundial (1942-1945) a indústria bélica se torna indústria agrícola: as fábricas de tanques passam a produzir tratores e as fábricas químicas passam a produzir venenos (herbicidas e fungicidas) para serem utilizados na agricultura.

Na década de 1950 iniciou a tentativa da construção de um Projeto Nacional, via desenvolvimentismo. Isto levou a constituição do BNDE(s) – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (só mais tarde acrescentaram o Social) para financiar, em 1952, e a criação da Petrobrás em 1953, pressionada pelo clamor da rua “o petróleo é nosso” e, em 1959, com a criação da Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, bem como a criação das empresas estatais na área de siderurgia, telefonia e energia elétrica. A base do desenvolvimento foi o norte-americano através da indústria automobilística.

Para combater a “revolução vermelha”, comunista ou socialista, que ameaça se espalhar no continente latino-americano a partir da revolução em Cuba (1959), implementando a reforma agrária, passa a ser anunciada uma “revolução verde”, nos anos de 1960, com seus pilares “científicos”: máquinas e implementos agrícolas (física); adubos inorgânicos e venenos (química) e sementes híbridas (biologia). Para envolver a juventude nesta revolução o governo criou os “clubes 4S” que incentivavam a construção de roças experimentais e promoviam atividades culturais de competição, especialmente gincanas. Aos pequenos agricultores havia três caminhos: a resistência no campo, a cooptação ao novo modelo agrícola ou o abandono do campo para vender a sua mão de obra, especialmente na construção civil.

O Estatuto da Terra (1964) ajudou a dar suporte para a criação das empresas rurais. Esta política só foi alterada, sem mudar o rumo, pela entrada do agronegócio, especialmente no sul do Brasil, com suas sementes transgênicas, na década de 1990, revelando assim que os interesses dos camponeses e dos empresários rurais são contraditórios e antagônicos.

Isto levou a uma mudança cultural no campo. Com a entrada da agricultura dita “empresarial”, levando a uma maior artificialização da agricultura e sua dependência da indústria gerou a marginalização dos pequenos agricultores e elevou o êxodo rural, estes trabalhadores tornaram-se os construtores das cidades (pois muitos vão atuar na construção civil) e “exercito de mão de obra” por um lado, e fomentou a migração para as frentes de colonização rumo ao centro-oeste e norte. Ao mesmo tempo o

governo arrojava os preços dos alimentos agrícolas para manter baixo o salário nas fábricas. Foi o início da agricultura dita convencional e o início da atuação do capital no campo através de agroindústria e da integração nela de agricultores.

I. 4 - Antecedentes Sociais

Com a urbanização crescente da sociedade, por causa do modelo industrial dependente implantado a partir de 1930, cada vez mais os jovens da roça são deslocados para os centros urbanos para servirem de mão de obra barata e, ao mesmo tempo, cresce a idéia de que o rural representa o atrasado, em oposição a cidade vista como moderna, e quem vive no campo é “jeca-tatu”, apresentado inicialmente como uma praga responsável pelos problemas da agricultura⁴² (é uma caricatura do caboclo brasileiro que lhe apresenta como atrasado).

Os jovens camponeses passam a ter vergonha de ir para a cidade e os que vão, tendem a negar a sua raiz camponesa se trans-vestindo de urbanos. Mas, no seu espírito, a referência continua a ser o campo, eis a razão de tanto sucesso da música caipira nos programas matinais de rádio nos pequenos municípios.

A mudança de modelo econômico (1930) favoreceu a migração interna, seja do campo para a cidade (êxodo rural), seja do nordeste para o sudeste, especialmente São Paulo. Em apenas 40 anos teve uma inversão entre a porcentagem da população no campo e na cidade: em 1940 tinha 31% na cidade e 69% no campo e em 1980 tinha 32% no campo e 68% na cidade, aumentando as periferias e multiplicando os problemas sociais.

No campo, a situação piorava com a ausência de políticas públicas, que levam as pessoas a acreditar que só era possível ter direitos na cidade. As que lá chegam são pensadas a partir da cidade, isto é, “para o campo”. No campo faltava atendimento à saúde, as estradas não eram consertadas, as escolas fechadas e os jovens levados para a cidade, ... Tudo sinallizava para o esvaziamento do campo.

⁴²Jeca Tatu é um personagem na obra *Urupês*, de Monteiro Lobato (1882-1948). Sai em artigos no jornal *O Estado de São Paulo*, em 1914.

II - As raízes e o contexto social da PJR

No capítulo anterior apresentamos o solo onde as sementes que deram origem a PJR foram plantadas, em vários recantos do Brasil. Os brotos que nasceram foram se alimentando do que já existia, o que permitiu o surgimento de novas sínteses. A partir de agora vamos descrever aonde as raízes da PJR buscaram os nutrientes básicos que a constituem.

II. 1 - Raízes da PJR

As raízes da PJR chegam até a Ação Católica Especializada - **ACE**, especialmente à Juventude Agrária Católica – JAC, que após o golpe militar de 1964, foi minguando até se extinguir. Contribuiu com seu desmonte o decreto episcopal de dom Vicente. Muitos militantes, para continuar a sua ação, formaram organizações que se colocam a serviço dos camponeses. A PJR herdou da ACE: a organização por grupos de base, visando à ação; o método de reflexão “ver julgar agir”; a especificidade (meio rural); e o compromisso que leva a intervenção na sociedade (militância).

Nossas raízes chegam também à **Frente Agrária**⁴³ feita pela Igreja Católica na década de 1960, para combater o avanço das Ligas Camponesas⁴⁴ e incentivar o sindicalismo rural, fundando ao mesmo tempo o Sindicato Rural ou patronal e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR, que passaram a ter papel assistencialista através do Funrural⁴⁵. A Frente Agrária Gaúcha – FAG (1961), por exemplo, no final dos anos 1970 e início dos anos de 1980 desenvolveu uma metodologia denominada **TAPA** – Treinamento de Ação Pastoral que ajudou a juventude do campo a compreender o funcionamento da sociedade e a razão da sua crescente exclusão, bem como o desejo de ser protagonista.

No nordeste havia outras organizações que trabalhavam com os camponeses, como por exemplo, a ACR – Animação dos Cristãos no Meio Ru-

⁴³Feita pela Igreja para combater o comunismo: elas defendiam a harmonia entre as classes, afirmando que as diferenças entre patrão e empregados sempre existiram e sempre existirão, enquanto os comunistas defendiam a luta de classe.

⁴⁴Foram derrotadas e sua organização extinta pelo golpe militar.

⁴⁵Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural, criado em 1963. Na sede do sindicato funcionava atendimento médico e, em alguns lugares, odontológico.

ral⁴⁶, fundada em 1965, em Pernambuco, pelo padre José Servat⁴⁷, com o jornal “Grito do Nordeste”. Também atuava na organização sindical e em favor da reforma agrária, para não dar espaço para as Ligas Camponesas.

Anos depois, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, fundada em 1975 para se colocar a serviço dos camponeses, não atuava com a juventude e quando atuava os tratava como adultos, o mesmo fazia o movimento social do campo, pois um jovem com cadastro ou lote é tratado como adulto.

O Ascenso do movimento de massa e a caminhada eclesial libertadora permitiram o envolvimento da juventude. Isto criou as condições para a retomada do trabalho com a Juventude Camponesa. Este foi promovido especialmente pela PJ no sul e pela PJMP no nordeste brasileiro. Por causa da especificidade da juventude do campo surgem da primeira a PJMR em 1983 e da segunda a PJMP-R e a PJMRP⁴⁸ na mesma época e ainda, o trabalho feito pela EFARA, na Bahia, com apoio da ACR, a partir de 1984. Uma sem saber da outra, mas aos poucos se encontram. A o nome que dá a sigla PJR, que se torna comum a todas em 1988, aparece pela primeira vez em outubro de 1984, num artigo de Érico Hickman. Mas no capítulo seguinte iremos conhecer melhor esta história.

Her damos a concepção de Igreja do Vaticano II (1962-1965), pois nos assumimos como **povo de Deus a caminho**, na colegialidade, no diálogo com a sociedade e demais igrejas e na inserção no mundo, sendo fermento, visando viver uma “igreja dos pobres” (pacto das catacumbas). Somos herdeiros da caminhada da Igreja encarnada no continente latino-americano, a partir de Medellín (1968) orientada pela evangélica “opção pelos pobres”, bem como do Ensino Social da Igreja que coloca o trabalho como chave da questão social (LE). Somos herdeiros da caminhada das **CEBs** que ajudou a ler a Bíblia, a desvelar as raízes da sociedade (árvore do capitalismo), a perceber a necessidade de relações horizontais (nos sentamos em círculos e estabelecemos serviços), a compreender valores cristãos que se contrapõem aos valores do capital⁴⁹, e a assumir uma ferramenta

⁴⁶Há registros de sua atuação no Nordeste entre 1965 e 1978 (Ferraro), vinculada a CNBB. Há lugares onde atua até hoje (2009)

⁴⁷Veio para o Brasil a convite de dom Hélder Câmara.

⁴⁸Pastoral da Juventude do Meio Rural Popular. Encontrado um relatório dela, falando da visita do Frei Jessé, em Alagoinhas, na Bahia.

⁴⁹No político: Serviço x Poder; No econômico: Partilha x Acumulação; No social: Irmanados x Individualismo; No ideológico: abertura ao projeto de Reino x Fechamento do projeto desumano do capital.

de construção do Reino de Deus⁵⁰. Finalmente nos sentimos herdeiros da **Teologia da Libertação**⁵¹, na sua versão pastoral, que nos ajudou a valorizar o profetismo (denúncia, anúncio e testemunho), a fazer memória do martírio aprendendo a gastar a vida pelos outros através do serviço, a aprofundar o nosso método de reflexão compreendendo as mediações⁵² (MSA – MH – MPP); colocando-nos como continuadores de uma Caminhada de Libertação, iniciada no Êxodo, por causa da opção de Deus pelos injustiçados e empobrecidos, num continente dito cristão, mas oprimido e injustiçado.

Também somos herdeiros da **Educação Popular**, principalmente, do jovem e da jovem (povo) ser sujeitos do processo, exercendo seu protagonismo; da necessidade da formação da consciência social e política; e do método prática teoria prática.

Mas nossas raízes e heranças chegam ao manancial ou aquífero jesuânico, isto é, ao que Jesus de Nazaré disse e fez, ao seu Evangelho do Reino, que aprendemos como Povo de Deus a caminho rumo a terra prometida por Jhwh ou Javé, o Deus da libertação.

II. 2 - Contextos dos anos iniciais

A PJR nasceu em 13 de março de 1983 e demorou até 1988 para se articular nacionalmente. Veremos adiante que a PJR nasceu simultaneamente em lugares diferentes do Brasil: era o momento adequado para esta semente germinar. Mas vamos trazer presente o contexto que influíram nestes primeiros passos.

No Brasil o ano de 1983 é marcado com a construção do movimento sindical autônomo, com a constituição da Central Única dos Trabalhadores – CUT. Até então todo sindicato necessitava de autorização do Ministério do Trabalho, portanto era atrelado ao governo. E a luta popular consegue tirar a Doutrina de Segurança Nacional da Lei de Segurança Nacional, mas a legislação permanece. Assim vão se criando as condições para a derrocada da ditadura iniciada em 1964.

Neste ano a CNBB lança Diretrizes Gerais da Ação Pastoral – Diretrizes Gerais da Ação Pastoral (até 1986) com o objetivo de “Evangelizar o

⁵⁰Eclesial – Popular – Popular Específica – Sindical – Político (Partidário) - ...

⁵¹Nascemos no momento de sua máxima popularização.

⁵²Mediação Sócio analítica (Ver) – Mediação Hermenêutica (Julgar) – Mediação Prático Pastoral (Agir).

povo brasileiro em processo de transformação socioeconômica e cultural, a partir da verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem, à luz da opção preferencial pelos pobres, pela libertação integral do homem, numa crescente participação e comunhão, visando à construção de uma sociedade mais justa e fraterna”. Também em 1986 a CNBB cria o **Setor Juventude**⁵³ e nomeia o padre **Jorge Boran**⁵⁴, espiritano, como assessor nacional (até 1990), substituindo o padre Hilário Dick nomeado em 1981. Também em 1983 aconteceu o 1º Encontro Nacional dos Grupos de Jovens.

Em abril de 1983 é publicado o Documento da CNBB “Catequese renovada” que propõe uma interação entre **Fé e Vida** e que propõe o método “ver julgar agir” para a catequese (Documento 26). Também em 1983 acontece o 4º Encontro Nacional da PJ, também em Brasília e o 5º acontece no ano seguinte (1984), em Goiânia, GO.

Em junho de 1983 é publicado no Jornal Mundo Jovem⁵⁵ um artigo de padre **João Bosco Schio**⁵⁶ (1923-2006) sobre a origem da Juventude Agrária Católica – JAC, no Brasil: “JAC transformando o meio rural”. Neste mesmo número é publicado um relato de uma reunião que aconteceu em março do mesmo ano, em Três Passos, como veremos adiante.

Em janeiro de 1984 constitui-se o MST e em agosto deste mesmo ano, uma greve de 400 mil canavieiros no nordeste, revela que o campo também está em luta. Acontece também a Campanha “Diretas, Já!”, contribuindo no avanço da democratização. Neste período no campo já avançava o “sindicalismo combativo” que procurava transformar os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STR em ferramenta de luta dos direitos dos agricultores e das agricultoras, bem como dos jovens rurais, em vez de ser um posto do Funrural e guarida do “sindicalismo pelego”, pois tinham deixado de organizar os seus associados e a fazer lutas em prol dos seus interesses. Há uma luta pela sindicalização das mulheres e dos jovens. Este é o berço do Departamento Rural da CUT.

Em agosto de 1984 a CNBB lança o documento “Nordeste: desafio à missão da Igreja no Brasil” (Documento 31) declarando a solidariedade da Igreja ao povo que sofre e declarando seu apoio as lutas populares na região.

⁵⁴No Brasil desde 1969.

⁵⁵Mundo Jovem, Ano XXI, Número 155, pp. 2-3. Neste mesmo Jornal sai o primeiro artigo da atual PJR.

⁵⁶Assessor da JAC Diocesana de 1962 a 1964, a JAC Nacional de 1964 a 1967 e a JAC latino-americana de 1967-1970. Participou em 1975 da criação da CPT e a coordenou no RS de 1975 a 1988.

Também em agosto de 1984 a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé edita a “Instrução sobre alguns aspectos da teologia da libertação” que começa declarando na sua introdução que o “Evangelho de Jesus Cristo é mensagem de liberdade e força de libertação” e, ao mesmo tempo, adverte sobre possíveis perigos em certas formas da teologia da libertação, alertando que isto não deve ser “interpretado como desaprovação” e nem pode “servir de pretexto para aqueles que se refugiam numa atitude de neutralidade e de indiferença diante dos trágicos e urgentes problemas da miséria e da injustiça”. A mídia anunciou a condenação da Teologia da Libertação.

Também em 1984 é publicado o caderno “Teologia da Libertação, o que é?”, pelas Vozes, em uma coleção denominada “da base para a base”, e, o livro “Beber no próprio poço: itinerário espiritual de um povo” de Gustavo Gutierrez, que revela uma espiritualidade que nasce e jorra da prática de libertação dos pobres. Neste ano é publicada a obra “Martírio memória perigosa na América Latina hoje” onde revela mais de 100 mártires nos últimos 20 anos, havendo 10 brasileiros entre eles; mas a obra já nascia desatualizada, pois novo sangue derramado já regava a memória dos que se importa com a vida, como por exemplo, o de Margarida Alves.

Começa a ser concebida a Coleção “Teologia e Libertação” que deverá sair em 50 volumes, subdividida em 05 séries: ... (série I); O Deus que liberta o seu povo (série II); A libertação na história (série III);... (série IV) e Desafios da vida na sociedade (série V). Destes foram publicados: Escatologia cristã (III/10 - 1985); A trindade e a sociedade (II/5 - 1986); Teologia da Terra (V/4 - 1988); por exemplo.

A ONU declara 1985 o **Ano Internacional da Juventude** e nele acontece o primeiro Dia Nacional da Juventude – **DNJ**, com o tema “Construindo uma Nova Sociedade” e, em 1986, o DNJ teve como tema “Juventude e terra: rumo à terra prometida”. No final deste mesmo ano o papa anuncia que irá acontecer o Dia Mundial da Juventude, sempre no domingo de ramos, a partir desta data.

Em 15 de janeiro de 1985 se dá o fim da ditadura militar, iniciado em 1º de abril de 1964: foram 21 anos de ditadura, que exigiram anos de luta pela democratização. Neste processo de luta foram construídos vários instrumentos, entre eles, o Partido dos Trabalhadores, que naquele mo-

mento assumiu a tarefa de implantação do Projeto Democrático Popular⁵⁷, que teve seu cume no embate eleitoral de 1989 onde se acirrou a disputa entre o projeto dos trabalhadores e o projeto das elites. Embate em que os trabalhadores foram derrotados pelos analfabetos políticos que se deixaram envolver pela boataria de então. Em 1992 acontece o “Fora Collor!” com o movimento dos jovens “caras pintadas”.

O término da ditadura militar coloca fim a uma séria de tensões entre governo (Estado) e CNBB (Igreja), pois o sonho dos militares era prender o clero na sacristia e colocar um general no seu comando. A Igreja, que no início apoiou o golpe, acabou apoiando o processo de redemocratização e fez, a partir da década de 1970, a defesa dos índios, dos lavradores⁵⁸ e dos operários (via Cimi, CPT e CPO, respectivamente), por exemplo. Mas brotavam na realidade novo-velhos problemas, assumidos pela Campanha da Fraternidade, como: fome (1985), reforma agrária (1986), menores abandonados (1987), racismo (1988), manipulação da comunicação (1989), machismo (1990), desempregos (1991), moradia (1993), por exemplo.

Em janeiro de 1985 o MST declara em seu I Congresso Nacional que “ocupação é a única solução” para garantir a implementação da Reforma Agrária, em Curitiba/PR, e em outubro deste mesmo ano acontece à ocupação da Fazenda Annoni, um dos marcos da luta pela terra no Brasil.

Em março de 1985 é publicada a notificação sobre o livro “Igreja, carisma e poder: ensaio de eclesiologia militante”, do frei Leonardo Boff, publicado em 1981. A notificação afirma que ele “põem em perigo a sã doutrina da fé”. Leonardo é condenado a um ano de “silêncio obsequioso”. Aproveitando-se desta notificação, a mídia desencadeou uma nova campanha declarando a condenação da Teologia da Libertação e o mesmo o fizeram alguns setores da ICAR.

Em abril de 1985 os bispos, após refletir sobre “A Liberdade cristã e a libertação” escrevem uma carta aos agentes de pastoral onde apresentam os aspectos positivos da evangelização libertadora, mostram falhas e tensões e propõem caminhos de superação. E nos lembram que o tema da libertação é profundamente bíblico e que existe uma autêntica Teologia da

⁵⁷Democrático por lutar contra a ditadura e pela implementação de democracia e popular por defender o povo como sujeito do processo e desejar implementar as reformas de base não realizadas na década de 1960.

⁵⁸Na época não cabia bem denominá-los de camponeses por causa da memória das Ligas Camponesas.

Libertação. Também em abril desde ano a Comissão regional de Jovens, do RS, publica uma palestra “sobre a teologia da libertação”.

Em 1985 é publicado pelo CELAM o livro “Civilização do Amor: tarefa e esperança”⁵⁹, retomando a expressão “civilização do amor” do Documento de Puebla (1979) e lhe dando um conteúdo “conciliador” enquanto no Brasil, nas pastorais da juventude transpiram militância.

Em janeiro de 1986 o **CEPIS** – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae publica um caderno de educação popular intitulado “O que é teologia da libertação”. Neste ano a Vozes publica “Como fazer Teologia da Libertação”, com imprimatur do cardeal dom **Paulo Evaristo Arns** (1921), na mesma coleção que em 1984 tinha publicado “como trabalhar com o povo: metodologia do trabalho popular”.

Em março de 1986 é publicado **Libertatis conscientiais** sobre a liberdade cristã e a libertação. E em abril do mesmo ano o papa João Paulo II escreve uma **Mensagem aos Bispos do Brasil** onde afirma que “faz parte da missão da Igreja preocupar-se, de certo modo, das questões que envolvem o homem do berço ao túmulo, como são as sociais e sócio-políticas” e “a teologia da libertação é não só oportuna, mas útil e necessária” (5). Neste mesmo mês a CNBB publica “por uma nova ordem constitucional” (Documento 36) apoiando a elaboração de uma nova constituição para o Brasil, com participação popular.

Em maio de 1986 a CNBB publica “Pastoral da Juventude no Brasil” (Estudos 44) e a PJR pela primeira vez é citada num documento episcopal. Ali se fala da Igreja “deixar-se evangelizar pelo jovem” e de isto ser a “garantia da juventude da Igreja”. Convida os jovens a “lutar em favor dos jovens cuja vida está ameaçada”, o que indica uma opção pelos jovens empobrecidos, e a “recusar tudo o que oprime” e a “mudar a sociedade”. E aponta para a necessidade de “nucleação e preparação de militantes”. Neste ano aconteceu o 6º Encontro Nacional da PJ.

Também, em 1986 o papa João Paulo II inicia a Jornada Mundial da Juventude – **JMJ**, em Roma, na Itália, e em abril de 1987 a **JMJ** aconteceu em Buenos Aires, na Argentina, onde a PJR também se fez presente.

Em 1987 acontece a Assembleia Nacional Constituinte que produz, com forte mobilização popular, a Constituição Cidadã, aprovada em outubro de 1988. A sociedade se envolveu na elaboração de propostas, uma delas em favor da reforma agrária, e na realização de abaixo-assinados

⁵⁹Em 2012 sai uma nova versão deste documento: “Civilização do Amor: projeto e missão”.

para aprovação das mesmas, ação que revelou o protagonismo juvenil. Também em 1987 é publicado “O que é teologia da libertação” pelas edições paulinas, tradução de uma obra argentina de 1985.

Em julho de 1987 aconteceu o 7º Encontro Nacional da Pastoral da Juventude, já denominado de Assembleia Geral da PJ, pois nele o “encontro passou a ter caráter de assembleia” por pressão do protagonismo juvenil, e as outras pastorais da juventude eram convidadas para dele participarem.

Em agosto de 1987 as Diretrizes Gerais da Ação pastoral da CNBB (1987-1990) tinham por objetivo “Evangelizar o povo brasileiro em processo de transformação social, econômica, política e cultural, anunciando a plena verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, pela libertação integral do homem, numa crescente participação e comunhão, visando formar o povo de Deus, participar da construção de uma sociedade justa e fraterna, sinal do Reino definitivo” (Documento 38).

Em dezembro de 1987 o papa João Paulo II publica a sua encíclica social **Sollicitudo rei socialis** (SRS) ou a solicitude social, onde defende o direito da destinação universal dos bens, colocando a posse como direito natural e a propriedade como fruto da sociedade⁶⁰.

Em abril de 1988 a CNBB publica “Igreja: comunhão e missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura” (Documento 40). Nele a Igreja re-assume o princípio da primazia do trabalho sobre o capital e o direito de organização sindical e animam os trabalhadores a “lutarem pela justiça social”. Lembra ainda a necessidade dos católicos aprenderem a fazer análise da realidade e estimulam o engajamento no mundo da política a partir da opção pelos pobres, inclusive na política partidária.

⁶⁰Conforme São Tomás de Aquino (1225-1274), teólogo escolástico.

III - Somos fruto de dois brotos: a Constituição da PJR (1983-1988)

A PJR é fruto do movimento da sociedade, da caminhada da Igreja e, principalmente, das demandas da juventude camponesa. Ela nasce da necessidade vivida e sentida pela juventude camponesa e impulsionada pelo Evangelho de Jesus, enraizado na própria vida do jovem camponês de Nazaré.

Ela é constituída, em 1983, por causa da sua especificidade. Jovens do meio rural, de ambos os sexos, afirmam: somos camponeses, filhos e filhas da Mãe Terra, e queremos permanecer na terra, pois terra é mais do que terra; somos cristãos comprometidos com o Reinado do Pai; e nos entendemos como militantes, sujeitos no processo histórico.

Vamos apresentar um pouco do solo onde nascemos, bem como as nossas várias raízes e os nossos primeiros passos, que iniciaram, em mais de um local, em regiões diferentes do Brasil. O momento brotação da PJR começa em **13 de março de 1983** e culmina na realização do I Seminário Nacional da PJR (1988), apesar de continuar sempre brotando aqui e acolá.

III. 1 - Onde se alimentam as nossas raízes

Não podemos nos esquecer de que a PJR tem dois brotos mais viçosos de nascimento: um no RS, como Pastoral da Juventude do Meio Rural - PJMR, e outro do Nordeste (PE, AL, RN e PB) como Pastoral da Juventude do Meio Popular Rural – PJMPR. Ambas simultaneamente, no início da década de 1980, no bojo do ascenso do movimento de massa, mas em movimentos independentes, uma sem saber da outra. Em 1984 a PJMR passou a se denominar Pastoral da Juventude Rural – PJR, nome assumido mais tarde pela raiz nordestina.

A motivação eclesial, em ambos os brotos, foi a opção pelos jovens e a opção pelos pobres, reforçada por Puebla em 1979, e a necessária articulação da Fé com a Vida, cuja interação foi assumida oficialmente, até pela catequese em 1983. A necessidade sentida foi a existência de jovens da roça que se sentiam deslocados nas pastorais da juventude existente (PJ e PJMP), por serem da roça: a sua vida e sua demanda não entrava na pauta destas pastorais; e, quando se davam a conhecer, sofriam preconceito por serem “da terra”, o que os levou a criar um expressão de

afirmação de sua identidade: Não é preciso ser filho de doutor, jovem da roça também tem valor⁶¹. Infelizmente, o espaço eclesial reproduzia a visão social.

Sabemos que somos fruto de várias raízes⁶² que alimentam dois brotos. Ambos nasceram praticamente na mesma época, em 1983, em lugares diferentes do Brasil: um no nordeste (RN, PB, PE e AL) e sua rama foi tomando conta do Nordeste ao se alastrar para o oeste (CE) e o sul (BA, SE); e o outro no Sul (RS) que foi se alastrando para o norte (SC, PR, SP, RJ) e o oeste (MS, RO, GO). Vejamos cada um destes brotos:

III. 2 - O broto que vem do Nordeste, como PJMP Rural

O trabalho pastoral com a juventude camponesa no nordeste “reinciou” em julho de 1978, em Recife/PE, com o surgimento da Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP, organizada por militantes que haviam participado da ação católica especializada, desarticulada pela ditadura militar de 1964.

O contexto do final dos anos 70 foi marcado pelo fortalecimento das lutas sociais e políticas na América Latina. Na ICAR aconteceu a Conferência de Puebla, em 1979, onde se reafirma a “opção preferencial pelos jovens” e a “opção preferencial pelos pobres”. No Regional Nordeste II, que abrange Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, sob o incentivo de dom Hélder Câmara, estava em construção uma organização pastoral na qual o pobre era sujeito histórico de libertação e já se falava até em uma “teologia da enxada” e depois em uma “teologia do povo”.

No I Encontro Nacional da PJMP, realizado em Olinda/PE, em 1979, perceberam a necessidade de fortalecer o **protagonismo juvenil**, pois até este momento as coordenações eram assumidas por adultos, e fazer uma atuação pastoral levando em conta a **realidade específica** dos jovens. Surge desse debate a necessidade da PJMP-R ou PJMP-Rural, quando em 1982, por ocasião do Encontro das Comissões Diocesanas, realizado em João Pessoa/PB, fez-se uma revisão da caminhada da PJMP no regional: os jovens rurais presentes levantaram questionamentos em torno da necessidade de se começar a discutir a organização de uma pastoral, que partisse dos problemas vivenciados pelos jovens do campo.

⁶¹Refrão da letra composta por Adelino Gatto, de Tapera, RS, a partir do debate existente entre os jovens e as jovens rurais organizados em grupo.

⁶²Para conhecê-las leia o Capítulo II.

Estes questionamentos passaram a ser assunto de discussão nas dioceses, sobretudo aquelas onde predominava a presença de jovens rurais, e na Comissão Regional da PJMP.

No encontro das Comissões Diocesanas, em 1983, realizado em Olinda, como resultado do debate ocorrido nas Dioceses e na Comissão Regional, os jovens resolveram criar espaços para discutir os problemas específicos de cada meio: urbano (periferia) e rural. Neste encontro ocorreram atividades em conjunto e atividades separadas por causa da especificidade. Os jovens do meio rural decidiram fazer um encontro seu no próximo ano.

“A experiência animou os jovens rurais e no ano seguinte (1984), também em Olinda, aconteceu o que ficou denominado 1º Encontro de Jovens Rurais, pois a PJMP-R se separa da PJMP, porque esta tem dificuldade em respeitar a sua especificidade. Neste encontro se discutiu a necessidade de se criar meios para a organização dos jovens rurais. Foi escolhida uma pequena comissão regional em caráter provisório, integrada por jovens das Dioceses de Garanhuns e Nazaré da Mata em Pernambuco e Campina Grande na Paraíba. Também neste encontro se discutiu a possibilidade de frei Cícero dos Santos Jessé (1954-1995), irmão franciscano que atua na Diocese de Garanhuns, passar a acompanhar a referida comissão”⁶³.

Assim nasce a Pastoral da Juventude do Meio Popular Rural - PJMP-R, fazendo seu encontro em 1984 e em 1985 constituindo uma Comissão Regional, com representantes de PE e PB e que depois se estendeu para AL e RN. Se considerarmos o momento da decisão, no berço da PJMP, ela germinou em 1983, mesmo ano que germina o broto que se alastra pelo sul do Brasil.

Em 1985 e 1986 foram dados passos significativos no processo de articulação e organização da PJMP-R, passando a estar em 10 dioceses dos 04 estados do regional Nordeste 2 (RN, PE, PB e AL). Em outubro de 1986 aconteceu a 3ª Assembleia Regional dos Jovens Rurais, cujo tema foi “a PJMP-R e sua organização”. Nele se percebe o crescimento dos jovens na sua consciência de classe, através do estudo de temas ligados a Bíblia e a vida, como: reforma agrária e sindicalismo. Os jovens estavam engajados no nível eclesial, no nível sindical e no nível das lutas populares (luta pela terra, por escolas, transporte, água, luz, entre outros).

E em 1988 inicia a sua articulação com a PJR, a nível nacional, participando do I Seminário Nacional. Em conjunto, ambos os brotos, buscam

⁶³Cf. Texto “A caminhada da PJMP-Rural”.

construir uma articulação nacional dos jovens rurais, somando as experiências de organização pastoral junto à juventude camponesa: assim começa o processo de junção dos dois brotos, dando início ao caule da PJR Brasil.

Entre 1984 e 1988 a PJMP-R buscava articular, a partir da realidade específica do campo, a juventude rural. Este broto nordestino, em seu território, a partir de 1988 continuou a se denominar PJMP-R, apesar de participar nacionalmente da PJR: desta forma consegue consolidar uma organização e um trabalho próprio nos anos 90. Foram mais de dez anos de caminhada integrada e articulada, ao mesmo tempo, como PJMP-R no Nordeste. Neste tempo o tema dos seminários são os mesmos, apenas trocando a sigla, o que revela esta caminhada conjunta.

O Nordeste 2 só passou a assumir a sigla PJR a partir do V Seminário Regional (1999) que teve como tema a “metodologia da PJR”. Mas aí a PJR já estava enraizada em outros estados do Nordeste, como a Bahia que se assume como PJR desde 1985, mas nos encontros do Nordeste se somava a PJMP-R. É a partir do I Congresso Nacional (2000) que, finalmente, o nome está unificado.

Na Bahia, em 1983 iniciou a Escola Família Agrícola – EFA, em Alagoinhas, após uma experiência frustrada em 1978, e isto com apoio da Animação dos Cristãos no Meio Rural - ACR. Ela começou a reunir a juventude rural para além dos estudantes, organizando os jovens na base, já em 1984, e começando a articulação dos grupos em 1985, passando a denominar-se logo Pastoral da Juventude Rural - PJR, sendo reconhecida pelo bispo diocesano de Alagoinhas em 1986. Este broto baiano, em 1989, está na I Assembleia Regional da PJMPR, com a presença do frei Jessé, mas se assumindo como PJR.

Simultaneamente, outras organizações buscavam organizar a juventude camponesa no nordeste, entre elas a ACR – Animação dos Cristãos no Meio Rural, fundada pelo padre Servat, em 1965. Na ACR era pouca a participação dos jovens até 1980, mas a partir de 1981 notaram cada vez mais uma participação de jovens no Movimento, sobretudo em 1983 e 1984, mas eram vistos como “sangue novo” para dar continuidade a ACR⁶⁴. Estes jovens constituíram o Movimento da Juventude Rural Cristã – MJRC.

⁶⁴Cf. Caderno de Metodologia – O jeito de trabalhar da ACR.

III. 3 - Outro broto que vem do Sul, como PJMR

Nos dias 11 a 13 de março de 1983, em Três Passos, no noroeste do RS, se reuniram lideranças de jovens rurais e assessores, vindos de diversas dioceses do estado. No final deste encontro decidiram constituir a Pastoral da Juventude do Meio Rural - PJMR, por causa das demandas específicas dos grupos de jovens da roça, tendo em vista que estas não eram incluídas nos debates da pastoral da juventude.

O ponto de partida junto aos grupos de jovens que existiam na base ou passaram a existir, ainda em 1983, foi o **Roteiro 1** da Coleção “Jovem da Roça também tem Valor”, que se apresenta como “roteiro para grupos de jovens do meio rural” – Jovem da Roça também tem valor⁶⁵, com nove encontros⁶⁶, sendo vendidos mais de 150 mil exemplares⁶⁷. Esta caminhada inicial culminou no Encontro Estadual em Passo Fundo/RS, onde a juventude rural mostrou a sua cara ao reunir 45 mil jovens, em 22 de setembro de 1985.

Em junho de 1983 é publicado no *Jornal Mundo Jovem*⁶⁸ o artigo “Jovem rural, uma realidade específica”, do teólogo **Leo Zeno Konzen** (1953), relatando a reunião acontecida em março, em Três Passos. Escreve sobre a problemática do jovem rural: sua “falta de identidade” ou autoestima, suas poucas perspectivas ao permanecer na roça, a sua não organização de classe, pois o governo não o educa para o senso crítico, mas para se integrar ao sistema, e a dificuldade de acesso à escolarização. Este artigo inicia uma série de artigos que sairá no **Jornal Mundo Jovem**⁶⁹, um periódico mensal, de abrangência nacional, que ajudou a PJR a lançar sua semente em todos os biomas do Brasil, que ao encontrar terra boa, gerou

⁶⁵Elaborado pela equipe de assessores e coordenadores de jovens das Dioceses de Passo Fundo, Frederico Westphalen, Santo Ângelo e Cruz Alta, todas no Rio Grande do Sul. É assinado pelos bispos destas dioceses e por Sinésio Bohn, bispo de Novo Hamburgo e responsável pela Pastoral da Juventude junto a CNBB.

⁶⁶1) Jovem da roça também tem valor; 2) Grupo de jovens é uma carroça; 3) Sem amizade o grupo não vai; 4) O papel do jovem na sua comunidade; 5) A fé sem obras é morta; 6) Nossa vida e nossos problemas; 7) Nosso futuro depende do nosso presente; 8) Jesus, seu grupo e o povo; 9) Avaliação final. E um esquema de ata de reuniões.

⁶⁷Esta cartilha foi traduzida para o espanhol, pela Argentina.

⁶⁸Mundo Jovem, Ano XXI, Número 155, p. 5. Neste mesmo jornal saiu um artigo sobre a JAC.

⁶⁹Fundado em março de 1963, com o nome Informe Vocacionais, em Viamão, RS. Em setembro de 1963 passou a chamar-se SOS Vocações. Em agosto de 1964 passa a chamar-se Lançai as Redes. Em outubro-novembro de 1967 passa a ser Mundo Jovem, destinando-o não apenas aos jovens vocacionados e aos jovens religiosos mas aos jovens preocupados com o seu futuro e com os rumos da sociedade. Apesar de se chamar jornal ele assume características de uma revista.

brotos, com raízes, iniciando assim em outras Unidades da Federação.

Em julho de 1983 é publicado novo artigo no *Jornal Mundo Jovem*⁷⁰ sobre “Formas Históricas de Organização”, de frei **Sérgio Antonio Górgen** (1956), franciscano, apresentado como assessor da Pastoral da Juventude Rural⁷¹. Ele retoma a JAC, os grupos de jovens, os clubes 4S⁷², as associações de jovens rurais, os jovens no sindicalismo e termina com um desafio de organizar uma pastoral “de jovens e não para os jovens”.

Em agosto de 1983 é publicado novo artigo no *Jornal Mundo Jovem* intitulado “Sinal de esperança no meio rural”, elaborado por membros da Pastoral da Juventude Rural da Diocese de Passo Fundo, RS, onde relata uma experiência feita por jovens em Ronda Alta e outra em Jaboticaba, então município de Palmeira das Missões, ambos no RS. Este artigo fala do Treinamento de Ação Pastoral, apelidado pelos jovens de TAPA.

No I Encontro Estadual da PJMR, realizado de 12 a 14 de março de 1984, em Passo Fundo, ela passou a se denominar **Pastoral da Juventude Rural - PJR**, mas levou um tempo até esta mudança ser assumida na prática, até 1985 ainda haviam pessoas que se denominavam PJMR no RS.

Em março de 1984 é publicado um novo artigo no *Mundo Jovem*⁷⁴, de Luiz Armando Beck e Luiz Lorenzatto, “Por que somos importantes?”, procurando valorizar a juventude do meio rural. E no mês seguinte sai o artigo⁷⁵ “A luta pela sobrevivência” de Léo Z. Konzen.

Em abril de 1984 foi publicado o **Roteiro 2** para grupos de jovens do meio rural intitulado “Jovem da roça transformando a partir da fé”. Agora com dez encontros⁷⁶. Neste roteiro aparece o canto “Jovem da roça também tem valor”, com letra e música de Adelino Gatto, de Tapera/RS, que se popularizou na interpretação feita por Antonio Gringo, de Rodeio Bonito/RS, já que foi quem gravou a mesma.

⁷⁰Mundo Jovem, Ano XXI, Número 156, p. 14.

⁷¹Provavelmente a primeira vez que surge o nome Pastoral da Juventude Rural.

⁷²Grupos de Jovens criados pela ASCAR, depois EMATER, para “fazer a cabeça dos jovens para eles plantar como os americanos plantam” ou introduzir a revolução verde. Os 4S são de “Saber, Sentir, Saúde, Servir”.

⁷³Mundo Jovem, Ano XXI, Número 157, p. 6.

⁷⁴Mundo Jovem, Ano XXII, Número 161, p. 17.

⁷⁵Mundo Jovem, Ano XXII, Número 162, p. 8

⁷⁶1) para que serve uma carroça?; 2) eu acredito na força dos jovens; 3) diversão faz parte da vida; 4) assim namoram os jovens; 5) a religião na vida dos jovens; 6) jovem da roça e o sentido da vida; 7) os jovens na Bíblia; 8) Transformar a partir da fé; 9) O jovem em busca da justiça; 10) avaliação da caminhada. No final sugere uma confraternização.

Em maio do mesmo ano é publicado no Mundo Jovem⁷⁷ o artigo “Como organizar e como fazer um encontro de jovens”, destinado ao meio rural. E em junho é publicado o artigo⁷⁸ “o namoro e a afetividade do jovem” escrito por quatro casais roceiros (dois de namorados e dois recém-casados): Severiano Hermes Telles e Sonia Romitti, Osmar Bonfanti e Guiomar Piovesan e João Batista Maglia e Terezinha G. Maglia e Moacir da Luz e Berenice da Luz.

Em julho de 1984 sai um artigo no Jornal Mundo Jovem⁷⁹, de frei Sergio Antonio Gorgen, intitulado “Reforma Agrária: que bicho é este?” e “os jovens rurais e a reforma agrária” de Alcir Biazolli, Adelir Gatto, Pedro Collet, Rodrigo Fritzen, Maria Inês Berbaridi e João Boufler, que apresentam o debate sobre Reforma Agrária realizado no I Encontro Estadual de PJMR, agora PJR, realizado em março passado.

Em agosto de 1984 é publicado no Mundo Jovem⁸⁰ o artigo “o valor do nosso trabalho”, de Vicente Seibert.

Em setembro de 1984 é publicado no Jornal Mundo Jovem⁸¹, por Nelson Muller o artigo “Fé e compromisso social” e, no mesmo exemplar, por Carmen Lorenzoni e Laura Lorenzoni⁸², um artigo sobre “A mulher camponesa”, destacando a participação da mulher na luta pela terra, uma das sementes da preocupação de gênero existente nas pastorais e organizações camponesas, na época, que culminou em 1986 com a constituição do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, MMTR, no caso do RS.

Em outubro de 1984 é publicado no Mundo Jovem⁸³, por **Érico José Hickmann** (1953), o artigo “Oração: compromisso social na construção do Reino”.

Durante o Ano Internacional da Juventude (ONU), 1985, foi escrito por um grupo de assessores da PJR⁸⁴, o livro “Pastoral da Juventude Rural” (alcançado pelos jovens de capa preta), pois cada um escreveu um capítulo. Este livro tem o prefácio de dom **Orlando Dotti** (1930), de 1º de

⁷⁷Mundo Jovem, Ano XXII, Número 163, p. 6.

⁷⁸Mundo Jovem, Ano XXII, Número 164, p. 5.

⁷⁹Mundo Jovem, Ano XXII, Número 165, pp. 10 e 11.

⁸⁰Mundo Jovem, Ano XXII, Número 166, p. 10.

⁸¹Mundo Jovem, Ano XXII, Número 167, p.6 e 8-9.

⁸²Elas se apresentam como membros da CPT, mas Laura já pertencia a PJR. Neste momento, no RS, os assessores e principais lideranças da PJR atuavam também na CPT.

⁸³Mundo Jovem, Ano XXII, Número 168, p. 15.

⁸⁴Saiu em nome da Coordenação Estadual da PJR-RS. Entre eles estava: frei Sergio Gorgen, frei Érico Hickmann, padre Otávio Klein, padre João Foschiera, ...

novembro, e foi publicado pela editora Vozes. Ele se divide em três partes: Resgatando a história⁸⁵; Pastoral da Juventude Rural⁸⁶ e Conclusões⁸⁷.

Em março de 1985 é publicado o **Roteiro 3** para grupos de jovens do meio rural em preparação ao I Encontro Estadual de jovens da roça no Ano Internacional da Juventude intitulado “Jovem da roça sementes da nova sociedade”. Ele é apresentado pela equipe executiva da PJMR do RS, e contém sete encontros⁸⁸. E os pedidos podem ser feitos para PJR, em Passo Fundo.

Neste mês de março sai no Jornal Mundo Jovem⁸⁹, de abrangência nacional, o artigo “O ano jovem e o jovem da roça” que está assinado por José Lino Hack que atua na Pastoral da Juventude do Meio Rural e, também, lembra que esta série de artigos é coordenada pelo padre Otávio José Klein, de Passo Fundo/RS.

Em abril de 1985 é publicado o artigo “Jovem deve atuar no sindicato, sim senhor!”, no Jornal Mundo Jovem⁹⁰, escrito por Adelir Jorge Gatto da Pastoral da Juventude Rural.

Em maio de 1985 é publicado “O jovem e a celebração da roça”, artigo no Jornal Mundo Jovem⁹¹.

Em junho de 1985 sai o artigo “A exploração do agricultor”, no Jornal Mundo Jovem⁹². Escrito por Sérgio Antônio Görngen, assessor da PJR.

Em 22 de setembro de 1985 aconteceu o **Encontro Estadual do Jovem da Roça**, em Passo Fundo, onde se reuniram 45 mil jovens. Foi o momento em que os jovens afirmaram a sua identidade rural e definiram como vão exercer o seu protagonismo na igreja, no sindicato, na política e na luta pela reforma agrária. Nele, jovens de várias regiões defenderam suas teses, elaboradas no processo de preparação e no Encontro foram votadas pelos jovens participantes. Logo após foram organizadas comissões de

⁸⁵Dois artigos: Juventude Agrária Católica; e os Jovens rurais e o golpe de 1964.

⁸⁶Nove artigos: Um novo passo na Pastoral da Juventude; Quem são os jovens da PJR; “Jovem da roça também tem valor”; Metodologia da PJR; Processo de participação, militância e ação; A formação na PJR; e Espiritualidade: a força que move a prática.

⁸⁷Pastoral da Juventude Rural na Pastoral Orgânica e Depoimentos.

⁸⁸1) A menor das sementes; 2) nós e o Ano Internacional da Juventude (AIJ); 3) jovem sem roça e jovem com roça; 4) a sociedade em que vivemos; 5) a nova sociedade e o reino de Deus. 6) Homem novo e sociedade nova; 7) vamos por as mãos na massa? Na introdução está a convocação para 22 de setembro.

⁸⁹Mundo Jovem, Ano XXIII, Número 170.

⁹⁰Mundo Jovem, Ano XXIII, Número 171.

⁹¹Mundo Jovem, Ano XXIII, Número 172.

⁹²Mundo Jovem. Ano XXIII, Número 173.

trabalho (sindicalismo, política, cooperativismo, reforma agrária, ...) para a elaboração de material a partir das teses aprovadas.

Em setembro de 1985 é publicado novo artigo no Jornal Mundo Jovem⁹³ sobre “Fé e compromisso social”, de Nelson Muller, assessor da PJR.

Em Outubro de 1985 é publicado o artigo “A militância do jovem”, também no Jornal Mundo Jovem⁹⁴. Escrito por José Otávio Klein, assessor da PJMR. Neste mês, varias lideranças da PJR vão acampar na Fazenda Annoni e, por falta de acompanhamento e ao mesmo tempo necessidades da luta, aos poucos, se incorporam no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Isto abriu um debate sobre a PJR fazer ocupações de terra, mas ficou na tentativa de organizar um núcleo dentro de um acampamento do MST, em 1987, o que também não deu certo.

Em novembro de 1985 é publicado o artigo “Jovem rural e consciência crítica”, no Jornal Mundo Jovem⁹⁵, escrito por Pedro Rauber, dos jovens do meio rural.

Em 11 de fevereiro de 1986 é apresentada a Coleção para os Militantes através do Caderno de Formação para Militantes da PJR número 1, intitulado “A luta do povo e a constituição”. Já era o desdobramento das decisões do encontro do ano anterior, com o resultado da reflexão das equipes temáticas, ajudando os jovens da roça a se prepararem para contribuir na transformação da sociedade. Junto ou pouco depois, foi publicado sem data, o número 2 intitulado “Sindicalismo”.

Também neste ano de 1986 começam a ser escritos artigos no “Informativo Sindical”, buscando chegar a outros jovens rurais.

Em março de 1986 é publicado um novo artigo no Jornal Mundo Jovem⁹⁶: “O jovem da roça: semente para nova sociedade”. Este artigo contém a mensagem que dom Orlando Dotti fez aos jovens em setembro de 1985.

Em 1º de maio de 1986 é apresentado pela Pastoral da Juventude Rural o **Roteiro 4** para grupos de jovens intitulado “Jovem da Roça conquistando a terra prometida”. Ele contém sete encontros⁹⁷ e a conclusão do encontro de Passo Fundo (22/09/1985) com proposta em relação ao

⁹³Mundo Jovem. Ano XXIII, Número 176.

⁹⁴Mundo Jovem. Ano XXIII, Número 177.

⁹⁵Mundo Jovem. Ano XXIII, Número 178. p. 5

⁹⁶Mundo Jovem. Ano XXIV, Número 179. p.2

⁹⁷1) os grupos de jovens na pastoral da juventude; 2) Igreja, sinal de esperança do Reino; 3) Um novo sinal; 4) sindicato: mais uma ferramenta; 5) rumo à terra prometida (reforma agrária); 6) política não é coisa suja; 7) assunto que nos interessa (assembléia nacional constituinte).

grupo de jovens (PJR), a igreja (Teologia da Libertação), o cooperativismo (autêntico), o sindicalismo (CUT), a política (fortalecer os movimentos populares e pelo rompimento com o FMI), a constituinte (candidato da PJR) e a reforma agrária (Sem Terra e Barragens). Já no primeiro encontro, aparece o termo “militância”, entendido como “engajamento com compromisso forte, transformador e libertador a partir da fé em Jesus Cristo”. Os cantos são do LP “O canto da terra” de Antônio Gringo e os Quatro Ventos, lançado em 1986, uma delas sendo “Jovem da roça também tem valor”.

Ainda em maio 1986 é publicado o artigo “Os jovens da roça e o sindicalismo”, no *Jornal Mundo Jovem*⁹⁸ de Ricardo Camatti. E em julho do mesmo ano, no mesmo periódico⁹⁹, é publicado o artigo “Eleições 86: um desafio ao jovem”, escrito pelo assessor da PJR, frei Sérgio Görden, chamando a atenção de sua importância já que nelas serão escolhidos os constituintes que “vão definir, em parte, os rumos da sociedade brasileira para os próximos anos, com a elaboração das novas leis”.

Ainda em julho de 1986 sai um número especial da coleção “Caderno de Formação” da PJR, em parceria com o MST, denominado “Reforma Agrária com os pés no chão”, escrito por frei Sérgio Görden.

Em agosto de 1986 tem início a caminhada da PJR no Paraná (PR), na cidade de Foz do Iguaçu.

Em setembro de 1986 sai no *Jornal Mundo Jovem*¹⁰⁰ um artigo sobre “A força da roça e a constituinte”, de Roque Hammes¹⁰¹ e Marlene Gerhart, no mesmo, elas convocam os jovens da roça a se mobilizarem para garantir que seus interesses sejam assegurados na futura constituição. Neste ano a PJR lança, junto com a pastoral rural e a CPT, pelo PT, um jovem candidato a deputado constituinte, **Antonio Marangon** (1951), junto com o militante sindical **Adão Preto** (1945-2009), este para deputado estadual, disposto a ter um pé no parlamento e o outro na luta popular.

Em outubro de 1986 o *Jornal Mundo Jovem*¹⁰² publica “Juventude conquistando a terra prometida” que reflete sobre a necessidade de uma autêntica reforma agrária. Também é publicado o artigo “Em busca de um cooperativismo alternativo” de Telmo Adams e Marili Adams.

⁹⁸Mundo Jovem, Ano XXIV, Número 182.

⁹⁹Mundo Jovem, Ano XXIV, Número 183, p. 5.

¹⁰⁰Mundo Jovem, Ano XXIV, Número 185, p. 9.

¹⁰¹Filho de pequenos agricultores de Arroio do Meio, RS. Padres desde 1982. Assessorou a Pastoral da Juventude de 1986 a 1991.

¹⁰²Mundo Jovem, Ano XXIV, Número 186.p. 11

Em novembro de 1986 o Jornal Mundo Jovem¹⁰³ publica “Ação Libertadora na Terra” que fala sobre uma ocupação de solo urbano, no bairro de Totó, em Recife, PE. Neste mês também publica, de Luiz Lorenzato e Laura Lorenzoni, o artigo “o que é 4-S?”.

Não podemos nos esquecer que os assessores da PJR, deste período, no RS, são todos agentes da pastoral que atuam também na CPT – Comissão Pastoral da Terra e estão envolvidos com os Projetos Alternativos Comunitários, junto com a Cáritas. Atuavam em serviços diferentes em vista de contribuir com a organização dos camponeses, especialmente da juventude.

III. 4 - Buscando o seu reconhecimento (1983-1986)

Brotos, de cara, nem sempre são reconhecidos, não poderia ser diferente com os brotos da PJR, que foram sendo percebidos aos poucos. Um, mais astuto, como uma espécie de ala da PJMP, sem escrever muito. Outro, mais rebelde, se afirmando como PJR (1984) e procurando mostrar a sua cara (1985), escrevendo artigos numa revista nacional (Jornal Mundo Jovem) e repassando os seus Roteiros. Esta visibilidade do sul levou alguns estudiosos da juventude a achar que a PJR brotou apenas no sul.

Mas, aos poucos, foram se aproximando dos espaços oferecidos pela Igreja aos jovens organizados e, desde logo, marcados pelo sangue do martírio de agentes de pastoral ligados a terra, que influenciavam a caminhada. Vejamos:

Em maio de 1983 a **Juventude** passou a ser “destaque” nas Diretrizes Gerais de Ação Pastoral da Igreja no Brasil (1983-1986) e isto abriu muitas portas em Paróquias e Dioceses. Neste mesmo ano de 1983 a CNBB fez a primeira tentativa de organizar o Setor de Juventude e o padre Jorge Boran assume a assessoria do mesmo, sendo o bispo referencial dom Sinésio Bohn.

O sindicalismo camponês é marcado com o assassinato da sindicalista **Margarida Alves** (1933-1983), em 12 de agosto de 1983, em Alagoa Grande/PB, a mando de Usineiros; este dia tornou-se o Dia nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária.

Em novembro de 1983 acontece o 4º Encontro Nacional da Pastoral da Juventude, em Brasília: do ponto de vista do protagonismo, foi primeiro

¹⁰³Mundo Jovem, Ano XXIV, Número 187.p. 5.

encontro nacional da juventude, pois finalmente 53,3% dos participantes eram jovens.¹⁰⁴ Uma das decisões foi fortalecer a pastoral da juventude por classe social. A PJ vinha pela estrutura eclesial e a JOC e a Pastoral Universitária - PU como convidadas. Nada indica que as nascentes PJMR e a PJMP-R, ambas depois PJR, bem como a PJMP, participaram deste encontro.

Em dezembro de 1984 aconteceu o 5º Encontro Nacional da Pastoral da Juventude, em Goiânia, GO. Um de seus objetivos era o fortalecimento das pastorais específicas. Dele participaram 14 regionais (PJ), a Pastoral Universitária – PU, a JOC, a PJE e representantes de “jovens rurais” (não se fala em quem participou) e da “classe média”. Nele se debateu a militância dentro e fora da Igreja¹⁰⁵.

Em 24 de julho de 1985 é assassinado, em Cacoal, Rondônia, o jovem padre **Ezequiel Ramim** (1953-1985), missionário comboniano, nascido na Itália. Foi considerado “mártir da terra”, por defender os indígenas e posseiros. Era um exemplo de vivência do Evangelho na causa da justiça.

Em novembro de 1985 aconteceu o 1º Seminário Nacional de Assessorias da Pastoral da Juventude Específica, em Goiânia, GO, onde uma das experiências apresentadas foi “PJ e meio rural”. Mas ainda não fala em quem da roça participou.

Em dezembro de 1985 acontece o 6º Encontro Nacional da Pastoral da Juventude, em Brasília, DF. Nele foi debatido o tema da militância. Ele teve assessoria do padre Otávio Klein, sendo ele um dos assessores da PJR do RS. Decidem continuar a experiência do Dia Internacional da Juventude (22 de setembro de 1985), com o nome de Dia Nacional da Juventude, marcado para acontecer 05 de outubro de 1986¹⁰⁶, já como o segundo.

Em 10 de maio de 1986 acontece o assassinato de padre **Josimo Tavares** (1953-1986), em Imperatriz/MA. Era um defensor dos lavradores, poeta e coordenador da CPT no Bico do Papagaio.

Em 1986 o tema da Campanha da Fraternidade foi “Fraternidade e Terra”, com o lema “Terra de Deus, Terra de irmãos”. E no dia 05 de outubro de 1986 acontece o Dia Nacional da Juventude (DNJ), com o

¹⁰⁴Finalmente, mais da metade eram jovens. Cf. O caminho se faz: História da Pastoral da Juventude do Brasil. Hilário Dick. P. 23

¹⁰⁵Cf. O caminho se faz: História da Pastoral da Juventude do Brasil. Hilário Dick. P. 24

¹⁰⁶Cf. artigo “Juventude conquistando a terra prometida”, de José Carlos Stoffel, em Jornal Mundo Jovem de outubro de 1986. p. 5.

tema “Juventude e Terra” e o lema “Rumo à terra prometida”. O DNJ teve “cara” de participação política e como tema uma demanda da juventude rural, a Reforma Agrária.

Ainda em 1986 é publicado “Pastoral da Juventude no Brasil”, Estudos as CNBB 44, onde incentiva os jovens a deixar-se evangelizar pelos jovens, a lutar em favor dos jovens cuja vida está ameaçada (opção pelos jovens empobrecidos), a recusar tudo o que oprime e a transformar a sociedade. Para isto propõem a nucleação e preparação de militantes. Lembra que os jovens são garantia da juventude da Igreja.

III. 5 - Iniciando a articulação da PJR pelo bloco Sul (1987-1988)

No início de 1987 já eram realizados trabalhos específicos com jovens rurais no sul do Brasil. Os artigos do Jornal Mundo Jovem e as cartilhas ou roteiros “Jovem da roça” contribuíram neste processo. Estava se criando as condições para começar uma articulação nacional, começando pelo Bloco Sul.

Em março de 1987 é publicado no Jornal Mundo Jovem¹⁰⁷ o artigo “Relacionamento afetivo: conquistando ou descobrindo” de Moacir Zanin, e em abril o Mundo Jovem¹⁰⁸ publica o artigo “Espiritualidade comprometida com a vida” de Érico José Hickmann.

Em maio de 1987 o Jornal Mundo Jovem¹⁰⁹ publica o artigo “O jovem e o projeto político”, de Pedro Sbalchiero Neto. E em junho é publicado no Jornal Mundo Jovem¹¹⁰, artigo de Laura Lorenzoni, coordenadora da PJR no RS, intitulado “É possível o diferente”, chamando a atenção para a “dimensão afetiva”. Neste mês de junho de 1987 acontece um Mini-Ibrades¹¹¹, em Passo Fundo, no RS, para militantes e assessores da PJR, e aparece a temática da afetividade. Ele deu origem ao Caderno de Formação para Militantes 03, intitulado “repensando o político”¹¹².

Aconteceu, em julho de 1987, a 7º Assembleia Nacional da Pastoral

¹⁰⁷Mundo Jovem, Ano XXV, Número 187b, p. 10.

¹⁰⁸Mundo Jovem, Ano XXV, Número 188, p. 18.

¹⁰⁹Mundo Jovem, Ano XXV, Número 199, p. 18.

¹¹⁰Mundo Jovem, Ano XXV, Número 190, p. 5.

¹¹¹Curso breve promovido pelo Ibrades – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento, a partir de 1973. Ibrades foi fundado em 1968 e consolidado em 1971 ao fazer um convênio com a CNBB.

¹¹²Texto da ex-guerrilheira Nancy Mangabeira.

da Juventude (trocou a terminologia de encontro para assembleia), em Nova Iguaçu/RJ. Decidiram uma forma de organização que gerou descontentamento por parte das pastorais específicas e priorizou uma “pastoral da juventude geral (ou das comunidades)”. Esta transição se consolida nos seminários que aconteceram em 1989: em janeiro o tema instrumentos de análise (marxismo) e em julho planejamento (Planejar é...), em plena disputa de projetos na sociedade.

Entre os dias 13 e 16 de agosto de 1987, aconteceu em Curitiba, o **I Encontro da PJR do Bloco Sul**. Estiveram presentes 05 estados (RS, SC, PR, SP e MG), escolheram uma coordenação provisória¹¹³ e marcaram um encontro para março de 1988 em vista da articulação nacional da PJR. Já há sinais da PJR no MS. Ainda em 1987 MG faz o seu primeiro encontro regional, provavelmente em Divinópolis.

Em agosto de 1987 o *Jornal Mundo Jovem*¹¹⁴ publica “Por onde passa a reforma agrária”, artigo de Ademir Schmidel, membro da comissão de reforma agrária da PJR, onde afirma ser bandeira da luta da PJR: entrar na luta para exigir a implantação da reforma agrária (terra para quem nele mora e trabalha para tirar o seu sustento; mas só dar terra não resolve); apoiar a fazer parte dos movimentos que lutam pela reforma agrária; levar às autoridades as reivindicações dos jovens e encaminhar estudos sobre a reforma agrária. E desafia os jovens rurais para entrarem nesta luta.

Em setembro de 1987 José Lourival Bergmann publica no *Jornal Mundo Jovem*¹¹⁵ o artigo “A constituição resolve?”. E em outubro do mesmo ano é publicado no *Mundo Jovem*¹¹⁶ o artigo “A jovem e a organização da mulher da roça”, escrito pela comissão das mulheres da roça, ensaiando o debate da questão de gênero com a sua “dupla¹¹⁷ jornada de trabalho” por labutar na casa e seu entorno e por também assumir o trabalho na roça.

Em 13 de março de 1988¹¹⁸, por ocasião do **5º aniversário da PJR**, saiu o “subsídio para grupos de jovens” intitulado “Jovem cristão e o compromisso político”. Ele contém 06 encontros¹¹⁹ e coloca como anexo uma

¹¹³Luiz Irineu Furlanetto e Márcia Juliana Dognani, por SP; RentatoReinehr, pelo PR; Neuri Fonseca e Valdevino, por SC; Laura Lorenzoni, pelo RS. Frei Érico Hickman como assessor.

¹¹⁴*Mundo Jovem*, Ano XXV, Número 192, p. 18.

¹¹⁵*Mundo Jovem*, Ano XXV, Número 193, p. 16.

¹¹⁶*Mundo Jovem*, Ano XXV, Número 194, p. 18.

¹¹⁷Hoje se fala em tripla jornada de trabalho da mulher da roça.

¹¹⁸A apresentação do bispo é de 02 de maio de 1988.

¹¹⁹1) os cristãos e a política; 2) prefeito – vereador: sua função; 3) Quanto valeu meu voto?; 4) Tenho 16 anos: vou votar!; 5) Como surge um candidato; 6) a pastoral da juventude e a questão partidária.

síntese do documento “Igreja: comunhão e missão”, da CNBB, de abril de 1988 (Documento 40), inclusive sobre o “Agir da igreja na política”. Podemos dizer que este seria o número 05 da coleção jovem da roça.

No dia 04 de abril de 1988 tem início as atividades da **Escola Alternativa da Juventude Rural** - Escajur¹²⁰, em Passo Fundo/RS, visando dar uma resposta econômica através da capacitação técnica, e era acompanhada pelo padre Otávio Klein. Ela foi fechada pela Diocese de Passo Fundo em 1997, mas ainda continuava funcionando, em 1998, por decisão dos jovens. No nordeste e no ES desde os anos 70 já funcionam as EFAs – Escolas Família Agrícola, que atuam até os dias de hoje.

Também em abril de 1988 sai o Caderno de Formação 04, “Igreja, questão social, desenvolvimento” que populariza a encíclica Sollicitudo rei socialis ou Sollicitudo Social¹²¹.

Como Bloco, aconteceram várias reuniões e discussões, até acontecer o I Seminário Nacional em agosto de 1988.

Nas duas raízes maiores, aos poucos, outras foram se ligando e, além destas, houve outras tentativas isoladas, por exemplo, da EFA de Alagoinhas na Bahia, também em 1983.

III. 6 - A reflexão de nascimento

Garimpando os relatórios das primeiras reuniões (entre março e setembro de 1983) percebemos a intenção dos pioneiros da PJR. Algumas das frases deles extraídas:

A situação da juventude no meio rural é de preconceito entre eles mesmos, por exemplo, entre descendentes de imigrantes e caboclos. Os jovens se sentem desvalorizados, pois não há espaços de participação, seja em casa, por viverem numa família de estilo patriarcal, seja na comunidade. Quando vão para a cidade se sentem envergonhados, pela forma como são vistos e tratados; de sua garganta ecoa um grito “Jovem da roça também tem valor”. Eles estão sendo manipulados pela ideologia hegemônica.

Nossa missão (estratégia) é “evangelizar os jovens no seu meio específico,

¹²⁰Foi uma experiência realizada numa propriedade da Diocese de Passo Fundo. Passaram pela Escajur mais de 400 jovens. Devido as inúmeras deficiências na condução do processo. Para se ter uma análise mais aprofundada sobre o método dessa escola vale a pena consultar o seguinte trabalho: Klein, Otávio. Escajur e seu processo religioso - pedagógico. São Paulo. Dissertação de mestrado. Curso de Ciências da Religião. PUC, 1993.

¹²¹Contem ilustrações da Irmã Elda Broilo, carlista scalabriniana, que na época se encontrava acampada junto aos Sem Terra.

para que eles possam: viver os valores cristãos; tomar consciência da realidade e perceber a raiz das coisas; formar agentes de transformação visando uma saída alternativa à sociedade capitalista, ajudando-os a evangelizar outros jovens para que estes possam se engajar no mesmo caminho”.

Nosso “objetivo teológico” é o Reino, para isso precisamos nos inserir e nos apropriar dos instrumentos que ajudem na sua realização, tais como: comunidade (cultivo da fé); grupo (espaço de organização dos jovens); sindicato (visando a organização da classe); cooperativa e ou associações (buscando a organização econômica) e no partido (construindo uma organização política). Nós queremos contribuir na transformação da Igreja e da Sociedade.

Nossa postura é acreditar nos jovens, na sua capacidade.

Nosso engajamento implica em fazer ações concretas na comunidade e participar das lutas mais próximas (naquele momento histórico, no campo, era a oposição sindical e a luta pela terra).

Nossa tarefa (tática) será: a) Organizar os jovens onde estão (meio específico) e do jeito que eles decidam caminhar, tendo o grupo como um espaço de participação, onde se reflete a realidade e se analisa a prática, visando assim à formação da consciência crítica; b) Produzir subsídios para os grupos de base iniciando assim a coleção “Jovem da Roça”¹²²; c) Promover a formação em todos os “níveis”: base (grupo), liderança (paróquia ou município) e aprofundamento (diocese ou estado); d) No próximo ano divulgar através de artigos¹²³, por exemplo, no *Jornal Mundo Jovem*.

Assim fomos construindo a nossa caminhada. Eis os primeiros passos dados:
1983 – A PJR surgiu no RS como PJMR e no nordeste como PJMP-R, a partir da especificidade e necessidade da juventude rural.
1984 – Surge o nome Pastoral da Juventude Rural – PJR.
1985 – Regional Nordeste; Acontece um encontro de jovens no RS que reúne 45 mil jovens e nele a juventude rural mostrou a sua cara. Surge a PJR na Bahia.
1986 – Inicia a PJR no Paraná e em Minas Gerais.
1987 – É organizado o Bloco Sul, visando à articulação da juventude rural. Acontece em MG o primeiro encontro regional.
1988 – I Seminário Nacional, com a presença das duas raízes. Surge a PJR no Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul.

¹²²A decisão de fazer os livretos foi em maio de 1983. O primeiro Roteiro saiu ainda em 1983 e vendeu mais de 150 mil exemplares. O segundo Roteiro “Transformando a partir da fé” saiu em 1984. O terceiro Roteiro “Semente de uma nova sociedade” em 1985. O quarto Roteiro “Jovem da roça conquistando a terra prometida” em 1986. E em 1985 saiu, pela Vozes, um livro sobre a PJR que ficou conhecido como “capa preta.”

¹²³No *Jornal Mundo Jovem* os artigos saíram durante o ano de 1984 e no *Informativo Sindical* em 1986.

IV - PJR Brasil

Quando olhamos para trás, percebemos que a nossa história começa a ser gestada na década de 1970, no sul no ventre da PJ e no nordeste no ventre da PJMP (1978). Mas a nossa concepção se dá no início dos anos 1980 com o debate da especificidade. Já em 1981 há grupos de jovens do meio rural que debatem isto nas suas bases, pois sentem sua necessidade e sua cultura excluídas do processo em andamento. Em terras diferentes surgem dois brotos ou nascem duas sementes, que se enraízam na caminhada eclesial da “Igreja da Libertação” e na caminhada popular do “Projeto Democrático Popular”. Carregamos ainda hoje as marcas do nosso tempo.

Também nos sentimos herdeiros da Ação Católica Especializada, por causa do método de reflexão “Ver Julgar Agir” e da JAC (1947-1969), e portadores do espírito do Vaticano II (1962-1965) que se concretizou em nosso continente em Medellín (1968) e deu frutos, entre eles, um jeito de ser igreja (CEBs), que assume o movimento de Jesus e a causa do Reino, no aqui e agora, enraizada na “opção pelos pobres”, alimentada por uma espiritualidade libertadora que perpassa a Palavra e a Eucaristia, e aprofundada na teoria, pela Teologia da Libertação, e na prática pela militância cristã no meio do mundo.

Mas urgia ainda a necessidade de se articular, a exemplo do que estava acontecendo com os que estavam lutando pela terra e pela reforma agrária, com a ajuda da CPT, e que deu origem ao MST.

O debate girava em torno da construção de um “Projeto Democrático Popular”, sob o comando do Partido dos Trabalhadores (PT), constituído em 1980, mas que só disputou sua primeira eleição em 1983. O caminho apontado era o eleitoral e visava conquistar o município, depois o estado e finalmente o Brasil. A palavra de ordem era “ter um pé na luta e o outro no parlamento”.

O ano de 1984 foi marcado pelo movimento das “Diretas, Já!” que levou ao fim a ditadura militar e iniciou um governo civil de transição em 1985, que foi eleito de forma indireta, que começou com forte polêmica por causa da doença do presidente Tancredo e a posse do vice, Sarney. Também foi marcado pelo surgimento de um Movimento Popular Permanente, o MST (pois até então um movimento popular devia desaparecer após ter conquistado a sua meta), pois o povo não quer apenas uma fazenda, a terra, mas a reforma agrária e uma sociedade sem exploradores e nem explorados.

Em 1986 o DNJ teve por tema “Juventude e Terra: rumo à terra prometida”. Neste ano a Campanha da Fraternidade tinha por tema “Fraternidade e Terra” e o lema “Terra de Deus, terra de irmãos”. A Igreja também ajuda para a terra voltar a ser questão nos debates.

Existia a experiência de um contato com a base, via trabalho de base, através dos grupos de base; havia a inserção na militância em vista de um projeto comum, acompanhando a onda do projeto democrático popular; fazia-se, como Igreja, a formação dos nossos militantes e, disputava-se o direito de comandarmos os nossos passos, seja junto as pastorais da juventude e as pastorais sociais, seja junto ao Movimento Popular.

A PJR com a ajuda da CPT e do padre Jorge Boran, pela CNBB, conseguiu reunir entre os dias 3 a 7 de agosto de 1988, em Santo Amaro, São Paulo, 32 pessoas de 8 regionais da CNBB¹²⁴, sendo de 9 estados: São Paulo, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Pernambuco¹²⁵, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Ela também tinha iniciado na Paraíba e na Bahia.

Ali, aconteceu o **I Seminário Nacional da PJR** com o tema “Socialização das experiências de trabalho com os jovens rurais e estudo do jovem rural brasileiro” visando o conhecimento da juventude do campo. Nele aconteceu a articulação das regionais e se fortaleceu a ideia de organização da PJR em nível de Brasil. Para isto escolheu-se uma Comissão provisória com dois representantes de cada Bloco para viabilizar e articular a I Assembleia Nacional. Uma das preocupações levantadas neste seminário foi a metodologia de trabalho com o jovem rural. Na prática, neste seminário, foi constituída a Pastoral da Juventude Rural, no Brasil. As duas raízes, portadoras de visões diferentes, se entrelaçaram em vista de se fundir num único tronco, dando visibilidade para a PJR Brasil. Perceberam que a PJR nasce da reação dos jovens a problemas comuns e não da formação.

Neste Seminário ficou acordado: que a PJMP-R participaria da PJR Nacional, mas no nordeste continuaria se denominando de PJMP-R; ficou acordado ainda, como data de fundação da PJR o dia 13 de março de 1983¹²⁶. O desafio neste momento era construir uma articulação e ir

¹²⁴Nordeste 2 (PE); Leste 1 (RJ), Leste 2 (ES e MG), Oeste 1 (MS), Sul 1 (SP), Sul 2 (PR), Sul 3 (RS) e Sul 4 (SC).

¹²⁵Vieram representando o Nordeste 2. No relato dizem que a PJMP surge em 1978 e a PJMPR em 1984, estando consolidada em Garanhuns (PE), Nazaré da Mata (PE), Campina Grande (PB), Cajazeiras (PB) e Natal (RN).

¹²⁶No relatório da CN de outubro de 2001 aparece como data dia 14 de março de 1983.

forjando uma identidade única a partir do que estava em construção em cada recanto do país.

Ousamos subdividir os **25 anos da PJR Brasil** em alguns períodos: o primeiro foi marcado pela articulação e construção da identidade da PJR (1989-1994); o segundo quando percebemos os sujeitos e a missão / projeto da PJR (1994-1996); o terceiro foi a construção da Terra Livre Brasil (1997-1999); o quarto foi a construção da PJR como força social (2000-2005); o quinto foi a construção da PJR como sujeito político (2006-2007) e, atualmente, o sexto, se colocando a serviço da juventude camponesa (2008 até hoje). Vejamos cada um deles:

IV. 1 - Articulação e construção da Identidade da PJR Brasil (1989-1994)

A Nova República, apelido dado ao período pós-ditadura, já se mostrou velha ainda no governo de José Sarney (1985-1989), que era o vice, pois o presidente eleito, Tancredo Neves, nem chegou a assumir. O movimento popular passou a buscar saídas econômicas, alternativas, mas no âmbito do capital. O MST ensaia as CPA – Cooperativas de Produção Agropecuária, totalmente coletivas, e seu II Congresso aponta para “Ocupar, Resistir e Produzir”. A Cáritas aposta nos Projetos Alternativos Comunitários. Iniciativas assim vão contribuir na formação do que se denominou Economia Popular Solidária.

No ano de 1989, no Brasil, deu-se um embate apaixonado de projetos. O embate culmina com a derrota da “Frente Brasil Popular” e a posse de Collor na presidência em 1990. Collor, pouco depois de assumir coloca a mão na poupança do povo brasileiro, ao mesmo tempo, abre as portas para o capitalismo neoliberal utilizando o discurso da modernização.

No cenário mundial, também em 1989, acontece a queda do “muro de Berlim” que levou, passo a passo, à derrocada da URSS – União das Republicas Socialistas Soviéticas, em 1991, isto é, do chamado “socialismo real”. Esta derrocada, consequentemente, gerou uma crise na militância de esquerda. Foi o fim da Guerra Fria (capitalismo x comunismo) e a consagração dos EUA como única potência mundial: entramos numa fase Imperialista e Neoliberal. Tudo isto levou a um descenso na luta de massa.

Em abril de 1989 a CNBB publicou “Exigências Éticas da Ordem Democrática” (Documento 42) e se divulgou os “10 mandamentos da articulação

Fé e Política”,¹²⁷ de **Frei Betto** (1944) o que contribuiu para o envolvimento da juventude no processo eleitoral (primeira escolha para presidentes desde o golpe militar de 1964).

De 1 a 7 de agosto de 1989, em pleno embate de projetos, aconteceu a **I Assembleia Nacional da PJR**¹²⁸, em Divinópolis, MG, utilizando o método “ver julgar agir”, com o apoio de padre Jorge Boran¹²⁹. Fizeram-se presentes 13 estaduais e 11 regionais¹³⁰, mas em apenas 4 a PJR estava bem organizada. A discussão principal era a Identidade do Jovem Rural: a pessoa do jovem rural e a organização da PJR. Vejamos os objetivos da assembleia: aprofundar os problemas dos jovens rurais ajudando a descobrir sua identidade, despertar a necessidade de transformação da realidade como exigência do evangelho, iniciar a sistematização de um projeto global para evangelização do jovem rural, organizar a articulação nacional. Foi debatida a “história da juventude agrária católica - JAC”, texto do padre João Bosco Schio¹³¹. Foram apresentadas experiências, entre elas a da Escola Alternativa para a Juventude Rural – ESCAJUR, localizada em Passo Fundo, no RS. Nesta Assembleia se definiu a organização da PJR no Brasil, com a constituição da Comissão Nacional¹³² (hoje Coordenação Nacional), com dois jovens por bloco, Comissão Nacional de Assessores

¹²⁷1) A fé e a política destinam-se ao mesmo objetivo de realizar o projeto de Deus na história. Mas não são a mesma coisa, são diferentes; 2) A vivência da fé é necessariamente política; 3) A fé é um dom que nos vem de Deus através da Igreja, da comunidade dos que creem. A política é uma ferramenta que exige aprendizado; 4) Uma política contrária aos direitos do povo faz da fé expressão de uma religião “ópio do povo”. Esta religião só ajuda aos interesses dos opressores; 5) A política é autônoma, não depende da fé; 6) Fé e política são coisas diferentes que se complementam na prática da vida; 7) A fé é “tratada” na Igreja, onde ela é celebrada, anunciada e refletida. A política é melhor “tratada” nos movimentos populares, sindicais e nos partidos que assumem os direitos dos oprimidos; 8) Não devemos confundir a esfera da explicação religiosa da fé, a Igreja, com as esferas da política. Mas, embora diferentes, são complementares; 9) A fé cristã contém valores que criticam e norteiam a atividade política; 10) A política é tanto mais popular quanto mais a gente se encontra ligado à luta do povo. A fé é tanto mais evangélica quanto mais a gente se liga ao Deus da vida através da comunidade cristã.

¹²⁸Entre os assessores: frei Érico Hickmann e frei Jessé. Aqui se defendeu o método “ver-julgar-agir-rever-celebrar”.

¹²⁹Carta de convocação da CNBB, por ele assinada, de 28 de fevereiro de 1989.

¹³⁰Estados de: SP (Sul 1), PR (Sul 2), RS (Sul 3), SC (Sul 4), RJ (Leste 1), ES e MG (Leste 2), MS (Oeste 1), GO (Centro Oeste), AC (Noroeste), PB e PE (Nordeste 2) e BA (Nordeste 3).

¹³¹Foi assistente (assessor) da JAC (1962-1971) e em 1975 participou da criação da CPT. Nos últimos anos de sua vida trabalhou na Paróquia de Antonio Prado, RS, incentivando a agroecologia.

¹³²Mara Rodrigues e José Claudenor Wermolhen (Zeca), do Bloco Sul; Elisabete Bueno e Generosa Oliveria do Bloco Leste; Luiz Carlos e Silvino do Bloco Oeste; e ... (a decidir) do Bloco Nordeste. Frei Érico Hickmann ficou indicado como Assessor Nacional (a confirmar).

(hoje Equipe Nacional), com um assessor por Bloco e a criação de uma Secretaria Nacional da PJR, com **Laura Lorenzoni** (19..-1989)¹³³. Com a necessidade de buscar clareza, enquanto jovem rural e enquanto ação da PJR inicia-se a construção dos Princípios Orientativos da PJR.

A Secretaria Nacional da PJR passou a funcionar em Passo Fundo, junto a Secretaria Estadual do Rio Grande do Sul, que já existia desde 1985, e com acompanhamento de padre Otávio Klein.

Também em agosto de 1989, a PJR participou da constituição do Departamento de Educação Rural – DER da FUNDEP¹³⁴, em Braga/RS, em parceria com o movimento popular, uma das raízes da “educação no campo”. Ali começou, em 1990, o primeiro curso dos movimentos sociais: Magistério. E já em 1991 iniciou o segundo: ADR – Agente em Desenvolvimento Rural (anos finais do ensino fundamental).

Nos dias 21 e 22 de outubro de 1989, a PJR foi convidada a participar de uma reunião convocada pela PJMP, em Belo Horizonte, onde aconteceu uma análise de conjuntura eclesial.

De 11 a 13 de dezembro de 1989 aconteceu a reunião da Comissão Nacional da PJR¹³⁵ (CNPJR), em Brasília/DF, onde fizeram um relato dos regionais e decidiram: que a PJR se filiara ao CNL – Conselho Nacional de Leigos¹³⁶; que frei Érico José Hickmann¹³⁷, franciscano, assumirá a assessoria da PJR nacional; que acontecerá em agosto de 1990 um Seminário Nacional para militantes da PJR; que a PJR procurará se articular por Blocos; também encaminharam elaboração de textos¹³⁸ (Princípios Orientativos; JAC) e marcaram as próximas reuniões da CN (02 a 04 de abril, no Rio de Janeiro; 31 de julho a 01 de agosto; de 9 a 11 de novembro

¹³³Morreu afogada em 30/12/1987 (mesmo dia e mês que nasceu) no estreito do Rio Uruguai ao tentar, em Marcelino Ramos, RS, salvar uma amiga. Ela tinha sido escolhida para assumir esta tarefa no final de 1987. Esta informação do relatório não procede à realidade.

¹³⁴Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa da Região Ceileiro, criada pelos movimentos sociais e por pastorais que atuam no campo. É a mantenedora da Escola “Uma terra de educar”, que está em Braga, RS, onde se desenvolvem curso voltados ao desenvolvimento do campo como: Agente de Desenvolvimento Comunitário – ADR (Fundamental) e o Técnico em Agropecuária Ecológica – TAPE (Médio e Técnico).

¹³⁵Oeste 1 (MS), Centro-Oeste, Leste 1, Leste 2, PR, SC e RS.

¹³⁶Não se ligaram, a princípio, ao Setor de Juventude. Sempre tivemos este problema: a Igreja nos acolhe no Setor Juventude, mas nossa temática nos aproxima mais da CPT, da Cáritas, das Pastorais Sociais.

¹³⁷Franciscano, da Província do Rio Grande do Sul, então trabalhando em Tiradentes, interior de Três Passos/RS.

¹³⁸Os textos sobre a JAC foram publicados mais tarde pelo CCJ com o título “Da JAC à PJR”.

para avaliação da caminhada de 1990 e planejamento de 1991). O relatório é assinado pela jovem **Mara Rodrigues**¹³⁹ (1963), de Estação/RS. Ao apresentar a PJR, Mara afirma que “nos inspiramos na JAC, extinta em 1968,” e que surgimos em algumas regiões do Nordeste e região norte do RS, e nos apresentamos como “ação evangelizadora da Igreja junto aos jovens do meio rural, ajudando-nos a descobrir, assimilar e comprometer-se com a pessoa de Jesus Cristo e com seu Projeto, proporcionando-lhes uma formação integral, para assim assumir com maior clareza a condição de SUJEITOS na construção da Nova Sociedade e sua presença e participação na Igreja”. Mara apresenta ainda, os objetivos da PJR: a) proporcionar ao jovem cristão da roça, meios para amadurecer a sua fé, desafiando-o ao compromisso com o Deus histórico-libertador; b) Refletir a realidade do jovem da roça em confronto com o Projeto de Deus na perspectiva da construção da Nova Sociedade; c) Clarear a identidade do jovem trabalhador rural, ajudando-o a situar-se na sua classe social para que ele se una aos companheiros; d) Criar um espaço onde o jovem da roça possa desenvolver-se como pessoa (dimensão afetiva, sexual, política e religiosa); e) Formar lideranças para atuarem na Igreja e também nos sindicatos, nos partidos políticos, movimentos populares; f) A partir de grupo de jovens ou outros meios de organização fazer com que juntos sejamos cada vez mais Igreja Povo de Deus. Afirma que a base da PJR são os grupos e que este jeito de trabalhar por meio específico contribui muito para a construção da consciência e identidade de jovem trabalhador rural.

Neste ano, 1989, acontece depois de longa abstinência, iniciada a força em 1964, a eleição para presidente, nesta ocorre uma disputa entre dois projetos: neoliberal (Collor) x Lula (Democrático Popular) que resultou na derrota da “Frente Brasil Popular”.¹⁴⁰ Nesta eleição pôde votar quem tinha 16 anos e tirou o título, mas não era obrigatório; a PJR se envolveu nesta campanha para que os jovens retirassem seu título e votassem.

Na PJR, neste momento, houve uma perda dos militantes engajados e um descolamento da base. Analisando sua caminhada, deu-se conta que a geração fundante estava passando e que era necessário voltar a olhar com carinho para os clamores da base, da juventude rural. Para isto, nos

¹³⁹Mara estava na Secretaria da PJR-RS e foi quem contribuiu primeiro com a Secretaria Nacional da PJR.

¹⁴⁰O PT só conseguiu colocar Lula no poder na eleição de 2002, após ter trocado o macacão pelo terno e gravata e afirmar que não poderia realizar o projeto da classe trabalhadora. Passou apenas a procurar incluir mais pessoas na sociedade capitalista.

anos de 1990 e 1991, a PJR-RS fez um estudo da juventude rural, denominado de “Pesquisa Participante”.

Em 1989 e 1990 aconteceu a primeira Escola de Formação da PJR. O processo de formação se dava através de um Treinamento de Liderança (TL) para despertar a liderança; depois pelo Treinamento de Ação Pastoral (TAPA) para despertar a militância; e finalmente pela Escola Diocesana e pela Escola Estadual.

Nos dias 9 a 11 de janeiro de 1990 se reuniu a CNPJR (só sabemos da existência desta reunião).

Nos dias 2 a 4 de abril de 1990, em Goiânia/GO, se reuniu a CNPJR, para: preparar o Seminário Nacional para militantes e assessores; analisar a conjuntura (Plano Collor); ver o proposto nos cadernos dos princípios organizativos e sobre a JAC; e definiram a assessoria da PJR por blocos (frei Jessé¹⁴¹, PE, pelo Nordeste; padre Adriano, MT, pelo Centro-Oeste; padre Eduardo, MG, pelo Leste; padre Deoclésio, PR, pelo Sul; “ainda não”, pelo Norte); entre outros assuntos.

Em julho de 1990 aconteceu a I Assembleia do Movimento da Juventude Rural Cristã – MJRC, que surgiu a partir dos grupos de jovens da Animação dos Cristãos no Meio Rural – ACR, no Nordeste. Entre seus objetivos está o de representar os interesses da juventude rural do Brasil.¹⁴² O que revela mais de uma força procurando articular a juventude cristã do meio rural.

A preocupação da PJR com o trabalho junto aos jovens rurais foi aumentando, bem como, a necessidade de dar respostas concretas à realidade, aprofundando e sistematizando as experiências já existentes, precisava-se definir um jeito próprio ou uma metodologia. Foi com este desafio que na I ANPJR – Assembleia Nacional da PJR, os participantes definiram “Metodologia” como o tema de estudo do **II Seminário Nacional** (ou I Seminário Nacional de Assessores e Militantes da PJR), que aconteceu entre 06 e 11 de agosto de 1990, em Belo Horizonte/MG, onde participaram 6

¹³⁹Mara estava na Secretaria da PJR-RS e foi quem contribuiu primeiro com a Secretaria Nacional da PJR.

¹⁴⁰O PT só conseguiu colocar Lula no poder na eleição de 2002, após ter trocado o macacão pelo terno e gravata e afirmar que não poderia realizar o projeto da classe trabalhadora. Passou apenas a procurar incluir mais pessoas na sociedade capitalista.

¹⁴¹Frei Cícero dos Santos Jessé nasceu em 07/08/1954, no Sítio Jurubeba (São Bento do Una). Fez seus primeiros votos na Ordem dos Frades Menores em 01/02/1979 em Ipojuca e sua profissão solene, como leigo, foi no Sítio Cruz em 13/02/1984. Entrou na PJMP-R em 1982, e depois PJR, se colocando a serviço dos jovens rurais. Faleceu em 22 de março de 1995.

¹⁴²Mundo Jovem, Ano XXI, Número 159. Setembro de 1991. p. 15.

Regionais e 7 Unidades da Federação¹⁴³. Ali se adotou uma metodologia (prácticateoriaprática) e nela um método de reflexão (ver julgar agir). Nas reflexões e discussões dizia-se que metodologia faz parte da estratégia de ação, pois ela é o processo para realizar o que queremos. Firmou-se então que a metodologia da PJR deve partir da prática social, teoriza-se esta prática e volta à prática para transformá-la, sendo que o método é flexível, isto é, muda de acordo com a realidade de cada região. O Seminário redigiu uma “carta aberta à população” sobre o ocorrido dia 8 deste mês na praça da matriz, em Porto Alegre/RS¹⁴⁴. Este seminário teve a participação da CPT – Comissão Pastoral da Terra. Nesta época já há PJR em Rondônia.

De 09 a 11 de novembro de 1990, no Rio de Janeiro, realizou-se uma reunião da CNPJR, onde: socializou a caminhada dos regionais; fez-se uma análise da conjuntura; avaliou-se a sua participação no CNL; preparou a ANPJR; propôs um curso para julho de 1991 para que jovens possam assessorar as Dioceses sobre a Campanha da Fraternidade de 1992 (Juventude, caminho aberto); entre outros pontos de pauta.

Em janeiro de 1991 a PJR coloca seus primeiros estudantes num curso dos movimentos sociais, no DER-FUNDEP. Era o curso de Magistério, que era ensino médio e profissional ao mesmo tempo¹⁴⁵.

Em Janeiro de 1991 sai, pela CCJ¹⁴⁶, o caderno “Da JAC à PJR”, ou a PJR, com apresentação de Jorge Boran. Foi uma importante contribuição já que a PJR estava preocupada com as suas raízes. Neste mês é publicado o “Catecismo Popular”, de Frei Betto, que ajudou no processo de formação.

De 3 a 5 de maio de 1991 se reuniu a CNPJR¹⁴⁷, em Goiânia/GO, para decidir a assessoria no Encontro da PJR em Montes Claros – MG e a não mais participação da PJR no CNL; avaliar a caminhada da PJR nos regionais; fazer análise da conjuntura eclesial; e preparar a ANPJR; entre outros pontos de pauta.

¹⁴³Norte I (RO e AC); Sul III (RS), Sul 4 (SC), Centro-Oeste (MS), Leste II (MG) e Leste I (RJ).

¹⁴⁴Numa ação da polícia militar para retirar manifestantes dos Sem Terra que estavam na praça em frente ao Palácio do Governo, é morto um soldado. Mais detalhes ver no livro *Uma foice longe da terra*, de frei Sérgio Görgem, editora Vozes.

¹⁴⁵Os estudantes foram: Ivori Moraes, atualmente no MST e Luciana Pazzinato (Mana), atualmente no MMC – Movimento das Mulheres Camponesas.

¹⁴⁶Da JAC à PJR: Entrevista com Schio e Caramuru assistentes nacionais e latino-americanos da JAC (Juventude Agrária Católica). São Paulo: Centro de Capacitação da Juventude, 1991.

¹⁴⁷Silvana (MS), Edna (PE), Zeca (SC), Chico (RO), Generosa (RJ), Lorena (RS), Geraldo (MG) e frei Érico (RS). Frei Jessé e Mara enviam carta.

Em maio de 1991 o papa João Paulo II publica a encíclica social **Centesimo ano** (CA), celebrando cem anos da Rerumnovarum (1891) e do Ensino Social da Igreja. Motivado pelo centenário e pelas mudanças que estão acontecendo, no Brasil, a CNBB¹⁴⁸ realiza a 1ª Semana Social Brasileira (1º SSB), cuja atividade nacional foi em novembro, tendo por tema o “Mundo do Trabalho, Desafios e Perspectivas”. A Editora Vozes lança, em 1992, a Coleção Ensino Social da Igreja: o primeiro volume é “ESI: desafio às comunidades”, numa tentativa de popularizar este Ensino.

Em junho de 1991 as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da CNBB (1991-1994) tem por objetivo “Evangelizar, com renovado ardor missionário, testemunhando Jesus Cristo, em comunhão fraterna, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, para formar o povo de Deus, participar da construção de uma sociedade justa e solidária, a serviço da vida e da esperança nas diferentes culturas, a caminho do Reino definitivo” (Documento 45).

Entre 27 de julho e 1º de agosto de 1991 aconteceu a **II Assembleia Nacional da PJR**¹⁴⁹, na comunidade de Taizé, em Alagoinhas, na Bahia, que tinha como tema “Mística da Mãe Terra”, dela participaram jovens de 10 estados, a saber: Goiás, Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Rondônia. Ela realizou-se com o objetivo de avaliar a caminhada, aprofundar a Mística da Mãe Terra e a espiritualidade do jovem rural. É possível perceber que nossa Espiritualidade se caracteriza por estar encarnada na realidade da pessoa concretamente situada, na expressão popular da fé, na Mãe Terra, na comunhão com o movimento popular e social e nos conflitos. A paixão pelo Reino, pelo novo e pela vida, são os traços fortes desta espiritualidade. Também retoma os princípios orientativos, prepara o Congresso Latino Americano de Jovens. Nesta oportunidade concretizaram-se os princípios orientativos da PJR. Decidiram criar um símbolo e um hino da PJR¹⁵⁰. Na secretaria assume **Lorena Rizzi**¹⁵¹, do RS. Na Assessoria

¹⁴⁸Puxada por dom Afonso Gregori, de Imperatriz – MA, e dom Demétrio Valentini, de Jales – SP.

¹⁴⁹Objetivos: avaliar a nossa prática pastoral e os resultados alcançados (articulação, formação e organização); aprofundar a mística e dinâmica da PJR; Retomar, discutir e apontar os princípios e linhas de atuação; despertar uma consciência latino-americana, através do lema “Jovens com Cristo construímos uma nova América Latina”. Teve assessoria de frei Jessé e frei Érico.

¹⁵⁰O Símbolo foi feito no mesmo ano e o hino nunca foi feito. Alguns consideram o hino do I Congresso como o hino da PJR (conforme algumas folhas de canto).

¹⁵¹Provavelmente Secretaria Nacional de 1990 a 1992 (carta assinada por ela como secretaria em 03/03/1990).

uma comissão colegiada: Mara Rodrigues do RS (mulher, negra e leiga), frei Jessé de PE e frei Érico do RS. Na CN ficam: Zeca e Luciana ou Evandro (Bloco Sul); Silvana e Ersá (bloco Oeste); Geraldo e ... (Bloco Leste); Chico (Bloco Norte) e Paulo Ananias, do RN, e ... (Bloco Nordeste). No final teve uma Carta aos jovens rurais (31/07/1991) os convidando a lutar pela sua permanência na terra, nossa mãe, problemática que nos leva a manter esta luta de resistência até os dias de hoje.

Em setembro de 1991 o Jornal Mundo Jovem¹⁵² publica o artigo “MJRC – uma alternativa para os jovens rurais” onde apresenta o **Movimento da Juventude Rural Cristã**, que realizou a sua primeira Assembleia Nacional em julho de 1990. O MJRC nasceu dos grupos de jovens da ACR – Animação dos Cristãos no Meio Rural.

De 28 de dezembro até 05 de janeiro aconteceu o I Congresso Latino-Americano de Jovens com o tema “Jovens com Cristo construindo uma nova América Latina”, em Cochabamba, na Bolívia. Pela PJR participaram Edna Maria do Nascimento da Silva, de Garanhuns/PE; José Claudenor Wermohlen, de Florianópolis/SC; José Francisco Pinheiro, de Ariquemes/RO; e Mara Teresinha Monteiro Rodrigues, de Passo Fundo/RS.

Em 1992 o tema da Campanha da Fraternidade foi “Fraternidade e Juventude” e o lema “Juventude – caminho aberto”. Neste ano a PJR-RS inicia a preparação de experiência missionária, as **Missões Jovens**, como forma de se multiplicar em novas paróquias ou municípios.

Neste ano de 1992 acontece a Conferência de **Santo Domingo**, que não utiliza mais o método de reflexão “ver julgar agir”, mas indica o “ver, julgar, agir, revisar e celebrar” para despertar o protagonismo da juventude (nº 119), e chama a atenção para a inculturação.

Acontece uma reunião da CNPJR em Agudos/SP, de 06 a 11 de janeiro de 1992 (só sabemos desta reunião por um relatório da PJMP-R de balanço de 1992).

Em abril de 1992 o Jornal Mundo Jovem¹⁵³ publica artigo de Roseli Salete Caldart intitulado “Uma terra de educar” onde apresenta a atuação do Departamento de Educação Rural – DER, que atua desde agosto de 1989. Ele iniciou o curso de capacitação de professores, em janeiro de 1990, e o Curso Alternativo de 1º Grau, em outubro de 1991.

De 16 e 17 de maio de 1992 aconteceu reunião da CNPJR onde se

¹⁵²Mundo Jovem, Ano XXIX, Número 228, p. 15 (159).

¹⁵³Mundo Jovem, Ano XXX, Número 232, p. 11 (35).

avaliou a participação do Jessé e da PJR, na CNAPJ; foi encaminhada a elaboração de hino e símbolo da PJR decididos na Assembleia anterior; avaliada a participação da PJR na CF-92; preparado o próximo Seminário Nacional; e após análise do texto propõe que seja elaborada uma nova versão dos princípios orientativos.

Em 30 e 31 de julho de 1992, acontece outra reunião da CNPJR, em Campo Grande/MS, (só sabemos desta reunião por um relatório da PJMP-R de balanço de 1992). É bom lembrar que a PJMP-R continua no Nordeste como PJMP-R, mas participa da PJR Brasil e tem/tinha contato com a ACR – Animação dos Cristãos no Meio Rural (boletim de 1989) e do MJRC – Movimento da Juventude Rural Cristã (boletim a voz da juventude rural de dezembro de 1994). A PJMP-R só assumiu a sigla PJR numa atividade no Nordeste II em 1999.

Em julho de 1992 o *Jornal Mundo Jovem*¹⁵⁴ publica “A difícil situação dos jovens rurais”, de Cláudio Risson, de Erechim/RS, membro da PJR, e que estão desenvolvendo experiências concretas que os ajude a permanecer na roça e chama os jovens para a participação na PJR e nos movimentos sociais. Este mesmo número publica um artigo sobre o 5º Congresso Nacional da Juventude Trabalhadora, organizado pela JOC.

Crescia, a cada dia, a preocupação com o jovem e a jovem na sua totalidade e esta não era somente da PJR, mas em outras pastorais e entidades que trabalhavam com a juventude e com o povo em geral. Sendo assim, entre 1 e 8 de agosto de 1992, aconteceu o **III Seminário Nacional da PJR**¹⁵⁵, em Campo Grande/MS¹⁵⁶, que teve como eixo de discussão o “Projeto Pessoal integrado ao Projeto Comunitário”, enfocando o jovem como cidadão, sendo protagonista da sua história, da nova sociedade, bem como da PJR: “Construir coletivamente implica em acreditar nas pessoas no seu potencial da criatividade, força, poder e mística ...”.

Acontece uma nova reunião da CNPJR¹⁵⁷, em Brasília, de 24 a 26 de novembro de 1992, para: aumentar o prazo para o hino e encarregaram um colega de Jessé para fazer uma síntese das sugestões de símbolo; parceria PJR e SPM – Serviço Pastoral do Migrante; necessidade da PJR ter uma entidade civil; urge sair a primeira versão dos princípios da PJR

¹⁵⁴Mundo Jovem, Ano XXX, Número 235, p. 10 (106) e 11 (107).

¹⁵⁵Teve a assessoria de Mara Teresinha Rodrigues, frei Cicero dos Santos Jessé e padre Adilson Schio e frei Érico Hickmann.

¹⁵⁶MS, MT, GO, RS, SC e PE são os Estados que conseguimos identificar pela lista dos nomes.

¹⁵⁷Frei Jessé, frei Érico, Silvana, Cláudio, Marcos, Zeca, Valdeci e Lorena.

(prazo janeiro de 1993); entre outros.

Há um “Plano de Atuação”, Caderno 1, “atuar com integridade pessoal e comunitária” que contém o resultado do debate do III SNPJR, mais um artigo do Jessé sobre “afetividade e sexualidade” (Conclusões do Encontro Diocesano da PJMP-R de Garanhuns realizado dias 12 e 13/09/1992) e outro “concepção e sonho da PJR-RS”.

Ainda em 1992 é publicada uma cartilha da PJR do Brasil denominada “Princípios Orientativos”, como subsídio para orientar a caminhada. Este caderno tem a capa “verde”, com o símbolo da PJR, que finalmente ficou pronto.

No cenário político brasileiro, explode o movimento dos “caras pintadas”, a corrupção e o não entendimento da burguesia na partilha dos recursos do povo, via Estado, cria as condições para o movimento “Fora Collor”, também em 1992. Com a televisão noticiando a ação da juventude “cara pintada”, o movimento terminou em processo de impeachment e provocou a renúncia do presidente em dezembro do mesmo ano.

O vice Itamar entra em cena: chama em maio de 1993 FHC para ser ministro da fazenda e este inicia o processo de implementação do neoliberalismo no Brasil começando pela estabilização econômica, com o Plano Real, em junho de 1994. O que parecia uma sinalização de um reascenso da luta de massas, feita pela juventude cara pintada, se transformou no atrelamento do Brasil aos interesses da economia capitalista internacional.

Ainda em 1993, as Pastorais Sociais da CNBB iniciam a **2ª SSB** com o tema “Brasil – Alternativas e Protagonistas” a qual se concluiu em julho de 1994, quando é proposto o Grito dos Excluídos, que tem início em 1995. Este debate sobre “o Brasil que queremos” acabou influenciando a elaboração do Projeto Político da PJR, que depois levanta a bandeira da **Terra Livre Brasil**.

Em 1993 a PJR-RS tenta construir um plano de formação intitulado “formar é dar forma à ação” abrangendo: afetividade e sexualidade; relações humanas; os valores e contra valores do jovem rural; a espiritualidade do jovem rural; a história do povo de Deus (Bíblia); a novidade do Reino de Deus hoje; como se faz análise de conjuntura e estrutura; como funciona a sociedade; a luta dos trabalhadores e esferas de transformação; fé e política e ética política; agricultura alternativa; metodologia; comunicação; Mercosul e a formação e projeto político da PJR. No mesmo ano sai o número 6 da coleção jovem da roça “Sem medo de ser feliz” sobre “afeti-

vidade e sexualidade” elaborado pela PJR-RS¹⁵⁸; foi o número derradeiro desta coleção.

A PJR agora passa a encaminhar jovens, como agricultores, para o Curso Técnico de Administração de Cooperativas – TAC, no DER-FUNDEP e no curso de Agentes de Desenvolvimento Rural – ADR (educação fundamental), ambos em regime de alternância.

Registra-se outra reunião da CNPJR¹⁵⁹, em Brasília/DF, de 25 a 28 de maio de 1993, para: relato da caminhada relacionando o “eu”, de cada um, com a “PJR”; cartilha de afetividade; entre outros. Cátia Lorenzoni (1973) está na Secretaria Nacional da PJR desde o início de 1993.

De 27 a 29 de julho deste mesmo ano, acontece outra reunião da CNPJR, em Acesita/MG, para: debater a necessidade da PJR ter um compromisso fundamental com a organização da juventude; preparar um subsídio para iniciantes; preparar a ANPJR; importante ressaltar que nesta ocasião ainda não saíram os princípios orientativos. Mara Rodrigues saiu da equipe colegiada de assessoria; entre outros.

Em 1993 há uma derrota esmagadora do Projeto Democrático Popular, realizada por Fernando Henrique Cardoso - FHC, graças ao Plano Real, que consagrou a radicalização da implantação do neoliberalismo, que começou pela estabilidade econômica e continuou pelo repasse do patrimônio público para a iniciativa privada (privatização), denominada mais tarde de “privataria”.

Acontece uma nova reunião da CNPJR¹⁶⁰ em São Paulo, de 5 a 8 de novembro de 1993, para: preparação ANPJR, em Acesita/MG; aproveita-se o espaço para fazer a partilha da caminhada e há a constatação que a CNAPJR (Comissão Nacional de Assessores/as da PJR) nunca funcionou (a PJR só tem assessoria no máximo nos regionais).

Neste ano de 1993, numa iniciativa da base, acontece em Jaboticaba/RS, a primeira Missão Jovem. Foi uma experiência de juventude missionária junto aos jovens e as comunidades nesta paróquia de domínio rural, que ajudou na preparação dos missionários como de agentes e no fortalecimento e criação de grupos de jovens.

¹⁵⁸Temas: para sempre amigos... a amizade e a juventude; criando laços de afetos... o jovem diante do namoro; procurar o outro e ser feliz... o amor, os jovens e a vida; o desejo de descobrir a felicidade... o corpo e a sexualidade; conquistando a liberdade, gerando o novo... por novas relações afetivas; paz, justiça e felicidade para todos... construindo e partilhando o Reino.

¹⁵⁹Frei Jessé, frei Erico, Valdeci, Noaldo, Luciana, Marcão, Zeca e Catia.

¹⁶⁰Valdeci, Marcão, Érico, Adilson, Cátia.

Também em 1993 acontece a 10ª Assembleia Nacional da PJ, com a participação das específicas (PJ, PJMP, PJE e PJR). Foi um momento importante para a caminhada da Pastoral da Juventude do Brasil, sendo assim a III Assembleia Nacional da PJR, que deveria acontecer neste ano, é deixada para 1994. Não teve nenhuma atividade nacional da PJR neste ano, salvo as reuniões da Coordenação Nacional - CN.

Retomando o relatório da CN de outubro de 2001 sabemos que a PJR foi se construindo passo a passo. Ela definiu:

1989 – A sua organização (I Assembleia Nacional – Divinópolis - MG). Mara Rodrigues na secretaria nacional.

1990 – A sua metodologia (II Seminário Nacional – Belo Horizonte - MG).

1991 – A sua espiritualidade / mística (II Assembleia Nacional – Alagoinhas - BA). Lorena Rizzi na secretaria nacional.

1992 – A articulação entre o projeto pessoal e o projeto comunitário (III Seminário Nacional – Campo Grande – MS). Criado o símbolo ou escudo da PJR, que fica ofuscado pela “Terra Livre Brasil”.

1993 – Processo de divulgação do Símbolo da PJR. Cátia Lorenzoni na Secretaria Nacional.

IV. 2 - Percebendo os seus sujeitos e a sua missão / projeto (1994-1996)

Aconteceu de 7 a 14 de janeiro de 1994, a **III Assembleia Nacional da PJR**¹⁶¹, no Colégio Monsenhor Rafael, em Timóteo/MG, com o tema “antropologia, sociologia e valores culturais da juventude rural”. Estavam presentes representantes dos estados de: Santa Catarina, Amazonas, Alagoas, São Paulo, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Espírito Santo e Rio de Janeiro, e, contaram com a presença de índios Pataxó e Pancararu, das EFAs do Espírito Santo, do DER-FUNDEP e da pastoral operária, entre outros. Foi o momento de

¹⁶¹ Assessoria de padre Jerônimo Nunes, da CPT Nacional.

retomar as decisões da II AN e refletir sobre os valores do jovem rural e debater a sua vida, interligando a um processo histórico, a fim de clarear o papel da PJR (ação, base, estrutura, relações ...). Foi um momento de conhecer e propor experiências alternativas concretas para a permanência na terra, afinar relações com entidades que também realizam trabalho com os jovens rurais (CPT, CIMI, MST...). Reviu-se organização, definindo que a Coordenação Nacional¹⁶² e a Comissão Nacional de Assesores¹⁶³ teriam um representante por regional. Foi apresentada a experiência da “Missão Jovem”. Nesta assembleia foi confirmada a continuidade da jovem **Cátia Lorenzoni**¹⁶⁴ na secretaria nacional.

Na capa do relatório da III ANPJR há um adesivo do escudo da PJR, apesar de nela estar os dois jovens com o mapa da Terra Livre Brasil: O adesivo foi feito como forma de popularizar o seu símbolo. O mesmósímbolo está impresso na capa da cartilha de planejamento da PJR (1994-1997). No segundo semestre de 1995, há fotos que indicam que este símbolo passou a ser utilizado em painéis. Mas a Bandeira da PJR só surgiu em 1998, sinalizando a presença da juventude camponesa numa marcha da Consulta Popular. Há um espaço de sete anos (1991-1998) entre a decisão de criar o símbolo (escudo) da PJR, voltado para dentro, e a produção das primeiras bandeiras, voltado para fora.

Neste ano a PJR publica o caderno “Projeto Político da PJR-RS” que procura concretizar o “Terra Livre Brasil” e aponta a necessidade da constituição de um novo projeto popular, mas sem força para o implementar, por isso, a partir de 1997, aos poucos, se engaja na Consulta Popular em vista de um Projeto Popular para o Brasil e nele um Projeto Popular de Campo.

Realiza-se nova reunião da CNPJR¹⁶⁵, em Goiânia/GO, de 6 a 9 de abril de 1994, para: trocar ou socializar experiências (eu x trabalho); avaliar a III ANPJR; preparar o próximo SNPJR; propor material de formação; entre outros.

Em julho de 1994 o Jornal Mundo Jovem¹⁶⁶ publica o artigo “O jovem

¹⁶²Janete, RS; Jacson, SC; Marcão, MG; Silvana, MS; Valdeci, NE; a decidir, SP; Manuel, AM; Geneci, L1; Antonio Maria (GO).

¹⁶³Érico (RS), Zeca (SC), Jessé (NE2), Alec (L2), Irmã Jandira ou Sirlete (Oeste).

¹⁶⁴Assume a Secretaria Nacional provavelmente em 1993 e fica até fevereiro de 1995.

¹⁶⁵Jacson (SC), frei Érico (RS), Pedro (SP), Irmã Jandira (MS), padre Alec (MG), Valdeci (PE), Cátia, Sandra Procópio (SN-PJ) e Ersa.

¹⁶⁶Mundo Jovem, Ano XXXII, Número 253, p. 14 (110) e 15 (111).

da roça”, do padre **Adilson Schio**, saletino, assessor da PJR. Neste, Schio chama a atenção para o processo de semear, cultivar e colher, que forma o “modo de ser” do jovem rural: como falta terra, nem sempre há espaço para semear; como a urbanização lhe caracteriza, nem sempre consegue cultivar-se como rural; como colher, se faltam condições de permanência na terra, de escolarização. Ecoa o grito: Reforma Agrária! E neste mesmo número traz uma reportagem sobre “Ezequiel, um jovem italiano morto nas terras do Mato Grosso” em 24 de julho de 1985.

Ocorre, também em 1994, uma reunião da CNPJR¹⁶⁷ em Timóteo/MG, de 9 a 11 de agosto, para: comentar a falta de frei Jessé, que está doente, e se propõe que seja recolhido o material da PJR que está com ele; preparar o SNPJR; elaborar material para a formação; propor a elaboração de um plano estratégico para trabalhar junto com a CPT e movimentos sociais do campo, já que a PJR não tinha como realizar o “Terra Livre Brasil” sozinha; decidir a troca da liberada: Cátia fica até fevereiro de 95, então será substituída por **Luciana Pazzinato** (1973), a Mana, que ficou liberada até a IV ANPJR (1997).

Acontece nova reunião da CNPJR¹⁶⁸ ainda em 1994, de 19 a 23 de novembro, agora em São Paulo/SP, para: informar a caminhada nos regionais (experiências alternativas); ajustar a Assessoria (frei Jessé está doente e está em jogo à história da PJR Nacional e da PJMP-R Nordeste e frei Érico está indo para a Alemanha) que passou a ser constituída pela Irmã Jandira Luvizon, MS, o leigo José Claudenor Vermohlenou Zeca, de SC, frei Jessé e padre Adilson Schio; ajustar a preparação do SNPJR; ver o material para iniciantes, em elaboração, e o dos princípios orientativos, os quais ainda não estão prontos; discutir sobre o plano estratégico nacional, que em relação ao mesmo concluiu-se que não dá para fazer um plano estratégico nacional, mas o mesmo deverá ser feito pelos regionais; o mesmo valia para o plano de formação, é difícil de fazer um nacional, por causa da sua operacionalização; entre outros.

Neste ano, 1994, inicia-se o Boletim Informativo Nacional da PJR do Brasil. É um instrumento para anunciar as suas bandeiras, divulgar a caminhada, auxiliar na articulação da base e mostrar a cara da PJR.

Este período histórico foi marcado pelo embate entre o movimento po-

¹⁶⁷Marcão (Leste II), Ir. Jandira (Oeste I), Pedro (SP), Terezinha (Oeste I), Érico (RS), Geneci (Leste I), Ivo (centro-Oeste), Valdeci (Nordeste 2), Cátia (RS).

¹⁶⁸Ivo (Centro-Oeste), Ruimar (SC), Ir. Jandira, Terezinha (Leste 1), Cleudo (NE2), Marcão (MG e ES), padre Adilson, frei Érico, Zeca e Cátia.

pular e o movimento sindical, pois o segundo queria transformar o primeiro em uma comissão sua, tirando-lhe a autonomia. E, ao mesmo tempo, o PT não conseguiu organizar os seus núcleos de base, e assim foi perdendo o seu enraizamento popular o que levou o partido a cada vez mais ser comandado pelos que estavam inseridos no parlamento e na máquina partidária. Aos poucos o PT trocou o “macacão” de peão pelo “terno e gravata”, o que levou a mudar a sua estratégia: abriu mão da transformação da sociedade e abandonou o horizonte socialista e passou apenas disputar o governo, visando um capitalismo mais democrático e participativo.

Foram cinco anos onde a PJR procurou construir, com uma costura delicada, sua unidade nacional, pois nossa origem fragmentada nos leva a atuar como uma “confederação”, onde a nacional apenas socializa e une as várias iniciativas que são implementadas pelos estados. Entre os desafios estavam: tentar evitar a perda dos engajados, enfrentar o risco de tornar-se um movimento social, fortalecer as instâncias nacionais para superar o comando dado a partir do sul, que tende a querer dar o “tom” para a caminhada.

Neste tempo a PJR passou olhando mais para ela mesma. Neste olhar foi dando-se conta da necessidade de ser protagonista de um projeto popular, assumindo uma militância no mundo. Percebe a urgência de, como Igreja, retomar o trabalho de base junto à juventude camponesa, o que deu origem ao debate de “que tipo de sociedade queremos”.

O ano de 1995 inicia ainda sob ressaca da derrota esmagadora e da posse de FHC presidente em 1994: estava consagrado pelas urnas o projeto neoliberal. Meses depois, o governo, com apoio da justiça, provoca a derrota sindical dos petroleiros, danificando a espinha do movimento sindical, o que acentuou o descenso da luta popular. Mas, a PJR do Mato Grosso do Sul, em 1995, lançou seu primeiro **candidato jovem: Osmar**, via PT, revelando que este debate ainda não se realizava entre nós.

A Reunião da CNPJR, que acontece em Dourados/MS, nos dias 10 e 11 de janeiro de 1995, objetiva articular: últimos ajustes em vista do SNPJR; ver os materiais de formação que estão quase prontos (subsídio para iniciantes; caderno de textos para militantes e princípios orientativos). A reunião da CN continuou dia 19 para avaliação do seminário. Este relatório é assinado por Luciana e em sua capa há um desenho de uma bandeira com o mapa do Brasil escrito “Terra Livre Brasil”.

Enquanto PJR reafirmamos a nossa identidade, articulada a uma bandeira construída desde 1992, num processo de envolvimento e com o compromisso na construção do Reino. Levantamos e confirmamos a bandeira da “Terra Livre Brasil”, entre 12 a 19 de janeiro de 1995, no **IV Seminário Nacional**, em Dourados/MS, com o tema “Terra: nossa casa, nossa mãe”. Este seminário marcou a caminhada da PJR, bem como, a vida de muitos jovens, pois Terra Livre Brasil é o grito de ordem que desde então vem sendo ouvido com muita força e ele traduz em si a luta pela terra respeitada e repartida, voltada para o bem comum daqueles que na lida diária tiram daí o sustento para a sua vida e de sua família.

Em 22 de março de 1995 a PJR perdia um dos seus assessores nacionais, o frei franciscano Cícero dos Santos Jessé¹⁶⁹. Em fevereiro de 1995, já doente e tendo que deixar de estar nos compromissos, ele tinha escrito aos jovens: “*não deixem de fazer nada porque estou ausente*”. Irmã Jandira Luvison assim escreve “*Saudades ... PJR perde uma grande força... Jessé você partiu para a casa do Pai e nós ficamos curtindo a saudade e a solidão. Cedo demais, 40 anos, Jessé, a PJR ainda precisava de você. Vai ser difícil a gente se acostumar sem a tua presença nas reuniões, assembléias, seminários, ... dói demais... mas o teu nome Jessé está escrito nas nossas agendas, rascunhos, relatórios e mais do que isto fica bem gravado em nós a tua bondade, testemunho com tudo aquilo que você é e foi para nós*”.

A CNPJR¹⁷⁰ se reuniu em São Paulo/SP, de 12 a 15 de maio de 1995, onde pauta-se o debate de gênero, estabelecendo como o mesmo deverá ser realizado e assumido pela PJR. Neste espaço, ainda foi avaliado o boletim nacional da PJR; feita a preparação do próximo seminário nacional; entre outros.

Em maio de 1995, a CNBB lança suas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, até 1998, com o objetivo de “Evangelizar, com renovado ar-

¹⁶⁹Franciscano da província do Nordeste, com sede em Recife. Quem foi Jessé? Jessé é o assessor nacional da PJR. “Um homem companheiro, amigo, confiante, extremamente sensível, observador, humano, atento às necessidades do outro, dava valor ao mínimo gosto, possuía uma mística Divina, era de uma sabedoria inexplicável, compreensivo, escutava e comungava com o outro, austero consigo mesmo. Era um verdadeiro filho de São Francisco. Jessé você é tudo muito isto e mais, por isso que a irmã morte te chamou para aquele lugar onde tudo é gozo, paz, alegria, felicidade, justiça, igualdade, humanidade, festa, enfim tudo aquilo que você pregava. Em meio a esta eterna festa lembre tua Mãe, família, confrades e com muito carinho teus filhos jovens rurais, ta? Querido Jessé, na Fé continuamos juntos até o dia do eterno encontro”. Em nome da PJR de Dourados, MS, Jandira Luvison, assessora.

¹⁷⁰No relatório há relatos dos seguintes estados/regionais: Centro-Oeste; PR, RS, SC, RJ, NE2 (AL), CE, MS, MG, AM, RO, MA e PA.

dor missionário, testemunhando Jesus Cristo, em comunhão fraterna, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, para formar o povo de Deus, participar da construção de uma sociedade justa e solidária, a serviço da vida e da esperança nas diferentes culturas, a caminho do reino definitivo”, assumindo o projeto de preparação para o novo milênio (Documento 54).

Neste mesmo ano, o tema da Campanha da Fraternidade foi “Fraternidade e os excluídos” e não podemos nos esquecer da “exclusão do homem e da mulher da terra”, do e da “jovem camponês”. Esta Campanha da Fraternidade acaba se desdobrando anualmente no “grito dos excluídos”, sendo que o primeiro aconteceu em setembro deste ano, colocando “A vida em primeiro lugar” e não a propriedade ou o capital.

Em 15 de maio de 1995 a PJR elabora uma carta aberta sobre o “Il Grito da Terra Brasil” que acontece de 5 a 9 de junho, “para ecoar o grito de uma TERRA LIVRE BRASIL”. Nos dias 12 a 15 de maio, em São Paulo/SP, esteve reunida a assessoria da PJR.

Em junho de 1995 é publicado no Jornal Mundo Jovem¹⁷¹ uma “celebração da terra livre Brasil”, de padre Adilson Schio, para celebrar no dia 25 de julho “um Brasil livre, com uma terra livre”.

Em julho de 1995 aconteceu a 11ª ANPJ - Assembléia Nacional da Pastoral da Juventude - em Brasília/DF. Ali se definiu uma nova organização do conjunto das “Pastorais da Juventude”: surge a “PJ do Brasil” (depois denominada PJB)¹⁷², com participação paritária de cada uma das “quatro irmãs”, a saber, PJ, PJMP, PJE e PJR, pois todas são filhas da Igreja. Também decide elaborar um planejamento em conjunto, com projetos concretos. E a coordenação nacional passou a ter representação paritária. Um dos assessores da 11ª foi o padre Adilson Schio, também assessor da PJR.

Neste mês de julho de 1995 é publicado no Jornal Mundo Jovem¹⁷³ o artigo “Na terra nascemos, na terra queremos viver: o sonho do jovem da roça”, de Luciana Pazzinato (Mana), conclamando “os jovens a levantar e assumir a bandeira de luta da Terra Livre Brasil”.

A CNPJR¹⁷⁴ se reuniu em São Paulo/SP, dos dias 18 a 21 de agosto de

¹⁷¹Mundo Jovem, Ano XXXIII, Número 261. p. 8 (80).

¹⁷²Aos poucos a PJ percebeu que a ANPJB não era mais a ANPJ, o que se confirmou na 12ª ANPJB. Começa então a construir uma organização própria da PJ, a exemplo das demais irmãs.

¹⁷³Mundo Jovem, Ano XXXIII, Número 262. p. 6 (102).

¹⁷⁴Zeca e Jacson (SC); Geneci (RJ); Gleidson (NE2); Jandira e Terezinha (MS); Ivo (GO); Isnar e Chico (RS); Esmael e Jaimir (PE) e padre Adilson (SP), Mana (SN).

1995, neste espaço dialoga sobre: a possibilidade de intercâmbio com a Alemanha (proposta de frei Érico Hickmann, que lá estava trabalhando); nenhum dos materiais de formação da PJR está pronto; encaminhado um material em memória de frei Jessé¹⁷⁵; debateu a missionariedade; encaminhamento do Seminário; entre outros.

Em agosto de 1995 saiu o Boletim Informativo Nacional da PJR (número 3), com a Carta de Brasília da ANPJ (16/07).

A CNPJR¹⁷⁶ se reuniu em São Paulo/SP, dos dias 06 a 09 de novembro de 1995, com o objetivo de fazer a partilha dos regionais; ver os materiais em elaboração; preparar o seminário nacional; entre outros.

Em dezembro de 1995 saiu o Boletim Informativo Nacional da PJR (número 4): em preparação ao V Seminário Nacional da PJR.

Em 1995 a PJR conseguiu colocar seus estudantes em outro curso do Movimento Popular, este para formar técnico-profissional em agricultura (TAPE), também na FUNDEP. Na EFA de Monte Santo iniciou o ensino médio e técnico em 2004 e na EFA de Barra do São Francisco em 2006.

Por esta época foi publicada uma cartilha da PJR do Brasil com os seus “Princípios Orientativos” (sem data). Sua capa tem o mesmo desenho da V ANPJR e dentro cita o ano que a PJR ergueu a bandeira da Terra Livre Brasil (1995) e fala em Novo Milênio (1997).

No ano de 1996 é constituído o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, como instrumento de luta mais eficaz que o STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais -de então, que realiza no final de 1997 o seu primeiro Encontro Nacional em Ronda Alta/RS.

Neste ano de 1996 tem início a 3ª Semana Social Brasileira (3ª SSB)¹⁷⁷, sobre a dívida externa, que culmina em 1999, com a proposta do “Resgate das Dívidas Sociais – Justiça e Solidariedade na construção de uma sociedade democrática” e a questão do “perdão das dívidas”. Nela se faz

¹⁷⁵Folha A4 de papel cartão dobrada, com fotos, seus dados, uma mensagem e um bilhete dele que diz “Amo a todos(as). A vocês tenho um profundo carinho e por isso quero viver e viver mais intensamente para amá-los(as) por mais tempo e com profundidade para que assim o Senhor da Vida seja glorificado. Frei Jessé”. Se encontra arquivado em “Relatórios / Cartas Coordenação Nacional 1989/1997” (livro verde).

¹⁷⁶Teresinha da Silva e Jandira Luvison (MS); Elisa Maria Chagas e Oldair Cancian – Chiquinho (RS); Sirlene de Andrade e Esmael Telles (PR); Maria Olinda Barreto e Ivo Lourenço da Silva Oliveira (GO); Geneci dos Santos (RJ); Marcos Luiz Assis - Marcão (MG); José Claudenor Vermolhem - Zeca e Jacson Santana (SC); José Cleudo Rocha e Luiza (NE2) e padre Adilson Schio (SP).

¹⁷⁷O seu momento nacional foi em 1998 e em 1999 aconteceram semanas regionais buscando soluções para o resgate das dívidas sociais.

um balanço do processo das lutas populares e se percebe que se esgotou o ciclo do projeto democrático popular; inicia o desafio dos lutadores e lutadoras do povo fazer a construção de outro Projeto.

A construção da nova sociedade requer dos jovens e das jovens novas posturas, conservar e buscar valores coerentes com a prática, embasados na palavra de Deus e no cotidiano. Erechim, no Rio Grande do Sul, recebeu entre 14 e 21 de janeiro de 1996, os jovens e as jovens rurais de 14 estados para refletir Relações e Gênero: “A jovem mulher trabalhadora da Terra Livre Brasil”; era o **V Seminário Nacional**. Em maio publicaram a “Carta Aberta às Mulheres e Homens construtores do Novo”. Nela dialogam sobre a mística da Mãe-Terra / Mãe-Mulher e afirmam que “o V seminário nos engravidou de sonhos e nos faz crer que sem a participação feminina na luta, não se constrói a história. Acreditamos que a dignidade e a plenitude de cada ser é que traz a felicidade coletiva, lutemos pela igualdade e realização coletiva” (carta aberta V Seminário). Desde o debate de Gênero, em maio de 1995, esta questão não ficou alheia na caminhada da PJR. Ainda em 1996, sai uma coletânea de materiais denominada “A mulher trabalhadora rural” (sem data).

Durante o V Seminário, nos dias 13, 18 e 21/01, realizam-se reuniões da CNPJR para se discutir encaminhamentos e avaliação do mesmo, neste espaço aparece a expressão PJR-B (PJR Brasil) para se referir a nacional.

Em 17 de abril de 1996 acontece o massacre em Eldorado do Carajás - PA, onde o jovem camponês Oziel Alves Pereira, de 17 anos, militante do MST, é barbaramente assassinado. Este fato dá origem ao dia de Luta Camponesa, por decisão da Via Campesina Internacional.

A CNPJR¹⁷⁸ se reúne novamente em São Paulo/SP, de 18 a 21 de abril de 1996, nesta ocasião, além dos repasses dos regionais, foi decidido assumir o material da CAJU – Casa da Juventude – “como iniciar um grupo de jovens na roça” e suspender o material de iniciantes; elabora-se o projeto das Missões Jovens e é marcada a IV ANPJR, entre outros. O relatório desta CN é o nosso primeiro relatório digitado: finalmente entramos na era do computador.

Em maio de 1996 é publicado o boletim informativo nacional da PJR (número 5): com a carta aberta as mulheres e homens construtores do novo, procurando levar o debate de gênero para a base.

¹⁷⁸Esmael (PR); Chico e frei Isnar (RS); Maria Ozania (MG), Jacson e Zeca (SC), Ivo (GO), Terezinha (MS), Geneci (RJ), Cleudo (NE2) e Luciana (SN).

Neste mês de junho é publicado no Jornal Mundo Jovem¹⁷⁹ o artigo “A utopia da roça” de frei **Isnar Viera Borges** (1967)¹⁸⁰, franciscano, assessor da PJR. Esta utopia é uma exigência que se concretiza numa “terra para viver”. Nele socializa algumas experiências de produção e de capacitação para a juventude rural. Estas experiências e outras foram provocações para a constituição dos GPRs – Grupos de Produção e Resistência. Neste mesmo jornal é publicada uma poesia de **Valdir Salgueiro**, da PJR de São Sebastião/AL.

A CNPJR se reúne em Timóteo/MG, de 19 a 21 de julho de 1996, para: partilha das regionais e encaminhamento das missões jovens como atividade da PJR Brasil. Neste momento finalmente alguns dos materiais estão prontos.

Ainda em 1996, de 14 a 17 de outubro, a CNPJR se reúne em São Paulo/SP. De acordo com os registros a CNPJR realiza o repasse das regionais; convidam o Movimento de Jovens Rurais Cristãos – MJRC para a IV ANPJR e fazem a preparação da mesma; refletem uma proposta de intercâmbio com a Alemanha; entre outros.

Em novembro de 1996 é publicado o “número 6” do Boletim Informativo Nacional, preparando o debate da IV ANPJR.

Este ano de 1996 também é marcado pela primeira experiência de **Missões Jovens Nacional**, estiveram em Missão, jovens de várias regiões deste Brasil nas terras Nordestinas de Alagoas e de Pernambuco, no mês de julho.

1994 – Um projeto alternativo para o Brasil: discutiu-se parcerias e se reviu a organização (III Assembléia Nacional – Timóteo – MG). Cátia Lorenzoni é confirmada na secretaria nacional.

1995 – Terra Livre Brasil: reafirmando a espiritualidade (IV Seminário nacional – Dourados – MS). Luciana Pazi-natto na secretaria nacional.

1996 – Discussão de Gênero e Classe (V Seminário Nacional – Erechim - RS); Missão Jovem no Nordeste.

¹⁷⁹Mundo Jovem, Ano XXXIV, Número 270, p. 15 (87) e 16 (88).

¹⁸⁰Atualmente está casado com Sarai Fátima Brixner e mora em Porto Alegre, RS. Continua sendo assessor da PJR. Trabalha com o programa de televisão “Vida no Sul”, através do qual viabilizou o primeiro programa de televisão da PJR, veiculado pela TV Aparecida em outubro de 2011, produzido e realizado através do Instituto Cultural Padre Josimo.

IV. 3 - Por uma terra livre Brasil (1997-1999)

Tendo presente a sua identidade (1988-1994), os seus sujeitos jovens, trabalhadores do campo (camponeses), e o sonho de uma Terra Livre Brasil, são necessários buscar meios de concretizá-lo no processo histórico, começando por experiências alternativas que ajudassem na permanência dos jovens no campo. Com esta certeza a PJR começa 1997.

A CNPJR¹⁸¹, em janeiro de 1997, faz uma reunião em várias sessões. Ela começa no dia 11, véspera da IV ANPJR, e volta a se reunir durante a Assembleia Nacional para ajustar o planejamento e avaliar o andamento da mesma. Nesta reunião indicam padre Adilson Schio para a assessoria da PJ do B, o qual não foi aceito. Quem assume a assessoria é a leiga Carmem Lúcia Teixeira que atuou de 1998 a 2003, substituindo o padre Vilson Basso¹⁸² que assessorou de 1994 até 1998.

Motivados com o lema: “Mulheres e Homens em Missão pela Terra Livre Brasil”, os representantes de sete regionais reuniram-se em São Luis de Montes Belos, em Goiás, entre 13 a 21 de Janeiro de 1997 para a **IV Assembleia Nacional**¹⁸³, com a participação de SC, PJMP-R (NE2)¹⁸⁴, GO, MS, PR, RS, MG e ES. Nela refletimos a missão para dentro (“No ventre da PJR, somos construtores da Terra Livre Brasil”) e a missão para fora (“No anseio da Terra Livre ousamos romper fronteiras”), pois esta construção começa no ventre da PJR (missão jovem, trabalho de base) e transborda para fora, num compromisso com os movimentos sociais e com os jovens rurais, inclusive de outros países.

Decidimos contribuir na elaboração de um projeto alternativo para o campo e assumimos projetos do resgate da cultura, fortalecimento da mística e da espiritualidade, relações de gênero, formação para a capacitação técnica, buscar formas de auto-sustentação, participação política, parcerias com os Movimentos Sociais, intercâmbio para troca de experiências com outros países participando do intercâmbio Europa – América Latina, envolvimento com o projeto Rumo ao Novo Milênio, Missões Jovens Nacional e a realização do I Congresso da Juventude Rural. Nesta assembléia

¹⁸¹Chiquinho, Rose, Sarai e Isnar (RS), Zeca, Jacsom e Ruimar (SC), Esmael e Joka (PR), Adilson (SP), Ozania e Marcão (MG), Maria Olinda e Ivo (GO), Ir. Jandira, Osmar e Terezinha (MS), Cleudo e Luíza (NE2), Geneci (RJ), Cícero (CE) e Mana (SN).

¹⁸²Atualmente Vilson Basso é bispo de Caxias, Maranhão e membro do Comissão Episcopal Pastoral para a Juventude.

¹⁸³Entre os assessores estavam José Claudenor (Zeca) e Adilson Schio.

¹⁸⁴Nordeste II –Regionais da CNBB.

foi liberada a jovem **Rosilene Wansetto** (1974), a Rosi¹⁸⁵, de Caseiros/RS, para contribuir na secretaria nacional da PJR, ela permaneceu até fevereiro de 1999, pois assumiu a secretaria da PJB de 1998 até 2001. Frei Isnar Borges e padre Adilson Schio estavam na assessoria nacional. Nesta assembleia foi apresentada a história da PJMP-Rural em verso, de Valdir Salgueiro. Na capa do relatório estão jovens com o mapa da Terra Livre Brasil, em vez do símbolo da PJR como no relatório da assembleia anterior.

Em março de 1997 o CCJ – Centro de Capacitação da Juventude - lança “roteiros para grupos de jovens no meio rural”, com 20 encontros, na coleção “processo de formação na PJ”, material elaborado pela CAJU. Este material é apresentado por Dom Pedro Casaldáliga, que afirma que o mesmo visa à formação da “identidade do jovem do meio rural”, que o material anterior visava “como iniciar um grupo de jovens no campo” e que haverá um terceiro sobre “o projeto pessoal e comunitário do jovem do meio rural”. Em 1996 a CNPJR tinha estudado este roteiro, apesar de não sabermos o que concluiu, sabemos apenas que abandonou a elaboração do seu próprio material e que o do CCJ não foi assumido pelos grupos de base da PJR.

Em julho de 1997 é publicado o boletim informativo nacional da PJR (número 7), com cartas dos jovens para a PJR.

A CNPJR¹⁸⁶ se reúne em São Paulo/SP, de 28 a 31 de agosto de 1997, para dar continuidade às discussões e encaminhamentos, neste espaço realizam: o relato das regionais; projeto de intercambio com jovens europeus; retomada do planejamento e linhas de ação; levantamento de onde está a PJR (atingimos 8 regionais e 34 dioceses); mapeamento das experiências alternativas; lutas conjuntas com os movimentos sociais; entre outros.

Em outubro de 1997 é publicado o boletim informativo nacional da PJR (número 8) chamando a atenção de que “os brasileiros estão comendo menos feijão e arroz”.

A CNPJR¹⁸⁷ se reúne em São Paulo/SP, de 20 a 23 de novembro de 1997, para socializar o relato dos regionais conforme as linhas de ação assumidas; discutir a proposta de parceria com o MST (criar um espaço jovem nos assentamentos); campanha de documentação; parceria com os

¹⁸⁵Atualmente atua no Jubileu Brasil.

¹⁸⁶Cleudo (NE2); Zana (MG/ES); Osmar e Terezinha (MS); Ivo (GO); Joka (PR); Ruimar e Zeca (SC); Sarai (RS); Rosa (RJ), padre Adilson e Rosilene (SN).

¹⁸⁷Joka (PR), Ruimar (SC), Terezinha e Osmar (MS), Isnar e Sarai (RS), Ivo (GO), Zana (MG), Rosilene (SN) e Vasco (SN-PJB).

STR; preparação do VI seminário nacional e dar continuidade aos debates relacionados ao intercâmbio, entre outros.

Em 23 de novembro de 1997 o Pontifício Conselho “Justiça e Paz” publica o documento “Por uma melhor distribuição da terra – o desafio da Reforma Agrária”. Dele é feita uma edição resumida e simplificada publicada pelo Setor Pastoral Social da CNBB.

Em 1997 pela primeira vez, um militante da PJR, **João Ferreira**, de Cerro Branco/RS, realiza uma greve de fome, com outros camponeses e camponesas, em solidariedade à luta do MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores pelo acesso dos pequenos agricultores ao Pronaf (pronafinho).

Também em 1997 é publicado o Estudo da CNBB 76 “Marco referencial da Pastoral da Juventude do Brasil”.

Ainda em 1997 acontece a marcha dos 100 mil, realizada pelo MST, mostrando que a bandeira da luta popular está de pé, o que provoca em dezembro deste ano a realização da Assembléia dos lutadores e lutadoras do povo brasileiro, dando origem à **Consulta Popular**, esta se dá em dezembro de 1997, em Itaíci/SP, e se começa-se a falar na necessidade da gestação de uma nova ferramenta e da construção de um Projeto Popular.

Entre 27 de janeiro e 03 de fevereiro de 1998 foi o momento de olhar para a nossa organização, fazer uma crítica e autocrítica do nosso trabalho. Dessa vez as Terras Nordestinas receberam o **VI Seminário Nacional**¹⁸⁸, em Arapiraca, no Alagoas, no Centro de Treinamento Diocesano da Diocese de Penedo, com o tema “PJR, identidade, organicidade e sobrevivência” do jovem no campo, e o lema “Na terra mãe, realizamos nossa missão e construímos alternativas”. Nele discernimos rumos e montamos trabalhos de âmbito nacional. Foi feito um balanço da caminhada dos 10 anos da PJR. Jovem rural é aquele que se identifica com a juventude rural. Entre os desafios está à formação de quadros dirigentes, mapeamento e articulação de projetos alternativos, firmar as parcerias, ampliação da base, conhecimento e levantamento da realidade da PJR. Começa o debate que leva à elaboração da proposta dos Grupos de Produção e Resistência (GPR).

No dia 26 de janeiro de 1998, teve início uma reunião da CN, que per-

¹⁸⁸Joka (PR), Ruimar (SC), Terezinha e Osmar (MS), Isnar e Sarai (RS), Ivo (GO), Zana (MG), Rosilene (SN) e Vasco (SN-PJB).

¹⁸⁹Participaram 14 estados: MS, MG, ES, AM, CE, RS, SC, SE, PR, PE, PB, AL, GO e ... Assessoria de Carmem Lucia Teixeira, Isnar, Zeca (José ClaudenorWermolhen), entre outros.

passou o VI Seminário Nacional. Nesta decidem pela permanência de José Claudenor - Zeca na assessoria Nacional e a realização de uma Missão Jovem no ES, entre 19 e 22 de março deste mesmo ano.

Entre 26 e 29 de março de 1998 aconteceu mais uma CNPJR¹⁸⁹, em São Paulo. Após uma análise da conjuntura foi feito o relato das regionais. Foram retomados e afirmados os encaminhamentos do VI SNPJR, em vista do Congresso no ano 2000 e preparado o Seminário Intercultural, entre outros assuntos.

Em março de 1998 é publicado o boletim informativo nacional da PJR (número 9) chamando a atenção para o ano dos “direitos civis”. Pela primeira vez esta sai com o símbolo da PJR, demarcando uma retomada do uso do símbolo, “para fora”, que vai se concretizar numa bandeira.

Em abril de 1998 acontece o Tribunal da Dívida Externa e em julho o Simpósio da Dívida Externa. Tudo em preparação ao Plebiscito Nacional da Dívida Externa, em setembro de 2000.

Em junho de 1998 é publicado o boletim informativo nacional da PJR (número 10) que fala do “intercâmbio” e o apresenta como “um jeito jovem de evangelizar”.

Em julho acontece a I Conferência Nacional por uma Educação do Campo que coloca esta nova bandeira de luta, de muito interesse da juventude camponesa, em pauta. Educação que deve acontecer no campo e ser DO Campo. A jovem Rosilene Wanseto publica no Jornal Mundo Jovem¹⁹⁰ de julho de 1998 o artigo “Juventude Rural em busca de alternativas”.

Em julho de 1998, na 12ª ANPJB, foi eleita Rosilene Wanseto, do RS, para a Secretaria Nacional da PJB, que deverá assumir em dezembro (1998-2001). Em vista da preparação do Congresso, **Ivo Lourenço da Silva Oliveira** (1968)¹⁹¹ vai também para a Secretaria Nacional da PJR e fica até 2001.

Concretizando a linha de ação de nossa V ANPJR iniciamos, entre 7 e 29 de agosto de 1998, o **I Seminário Intercultural** de jovens rurais do Brasil e Europa¹⁹², recebemos em nosso país 50 jovens vindos da Alemanha, Hungria, Áustria, Romênia e Suíça, que visitaram várias regiões¹⁹³ e

¹⁸⁹Maria Ozânia ou Zana (L2), Rosângela e Terezinha (MS), Joaquim Madruga ou Joka e Esmael (PR), Gabriel e Valdir (NE2); Ruimar e Zeca (SC); Sarai e frei Isnar (RS), Ivo (GO) e Rosilene (SN).

¹⁹⁰Mundo Jovem, Ano XXXVI, Número 289, p. 14(110).

¹⁹¹Formado em Direito Agrário em 5 de agosto de 2012, pela UFG.

¹⁹²7 a 12 em São Paulo; 13 a 20 na Base; 21 a 24 Plenárias Regionais e 25 a 29 em São Paulo.

¹⁹³Uma delas era formada por MS, MG e GO e se reuniram em MG.

assim puderam conhecer a realidade do campo brasileiro, o trabalho que a Igreja e os Movimentos sociais realizam em nosso país, principalmente com a Juventude. A ida às regiões aconteceu entre 14 e 20 de agosto e as mini-plenárias regionais de 21 a 24 de agosto. No intercâmbio, por não ser de caráter religioso, não foi utilizado o painel com o símbolo da PJR, mas um painel da Terra Livre Brasil.

Entre 29 e 31 de agosto de 1998, se realizou outra reunião da CNPJR¹⁹⁴, em São Paulo, onde se fez uma avaliação do Intercâmbio e encaminhamento do mesmo a ser realizado na Europa; se elaborou a proposta do VII SNPJR; se encaminhou a escolha de uma nova secretaria para fevereiro de 1999, e a nossa participação em cursos de formação de organizações camponesas da América Latina; entre outros.

De 3 a 11 de outubro de 1998 aconteceu o II Congresso Latino-Americano de Jovens, em Punta de Tralca, no Chile, com o tema “Jovens com Cristo transformando a América Latina com justiça e esperança”. Rosilene Wanseto participou pela PJR.

Em outubro de 1998 é publicado o Boletim Informativo (número 11) com uma carta aberta aos jovens de toda a sociedade.

Entre 23 e 25 de novembro, no Paraná, aconteceu reunião dos assessores da PJR e entre 26 e 29 do mesmo mês de 1998 acontece nova reunião da CNPJR¹⁹⁵, na Praia de Leste, em Curitiba, onde encaminhou-se: Escola de Formação para Lideranças da PJR (Escola Permanente) a ser realizada em 4 etapas: realidade do campo; metodologia de trabalho com o jovem rural; relações políticas no campo; especialização. O seu símbolo (escudo) será a bandeira da PJR. Indicação de padre Adilson e Zeca para a CNAPJB – Comissão Nacional de Assessores da PJB -, mas nenhum é aceito. **Saraí Fátima Brixner** (1976), do RS, assume o lugar da **Terezinha da Silva**, de Mundo Novo/MS, na PJB e **Joaquim Eduardo Madruga** – Joka, de Andirá/PR, permanece representando a PJR nas Coordenações. Foi partilhada a reunião do Colegiado de Assessores da PJR, que aconteceu 24 e 25 de novembro, ficando Adilson, Zeca e Isnar para acompanharem a CN e procurar acompanhar mais de perto as regionais. Foi apresentada uma proposta de projeto com a Comunidade Econômica Européia - CEE para 5 anos. Foi decidido fazer um mapeamento dos grupos de produção

¹⁹⁴Participantes: Ivo, Zana, Gleidson (NE2), Antonio, Terezinha, Rosângela, Ruimar, Joka, Rosilene, frei Isnar, Zeca, Vasconcelos (liberado nacional da PJB) e frei Érico.

¹⁹⁵Participantes: Zana (MG), Ivo (GO), Rosângela (MS), Joka (PR), Saraí (RS), Rosilene (SN). Pelos assessores: Gabriel (NE2), Roberto (SC), Zeca (SC), Isnar (RS), Osmar (MS) e Adilson (PR).

existentes na base da PJR.

Neste ano 1998 tremula a bandeira da PJR na Marcha Popular que acontece nos estados, pois a juventude rural se coloca a caminhar nas marchas da consulta popular em vários estados do Brasil. A Consulta Popular tinha lançado em março uma cartilha convocando uma retomada do “trabalho de base”. É neste ano, que se começa o debate, a partir de ensaios em andamento, dos Grupos de Produção Agroecológica – GPA, que depois foram denominados de Grupos de Produção e Resistência – GPR. Também se reflete sobre a importância da cooperação, de assumir a agroecologia como “um jeito de viver na roça” e a necessidade de crédito para a juventude.

Também em 1998 é publicado o “Marco Referencial da Pastoral da Juventude do Brasil”, Estudos da CNBB 76, onde lembra que Deus ama os jovens e tem um projeto (Reino), e os desafia a uma evangelização inculturada e ousada, ao assumir a causa do Reino (civilização do amor) frente à exclusão, promover a justiça social e viver gestos ecumênicos.

Durante o ano de 1998 olhamos para a nossa organização e fizemos uma crítica e autocrítica de nosso trabalho. Entre os desafios está: o mapeamento e articulação dos projetos alternativos desenvolvidos pelos jovens; firmar parcerias com pastorais e movimentos sociais do campo; ampliação da base, pois ainda não chegamos a todos recantos do Brasil e formar os quadros dirigentes da PJR com conhecimento da realidade da Pastoral, da nossa Igreja e do país, e uma formação mais sistêmica que pudesse qualificar nossas lideranças levando-as a um compromisso mais sério com a transformação da sociedade.

Em 1999 a PJR inicia um debate sobre o acesso ao crédito para a juventude camponesa e a necessidade de uma luta concreta para conquistá-lo. A primeira proposta encaminhada ao governo foi um crédito para os grupos de jovens, repassado para eles e não aos adultos, para grupos que produziam agroecologicamente e que assumissem uma comercialização solidária. Acreditava-se que assim, contribuiríamos para diminuir a ida de jovens do campo para a cidade em busca de renda.

Em 1999 a CNBB lança as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora até 2002, tendo por objetivo “Evangelizar, com renovado ardor missionário, testemunhando Jesus Cristo, em comunhão fraterna, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, para formar o povo de Deus, participando da construção de uma sociedade justa e solidária, a serviço da vida e

da esperança nas diferentes culturas, a caminho do Reino definitivo”.

A formação tem sido uma preocupação constante da PJR. Até então os espaços que oferecíamos eram cursos, seminários. Um dos desafios apontados no VI SNPJR foi a necessidade de uma formação mais sistemática que pudesse qualificar nossas lideranças e levá-las a um compromisso mais sério na transformação da realidade; concretizando o projeto de formação do Plano trienal da Pastoral da Juventude do Brasil. Visando à formação de lideranças, iniciamos em 1999 a **Escola de Formação Permanente da PJR**¹⁹⁶, com a 1ª Turma nacional no estado de Santa Catarina, Diocese de Chapecó, onde frei Jessé (assessor da PJR) recebe a homenagem através da escolha dos participantes como nome da Turma. A experiência fortaleceu a caminhada e assim alguns regionais também assumem este projeto: Sul III e Centro Oeste foram os primeiros.

Entre 17 e 20 de março de 1999 aconteceu a CNPJR¹⁹⁷, em Curitiba, para avaliar a Escola Permanente, inicia-se com o relato dos regionais, projeto da comunidade econômica européia, preparação do Congresso, boletim informativo da PJR. Sobre a Secretaria nacional, quem assume é **Isolete Wichinieski**¹⁹⁸ (1971), de Mafra/SC, que substitui Rosilene Wansetto, e fica até 2003. Ivo Lourenço permanece em Passo Fundo até julho deste ano.

Em março de 1999 sai o Boletim Informativo da PJR número 12 onde convoca a juventude à ação, pois “um tempo novo se aproxima... é tempo de colheita”.

Em abril de 1999 a CNBB lança um documento sobre a “missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas”, o qual chama a atenção para a integração entre as atividades no mundo e as atividades na igreja, que também está no mundo.

Em julho de 1999 sai o Boletim Informativo da PJR número 13: em vista dos 500 anos de chegada dos europeus no Brasil. O Jornal Mundo Jovem

¹⁹⁶Ano 1: conhecimento da realidade; Ano 2: metodologia do trabalho com jovens rurais; Ano 3: relações humanas e políticas; Ano 4: linha operativa (oratória, produção de texto, planejamento)

¹⁹⁷Participantes: Saraí (RS), Ivo (GO), Maria Ozânia (L2); Rosângela (MS), Aloísio e Cícero (CE), Valdir (NO2); Joka (PR), Zeca, Adilson e Isnar pela Assessoria.

¹⁹⁸Atualmente atua na CPT Nacional. Em 1999 assumiu a Secretaria Nacional da Pastoral da Juventude Rural em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, onde permaneceu até 2001, quando a secretaria foi transferida para Goiânia. No período de 1999 a 2003 desenvolveu, além dos trabalhos de Secretaria, a articulação dos regionais, a formação e a tarefa de membro da Coordenação Nacional. De 2003 a 2005 assumiu o trabalho de assessoria e articulação política. Em 2005 foi eleita para a Coordenação Regional da CPT Goiás.

publica o artigo “No campo há uma esperança”, de Joaquim Eduardo Madruga, do PR¹⁹⁹. Neste mês inicia-se a Marcha Popular, pedagógica, que sai do Rio de Janeiro e vai até Brasília, promovida pela Consulta Popular.

Entre 27 e 28 de agosto de 1999 aconteceu, em São Paulo, a CNPJR²⁰⁰ onde decidiram: o início da segunda turma da escola permanente (Alagoas); I Congresso nacional de Jovens Rurais; possibilidade da criação de uma Fundação da PJR; envio do projeto para a CEE via Missionzentralle der Franciskhanner; reunião da PJR latino- americana prevista para Lavras/MG, em fevereiro de 2000.

Neste ano aconteceu a 2ª etapa do **Seminário Intercultural** com a Europa. 43 jovens brasileiros e 5 paraguaios partem para a Alemanha, onde junto aos jovens Europeus partilham suas experiências, refletem sobre a realidade de seus países e visitam experiências na Áustria, Romênia, Suíça, Hungria e Alemanha. O encontro dos delegados foi dia 28 de agosto e o seminário de 01 a 25 de setembro de 1999. Na oportunidade, também foram realizadas reuniões com entidades sobre projetos financeiros.

No término da Marcha Popular para o Brasil, em outubro de 1999, acontece a I Assembléia dos Lutadores e Lutadoras do Povo, em Brasília - DF. Neste ano é criada a editora Expressão Populare inicia-se o Curso de Realidade Brasileira em juiz de Fora/MG, que depois se multiplica no decorrer dos anos pelas regiões do Brasil.

De 1 a 4 de dezembro de 1999, em Curitiba, aconteceu a CNPJR²⁰¹, para: avaliação e planejamento, com assessoria pontual de **Paulo Cerioli** (1957)²⁰²; participação na Educação do Campo, Fórum de Reforma Agrária e Consulta Popular; Detalhamento do Encontro da pastoral da juventude de latino americana; entre outros temas.

Em dezembro de 1999 sai o Boletim Informativo da PJR número 14, socializando o intercâmbio realizado na Europa.

O arquivo de cartas mostra que foi neste ano de 1999 que passamos a utilizar o símbolo da PJR no cabeçalho da nossa correspondência oficial,

¹⁹⁹Mundo Jovem, Ano XXXVIII, Número 298, p. 7 (103).

²⁰⁰Jucélio (CE), Maria José (NO2), Zana e Antonio (MG), Ivo (GO e Secretaria do Congresso), Joka (PR), Ruimar (SC), Sarai (RS), Maristela (Coordenadora do Intercambio), Rosilene (SN-PJB), Isolete (SN-PJR), Geneci (RJ) e Isnar e Roberto pela Assessoria.

²⁰¹Joka (PR), Ede Carlos (AM), Aloísio (CE), Rosangela (MS), Goiabeira e Zana (L2), Sarai (RS), Ivo (GO e Secretaria Congresso), Rosilene (SN-PJB), Isolete (SN).

²⁰²Havia retomado a Assessoria da PJR-RS em 1998. Nesta reunião foi convidado para Assessorar a PJR Brasil, mas recusou afirmando “não estar preparado” para este serviço, aceitou continuar fazendo assessorias pontuais.

dando continuidade ao processo de 1998 (Boletim Nacional e Bandeira).
Estamos em plena preparação do I Congresso, previsto para o ano 2000.

1997 – IV Assembléia Nacional (1997) – São Luís de Montes Belos
- GO - Missão ad intra e ad extra da PJR. Rosilene Wansetto na
secretaria Nacional.

1998 – VI Seminário Nacional (1998) – Arapiraca – AL - Identidade, organicidade e sobrevivência do jovem no campo (Grupos de Produção e Resistência); Intercâmbio; Escolas Nacionais. Surge a Bandeira da PJR e passa a participar de Mobilizações organizada por movimentos sociais. Ivo Lourenço da Silva Oliveira na Secretaria Nacional, em vista do Congresso.

1999 – Intercâmbio com jovens Europeus e Latino-Americanos. Escola de Formação Permanente. Isolete Wichinieski na Secretaria Nacional.

2000 – I Congresso Nacional da PJR.
Neste momento já há uma nova geração (outro grupo) da PJR que passa a dar o “tom” do trabalho.

IV. 4 - Desejo de ser uma força social e intervir no campo (2000-2006)

Este ano começou marcado com a celebração dos 500 anos da chegada dos europeus aqui no Brasil, marcado pela repressão aos índios e por uma missa onde ficou em aberto o compromisso dos cristãos pela demarcação das terras indígenas. Em março de 2000 sai o Boletim Informativo Nacional número 15 sobre os 500 anos do “descobrimento” do Brasil e apontando para a necessidade de um olhar popular para o processo histórico brasileiro.

Em 2000 a PJR reelabora o projeto a fundo perdido para a Comunidade Econômica Européia, mas como ela não trabalha com pastorais, a PJR se apresenta como um movimento. Neste ano, é criada a PJR Mensageira, visando massificar e dar visibilidade para a PJR, e o Boletim formativo e informativo da PJR.

De 26 a 30 de março de 2000, em Brasília, ocorre a reunião da CNP-

JR²⁰³ onde tem como pauta: relato das regionais; preparação do Congresso Nacional da Juventude Rural (hino, equipes, ...); mudança na Secretaria e da secretaria (para Goiânia-GO); definir um mês de lutas em vista de políticas públicas para a juventude (o qual se chegou a ser definido, nunca foi implementado); marcar as datas das Escolas de Formação; criação da Associação da PJR (Associação Terra Livre – ATL); leitura do projeto CEE- onde constatarem dificuldades na elaboração; Avaliação do intercâmbio e encaminhamento de um novo, o qual nunca chegou a acontecer; Missão Jovem nas Dioceses e Missão Nacional; PJR Mensageira (contato com os grupos de jovens).

Em maio de 2000 é constituído o Movimento dos Trabalhadores Desempregados – **MTD**, a partir de sua primeira luta. Neste mês a PJR participa de sua primeira mobilização nacional junto com os trabalhadores rurais, se aproximando da articulação da Via Campesina.

Em julho de 2000 o Jornal Mundo Jovem²⁰⁴ publica uma entrevista com dom Pedro Casaldáliga “Reforma Agrária: tenho esperança no povo, tenho esperança em Deus” onde há um convite para “que a juventude entre nessa” e participe da campanha pela reforma agrária, pelas terras indígenas, pelos camponeses do nordeste, por exemplo.

Em 22 e 23 de julho de 2000 a CNPJR²⁰⁵ se reúne em Brasília, DF, para definir a participação da PJR na Mobilização nacional dos Rurais, na Articulação Nacional do Movimento das Trabalhadoras Rurais e no Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa. Retoma a organização do Congresso. Decide a transferência da secretaria nacional da PJR para o centro do país (ainda buscando um local) e a jovem Isolete Wichinieski continua como secretária nacional, pois já atuava desde março de 1999. Decidem que um novo intercâmbio só será possível em 2002. E que o projeto com a CEE ainda está em elaboração.

APJR Brasil marca a entrada no novo milênio, celebrando sua vida e sua história no **I Congresso Nacional da Juventude Rural**, que aconteceu de 24 a 28 de julho, em Brasília, com o tema “Terra, Trabalho, Pão e

²⁰³Joka (PR), Sarai (RS), Claudemir (SC), Maria José (NE2), Suagna (GO), Rosangela (MS), Antonio Geraldo (L2), Isolete (SN), Isnar, Zeca e Adilson (Assessoria), Rosilene (SN-PJB) e Ivo (Secretaria do Congresso).

²⁰⁴Mundo Jovem, Ano XXXVIII, Número 308, pp. 12 e 13 (132-133).

²⁰⁵Ede Carlos (AM), Maria José (NE2), Sarai (RS), Claudemir (SC), Joka (PR), Antonio Geraldo (L2), Rosangela (MS), Suagna (GO), Ivo (Secretaria Congresso), Rosilene (SN-PJB), Isolete (SN) e Isnar (Assessoria).

Dignidade”. Nele estiveram 1.200 jovens rurais vindos de 18 estados²⁰⁸ e representação da Alemanha, Itália, Suíça e Hungria. Reafirmamos nossa identidade como Igreja de Jesus de Nazaré, profética e missionária, denunciando o projeto de morte na realidade de nosso país. Anunciamos um projeto de vida, o qual proporcione a dignidade do jovem na roça. Construímos em conjunto com jovens dos movimentos sociais, sindicatos e outras pastorais propostas concretas para a permanência do jovem no campo: formação, 1º crédito para a juventude rural, o resgate da cultura, novo modelo de agricultura, a agroecológica. Renovamos nossa luta por Reforma Agrária, saúde, educação, políticas públicas, por dignidade e pão. Celebramos a vida de filhos e filhas de Deus, nossa vida na Mãe Terra, a memória dos Mártires, fortalecidos pelo Espírito Santo de Deus. Com a realização deste Congresso, onde os jovens clamaram que querem ficar no campo, a PJR tirou da invisibilidade a juventude rural, elaborou a sua demanda e mostrou a sua cara nacionalmente, numa marcha até o palácio, mas não foram recebidos pelo Presidente da República. Para a base se preparar para o Congresso saiu um material com 3 encontros²⁰⁷ (sem data).

Também em Julho de 2000 sai no Jornal Mundo Jovem²⁰⁸ o artigo “Jovens Rurais e políticas públicas”, de Eraldo Gleidson Costa Virães, assessor da PJR em PE (Regional Nordeste 2).

Em Setembro é realizado o plebiscito nacional sobre a dívida externa.

Em outubro de 2000, em Curitiba, acontece um encontro da assessoria nacional²⁰⁹ onde reflete sobre o processo de educação na fé; encaminha a elaboração de materiais e a articulação de assessores. Elaboram a proposta do ano celebrativo da PJR (julho de 2001 a julho de 2002).

Também em outubro de 2000 o MST lança o Caderno de Educação 8, denominado “Ocupando a Bíblia” o qual também é utilizado por jovens da PJR.

De 01 a 05 de novembro de 2000 aconteceu a reunião da CNPJR²¹⁰, em Praia de Leste, no Pontal do Paraná, onde se estudou o “processo de

²⁰⁶RS, SC, PR, SP, MG, BA, MT, MS, GO, TO, RO, AM, PB, PE, AL, CE, MA e DF.

²⁰⁷Conjuntura: um tempo complicado...; a juventude rural: um encontro de história; o Brasil rural: uma viagem de arrepiar.

²⁰⁸Mundo Jovem, XXXVIII. Julho de 2000. p. 14(134).

²⁰⁹Roberto (SC), Ivo (GO), Isolete (SN), Joka e Adilson (PR), Gleyvison (MG) e Isnar (RS).

²¹⁰Maria José (NE2), Antonio Geraldo e Gleyvison (L2), Rosangela (MS), Ivo e Suagna (GO), Joaquim (PR), Claudemir e Roberto (SC) Sarai e Isnar (RS) e Isolete (SN).

educação da fé”; foi feito um repasse dos regionais, salientando as duas “atividades força” ou prioridades: formação permanente e missões jovens; encaminhado às decisões do I Congresso, principalmente o 1º crédito para a juventude rural; elaborada uma nova proposta de organização da PJR; confirma-se a mudança da Secretaria para Goiânia; elaboração dos princípios orientativos; e fazer um encontro de liberados (maio de 2001); entre outros.

O processo de formação da PJR continua, e em 2000 inicia a 2ª Turma da Escola Permanente, no estado de Alagoas, onde faz uma justa homenagem a dom Hélder Câmara.

Também em 2000 a PJR-RS decide fazer uma experiência dentro da máquina do Estado e Sarai Brixner, uma militante e, Érico Hickmann, um assessor, no governo Olívio Dutra, no RS, assumem a FUNDAJUR – Fundação para o Desenvolvimento da Juventude Rural do Estado do Rio Grande do Sul, trabalhando com jovens rurais de diferentes organizações.

No final do ano, a PJR-MG (Leste 2) faz uma agenda para 2001 onde já conta com várias datas marcadas das atividades da PJR mineira e nacional.

Jovens militantes da PJR constituem a Associação Nacional da Juventude Rural Terra Livre, em 18 de janeiro de 2001, com sede em Passo Fundo, RS, por perceber a necessidade de uma instituição que ajude na implementação da produção e de atividades de formação da juventude camponesa.

No final de janeiro de 2001 acontece o **I Fórum Social Mundial - FSM**, como contraposição ao Fórum Econômico de Davos²¹¹, mostrando que um “outro mundo é possível”, sem o neoliberalismo, e nele é constituída a Via Campesina Brasil²¹². Os Movimentos Sociais do Campo fazem uma luta concreta contra o agronegócio²¹³ e iniciam o debate por um projeto po-

²¹¹Davos é uma cidade da Suíça onde se reúnem anualmente os principais líderes empresariais e políticos, bem como, intelectuais, em vista da manutenção do capitalismo. Foi criado em 1971, e se tornou o símbolo do Neoliberalismo ou capitalismo financeiro.

²¹²A Via Campesina é constituída em abril de 1992, em Manágua, na Nicarágua, quando dirigentes camponeses da América Central, da América do Norte e da Europa se reuniram no contexto do Congresso da União Nacional de Agricultores e Pecuaristas. Em maio de 1993 foi realizada a sua I Conferência, na Bélgica, na qual foi constituída como organização mundial. A II Conferência aconteceu no México, em 1996, e definiu como eixos de atuação: soberania alimentar, reforma agrária, participação das mulheres, desenvolvimento rural, entre outros, e declara o dia 17 de abril como “Dia Internacional da Luta Camponesa”, em homenagem aos 19 camponeses que tombaram no massacre de Eldorado dos Carajás (17/04/1996). A III Conferência aconteceu na Índia, em 2000. Já a IV Conferência ocorre em São Paulo – Brasil em 2004 e a V, em Maputo, Moçambique, 2009.

²¹³Fazem uma ação eliminando uma lavoura de soja transgênica, numa fazenda da Monsanto, em Não Me Toque, RS.

pular de agricultura como contraponto ao projeto do agronegócio e a PJR faz parte desta construção.

Neste ano, constitui-se Fetraf-Sul. Também acontece o primeiro Curso Massivo dos jovens rurais visando à formação de lutadores do povo.

De 15 a 18 de março de 2001 a CNPJR²¹⁴ se reúne em Anápolis, GO, para a partilha da vida e dos regionais; estudo sobre a realidade dos jovens da roça; a preparação da 13ª ANPJB; Formação (processo de educação na fé; formação da coordenação nacional; escola permanente); elaboração dos princípios orientativos; o projeto missões (ano de celebração da juventude da roça e missão jovem no Paraná em setembro); relato da Via Campesina; fazer o “planejamento estratégico” da PJR; a data do encontro dos liberados foi alterada por causa do “Curso de Massa” que acontece no RS.

Em abril de 2001 inicia a terceira turma da Escola Permanente (Centro), em Lavras, Minas Gerais, que faz uma homenagem à lutadora Margarida Alves: as turmas frei Jessé (I), em Santa Catarina, e dom Hélder (II), em Alagoas, estão em andamento.

Em 2001, a PJR começa a encaminhar e aprofundar as propostas do I Congresso: discute o 1º Crédito para a juventude e as Oficinas de Cultura. Define a 2ª experiência de Missões Jovens no estado do Paraná. Firma uma aliança junto às entidades do campo, concretizamos nossa participação na Via Campesina (articulação que agrega as entidades do campo) e a partir deste momento a PJR passou a acompanhar as atividades da Via Campesina²¹⁵. E a **Secretaria Nacional da PJR**, criada em 1988, é transferida de Passo Fundo, RS, para Goiânia, GO, para ficar mais no centro do país, em vista de centralizar os trabalhos, já que sua atuação se estendia para o centro-oeste (MT e RO), norte (PA, TO, RR) e Nordeste, ocupando o espaço cedido na secretaria da CPT.

De 15 a 17 de maio de 2001, em Curitiba, PR, aconteceu o Encontro Nacional dos Liberados da PJR (encontrado apenas o convite).

De 23 a 27 de maio de 2001 jovens da PJR participam do primeiro **Curso Massivo** de Formação da Juventude Rural, realizado pela Via Campesina, no RS, em conjunto com outros movimentos sociais do campo (MPA, MAB, MST e MMTR). A PJR ajudou na preparação do mesmo.

²¹⁴Suagna (GO), Rosângela (MS), Tatiane (PR), Alexania (RS), Ronaldo (L2), Cicero (CE), Claudemir (SC), Isolete (SN), Rosilene (SN-PJB), Isnar-Zeca-Roberto (Assessoria Colegiada).

²¹⁵A PJR só foi aceita oficialmente na Via Internacional em 2009, em Moçambique.

A PJR participa da **13ª ANPJB**²¹⁶, que acontece em Goiânia, entre 24 a 31 de Julho de 2001 onde pela primeira vez cada uma das “irmãs” (PJR, PJE, PJMP, PJ) fazem o seu planejamento e é assumido em conjunto apenas as atividades comuns. Com o novo Plano Trienal da Pastoral da Juventude do Brasil, elaborado pelos jovens na Assembléia Nacional, iniciamos o processo do planejamento, pensar e traçar estratégias para uma ação mais eficaz e eficiente para a concretização dos nossos objetivos. A caminhada da PJR segue com articulação em Rondônia, iniciando seu processo de formação específica e o início da escola de formação regional em Santa Catarina. Inicia a escola regional no Mato Grosso.

De julho de 2001 a julho de 2002 aconteceu o **Ano Celebrativo da Juventude da Roça**, com o tema “Da Mãe Terra o pão, do trabalho a dignidade”. Em maio de 2001 saiu a cartilha orientativa do Ano Celebrativo.

De 01 a 03 de agosto de 2001 se reúne a CNPJR²¹⁷ em Goiânia, GO, para estudo (Igreja); partilha dos regionais; formação (novo esquema para a missão jovem); finanças; mudança da secretaria (sala da CPT) na primeira quinzena de setembro; projetos no governo; entre outros.

Em 06 a 10 de agosto de 2001, em Curitiba, aconteceu o Encontro Nacional de Assessores e Assessoras²¹⁸ da PJR, que aponta para uma “ação evangelizadora e conscientizadora”.

Em setembro de 2001 iniciou a turma 3 do CEACOOOP – Curso de Cooperativismo, no Iterra, em Veranópolis, RS, que aconteceu em parceria com a Unisinos. Da PJR participou a Josefa, de AL, e o Gilmar, de SP.

Em outubro de 2001, a CNPJR²¹⁹ se reuniu em São Luis dos Montes Belos, GO, para partilhar, planejar e celebrar. Foi elaborado o projeto estratégico (história, análise da realidade, PJR hoje, características dos problemas, sonho para cinco anos, eixos estratégicos); entre outros.

Em novembro de 2001 é publicado o caderno “Ano celebrativo da ju-

²¹⁶A assessoria metodológica foi feita por Paulo Cerioli, assessor da PJR-RS, por indicação da mesma.

²¹⁷Vagner (O2), Suagna (CO), Nélío (NE3), Josefa (NE2), Ronaldo (L2), Gilmar (S1), Joaquim e Vilma (S2), Alexania (S3), Claudemir (S4), Isnar e Roberto (Assessoria), Isolete (SN).

²¹⁸Maria Ozania C. Lima (MG), Roberto Bohnemberguer (SC), Antonia A. Brito (BA), Neiva Pereira Demarchi (RS), José Amarildo Nowacoski (PR), Simone Barros de Oliveira (RS), Leonardo Foschiera (RS), Oldair Bueno (RS), Aldir Mattei (RS), Luis Paulo Fagundes (MT), Ivo Lourenço da Silva (GO), Isnar Vieira Borges (RS), Adilson Schio (PR) e Isolete Wichinieski (SN).

²¹⁹Rosangela (MS), Claudemir (SC), Suagna (CO), Gilmar (SP), EidiNéia (MT), Cícero (CE), Alexania (RS), Francisco (MT), Ivo (CO), Zeca (SC), Lurdinha (SP), Luiz Paulo (MT), Roberto (SC), Isnar (RS) e Isolete (SN).

ventude da roça – nº 2” com celebrações. A segunda etapa deste processo será a missão jovem (nacional).

Em 7 de dezembro de 2001 é assassinado Fernando Evangelista, militante da PJR que atuava no STR de Acajutiba, BA.

Em 2001 iniciou a PJR em Tocantins, com a ajuda da CPT.

Aconteceu a elaboração de Cartilha “Crédito para a Juventude da Roça”, cartilha que iniciou a coleção “Políticas Públicas para a Juventude da Roça”, que ficou na primeira: Crédito.

Diante das reflexões e do avanço do trabalho, sentimos a necessidade de termos um eixo condutor, para assim irmos dando um corpo maior para a organização da PJR. Sendo assim, definimos em 2002, nosso eixo que chamamos de estratégico: “Resgatar o protagonismo e a esperança do jovem da roça, construindo um novo modelo agrícola e agrário”.

Outra ação a nível nacional foi a Missão Jovem realizada na Paróquia da Cândido de Abreu, no estado do Paraná. No mês de julho inicia a 4ª Turma da Escola Nacional, padre Luiz Paulo, em Alta Floresta no Mato Grosso. As escolas regionais ampliam-se no Centro Oeste e inicia o processo em Rondônia, Santa Catarina e Minas Gerais.

Em 2002 acontece o debate sobre a **ALCA** e como ela afetava a soberania dos países, e em setembro do ano seguinte ajudamos no Plebiscito Popular contra a ALCA e a Base de Alcântara em Maranhão. Neste ano acontece o I Encontro da Juventude Campo Cidade, organizado pelo MST no Rio de Janeiro.

Neste ano a CNBB lança as suas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, até 2006, com o objetivo de: “Evangelizar, proclamando a Boa-nova de Jesus Cristo, caminho para a santidade, por meio do serviço, diálogo, anúncio e testemunho de comunhão, à luz da evangélica opção pelos pobres, promovendo a dignidade da pessoa, renovando a comunidade, formando o povo de Deus e participar da construção de uma sociedade justa e solidária, a caminho do Reino definitivo”.

Em março de 2002 iniciou a participação da PJR nos Cursos de Educação Superior da Via Campesina (Pedagogia da Terra), que aconteceu em Veranópolis, no RS. Inicia na PJR a prosa sobre a Educação do Campo, que já estava assumida pelo Movimento Social desde 1998.

A CNBB, em abril de 2002, lança uma campanha de “combate contra a fome e a miséria”. Neste mês a CNPJR²²⁰ se reuniu em Curitiba, PR, para:

²²⁰Marcio e Wagner (O2), Suagna (CO), Alexania (S3), Claudemir (S4), Everton e Cleide (L2), Cleber (Nordeste), Josefa (NE2), Isolete (SN), Clemildo (SN-PJB) e Isnar-Roberto-Adilson (Assessoria).

Estudo (PJB); Princípios orientativos (estudo entre agosto de 2002 e março de 2003); Quarta turma da escola permanente no MT, que se denominará Padre Luiz Paulo, e a terceira turma denomina-se Margarida Alves; finalmente foi enviado o projeto para a CEE, o qual foi rejeitado; proposta do 2º seminário intercultural (2003 e 2004); entre outros.

Entre 01 e 04 de agosto de 2002, a CNPJR²²¹ se reuniu em Itaberaí, GO, para: Estudo (formação de quadros); partilha e análise da caminhada; preparação da V ANPJR; Formação (quinta turma da escola, no PR; vagas nos cursos universitários); entre outros. Nos dias 28 e 29 de agosto e 22 e 23 de outubro teve reunião da equipe de preparação da V ANPJR.

Em outubro de 2002, Isolete Wichinieski, sistematiza uma história da PJR Brasil, subdividindo-a em: os primeiros passos (1983-1988); descobrir-se e organizar-se para ser referência junto aos jovens rurais (1989-1993); afirmar-se enquanto Pastoral da Juventude Rural (1994-1996); caminhando na coletividade vamos construindo o Reino de Deus (1997-1999); novo tempo (2000-2002). Começa com a epígrafe “Fazer história é tarefa de todo homem e de toda mulher, uma vez que sem consciência corremos o risco de perder o rumo e a perspectiva”.

Entre 07 a 10 de novembro de 2002 aconteceu reunião da CNPJR²²² em Itaberaí, GO, para: Marco referencial da PJR; Militância nas PJ's; retomada do planejamento estratégico (organização e articulação; formação; políticas públicas; cultura; sustentabilidade; GPR; Missões Jovens; Espiritualidade; Bandeiras de Luta); preparação da V ANPJR; entre outros.

Nos dias 22 a 26 de novembro, em Brasília, a PJR participou do Seminário Nacional da Educação do Campo.

Ainda em 2002 foi feita uma re-edição alterada da cartilha “Princípios Orientativos”. Também neste ano existe um Grupo de Produção e Resistência - GPR, em Passo Fundo- RS, no local onde funcionava a Escajur. Em 2004 começaram os GPRs na região de Monte Santo, na Bahia, atuantes até hoje.

Entre 2002 e 2007 aconteceu um convênio entre a FUNDEP e a Uni-

²²¹Suagna (GO), Lurdinha e Roseli (SP), Alexania (RS), Edmundo (TO), Magno e Josefa (NE2), Jair (SC), Rosangela (MS), Wagner (MT), Everton (MG), Isolete (SN), e os assessores Isnar e Roberto. Chama a atenção para a ausência de Cléber (RO), Cícero (CE), Nélcio (BA), Joka (PR), Ede Carlos (AM) e Zeca e Adilson da assessoria.

²²²Suagna (GO), Jairzinho (SC), Josefa e Magno (AL), Rosangela (MS), Eidi (MG), Gilmar (SP), Everton e Sival (L2), Sandro (RS), Ivanildes (RO), Idailton e João (CE), Edmundo (TO), Zeca e Roberto (assessoria), Isolete (SN) e Clemildo (PJB).

versidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, para a realização de turmas de graduação em “Administração Rural e Gestão Agroindustrial”: a Turma 01 foi de 2002 a 2006, com participação de 6 estudantes da PJR, e a Turma 2 de 2003 a 2007, com participação de 5 estudantes da PJR²²³.

O ano de 2003 inicia com Lula presidente e uma nova expectativa de avanço do campo popular, mesmo sabendo que seria um “governo em disputa”. No FSM é lançado o jornal **Brasil de Fato**. Neste ano acontece o Salão Nacional da Juventude Rural promovido pela CONTAG e o I Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar, promovido pela FETRAF-SUL.

Neste ano a PJR completa 20 anos e é feito um hino cujo refrão diz: “Pra reviver (fazer acontecer) / Pra celebrar (aonde o povo está) / Um jeito novo de evangelizar / E a juventude de recantos mil / Defende a tua bandeira / Terra Livre Brasil”.

Em 2003 realizou-se as Missões Jovens no estado da Bahia, Município de Canudos, lugar especial de luta pela Terra e marcado pela resistência do povo nordestino. As Missões Jovens se fortalecem e o projeto é realizado em alguns estados, nas dioceses e também a nível nacional.

Reunião da CNPJR²²⁴, em Hidrolândia, GO, de 12 a 16 de março de 2003, onde trata: análise de conjuntura; PJB (vamos nos organizar em vista da missão); Repasses dos regionais; proposta da V ANPJR; Formação; continuidade do planejamento estratégico, entre outros.

Publicado o Boletim Informativo PJR (Ano 1, nº 1), maio/junho de 2003, sobre “Crédito para a Juventude Rural” pois “precisamos nos manter na roça” para isto se faz necessário “políticas públicas” e “grupos de produção e resistência” e “agroecologia”.

Reunião da CNPJR²²⁵, em São Luiz dos Montes Belos, GO, entre 09 a 13 de julho de 2003, para: Estudo sobre campesinato; Via Campesina; Partilha das regionais; PJB; últimos ajustes da V ANPJR; Vagas em cursos; entre outros.

A PJR, em 2003, realiza sua **V Assembléia Nacional**, em São Luis dos

²²³Turma 1: Regina Trentin, Maira Mattos, Cássio dos Santos, Oldair Cancian (Chiquinho), Fafi - Fabrício. Lino Bagiotto Turma 2: Fabiano Pisoni (RS), Davi (MT), Renato (RS), Mauricio Celest (SC), Agnaldo.

²²⁴Gilmar Santos (BA), Josefa e Magno (AL), Rosangela (MS), Jair (SC), Suagna (GO e TO), Everton (MG e ES), Gilmar (SP), Eidi (MT), Nidy (RO), Sandro (RS), Isolete (SN), Isnar e Roberto (assessoria). Fala da ausência do Jucelio (CE), do padre Adilson e do Zeca.

²²⁵Entre os participantes estão: Josefa, Maristela, Everton, Suagna, Jucélio, Rosangela, Jair, Eidi, Isolete e Edmundo.

Montes Belos, GO, onde celebra os seus 20 anos de caminhada e reafirma sua opção profética de Igreja Libertadora, e organização da Juventude rural. O lema “Semeando o sonho, cultivando a vida”. Momento forte de celebrar a vida da juventude roceira e a caminhada da PJR, fortalecendo a mística da Mãe terra, valorizando a simbologia e a memória dos mártires. Nesta V ANPJR elaboramos o “Plano de Ação 2004-2008” para “consolidar sua identidade e firmar-se como referência nacional”. Tinha como objetivo: cultivar a eclesialidade; intensificar a inserção no movimento camponês; qualificar a formação; consolidar a sua vida orgânica; e formular projeto de sustentação financeira. Surge uma nova organização, por proximidade. **Josefa dos Santos Silva**²²⁶ (1980), de AL, assume a Secretaria Nacional da PJR e **Roberto Bonhenberguer**²²⁷, de SC, e **Isolete**²²⁸ assumem a Assessoria Nacional da PJR, mas só Josefa estava liberada.

Nova reunião da CNPJR²²⁹, de 01 a 05 de novembro de 2003, em Belo Horizonte, MG, para: Formação sobre finanças; partilha da caminhada e avaliação da missão jovem em Canudos - BA; avaliação da V ANPJR; entre outros.

No ano de 2003 foi criada a Frente Parlamentar de Juventude e uma comissão destinada a acompanhar as políticas públicas de juventude e a elaboração da PEC da juventude. Era uma resposta às pressões realizadas pela juventude brasileira.

Fazendo um balanço da PJR neste momento da caminhada:

a) Na formação: iniciou a elaboração de nossa proposta pedagógica no sentido de qualificar os diversos níveis em que atuamos, desde a base até a coordenação nas micro-regiões, estados e nacional. Externamente temos buscado em parceria com os movimentos sociais garantir educação, participando de cursos intensivos sobre a realidade brasileira e filosofia; em nível de graduação os cursos de pedagogia e desenvolvimento rural. Outro aspecto da formação que vem se fortalecendo é a capacitação técnica, com os cursos de agroecologia nos estados, cursos técnicos e a escola de gestão agroecológica da região Centro Oeste.

b) A organização: Neste ano estamos em processo de mudança na es-

²²⁶No lugar de Isolete. Ela foi uma das militantes da PJR que fez o curso de especialização em Cooperativismo, CEACOOOP, em Veranópolis, RS.

²²⁷Na prática Roberto passa a ser uma espécie de articulador e acompanhava a Via Campesina. Esta contradição (assessoria – articulação) o deixa em crise.

²²⁸Agora trabalhando na Comissão Pastoral da Terra – CPT.

²²⁹Gilmar (BA), Magno (AL), Tunini (RS), Eidi (MT), Rosangela (MS), Suagna (GO), Sebastião (GO) e Isolete (GO).

trutura organizativa, sendo que para ampliarmos nosso campo de atuação consideramos importante nos organizar por micro-regiões (grupos de jovens que se articulam em uma região pequena), nos estados e nacional. No conjunto da Pastoral da Juventude do Brasil, temos o processo de discussão da nova organização do conjunto (PJMP, PJE, PJ e PJR).

c) Estamos construindo a roça da PJR, isso passa preferencialmente em refletir sobre a vida e o jeito de viver do jovem, homem e mulher do campo. Com a discussão do plano camponês e a proposta de resgatar o camponato no Brasil, fortalece internamente a discussão da juventude camponesa, enquanto identidade e a organização dos Grupos de Produção e Resistência. Outro aspecto é a discussão sobre juventude desencadeada na Pastoral da Juventude do Brasil, que contribui nessa reflexão, realiza-se o Seminário Nacional sobre juventude e Organização.

No final de 2003 aflorou a ideia de organizar uma história Social do Camponato no Brasil, com apoio da Via Campesina, da qual a PJR faz parte. As obras produzidas a partir de 2004 passaram a ser objeto de estudo dos militantes da PJR.

Em 2004 acontece o primeiro encontro da Via Campesina sobre a Educação do Campo. Neste ano é fundada a Fetraf-Brasil, outra força no sindicalismo voltado para a agricultura familiar. E as Pastorais Sociais iniciam a 4ª Semana Social Brasileira, que culmina em 2006, com o tema “Mutirão por um Novo Brasil” que se entrelaça com a construção de um Projeto (Popular) para o Brasil.

Ainda em 2004 inicia com forte discussão a questão do crédito para os jovens do campo, tivemos a primeira pauta entregue ao governo federal. Após a derrota do Plano Nacional da Reforma Agrária, inicia-se uma discussão no sentido do resgate da identidade camponesa e também pensar estratégias para a agricultura camponesa, a PJR está participando dessa discussão. Outro aspecto é a organização financeira, garantirmos a sustentabilidade da PJR é importante para a continuidade do trabalho. Sendo assim, iniciamos com a formação e estamos nos estruturando a nível nacional e nos estados. Outra demanda da juventude, a Educação do Campo, vem tomando corpo nas discussões, através da participação, junto com os movimentos e pastorais, de seminários, reuniões e debates com o Governo Federal, um destaque foi a participação na II Conferência Nacional de Educação do Campo, em Brasília.

Em 2004 a PJR elaborou o seu Plano de Ação para os próximos anos

(até 2008) procurando consolidar a sua identidade e firmar-se como referência nacional. Tirou como linhas prioritárias para o trabalho: cultivar a eclesialidade, intensificar a inserção no movimento camponês; qualificar a formação em todos os níveis; consolidar a vida orgânica da PJR, formular projetos de sustentação financeira. Finalmente definiu metas anuais: fazer um chamado dos jovens rurais para as linhas orientadoras (2004); fazer uma reflexão interna e multiplicar e sistematizar atividades com os jovens em todos os Estados (2005); resgatar as atividades desenvolvidas em cada estado e realizar um congresso (2006); avançar de forma planejada nas áreas de maior necessidade de cada estado (2007) e avançar de forma setorizada elaborando um novo plano de metas (2008).

Encerramos a 3ª Turma da Escola de Formação em Minas Gerais, gerando uma reflexão sobre nosso processo de formação.

Reunião da CNPJR²³⁰, de 08 a 14 de março de 2004, em Hidrolândia, GO, para: Estudo (Plano Nacional de Reforma Agrária); Planejamento (cultivar a eclesialidade; intensificar a inserção no movimento camponês; qualificar a formação em todos os níveis; consolidar a vida orgânica da PJR; formular projeto de sustentação financeira) que virou o Plano de Ação 2004-2008; Via campesina (plano camponês); entre outros.

Em julho de 2004 foi elaborada uma proposta de negociação sobre crédito e GPR. Uma comissão da PJR, junto com a Via Campesina, fez uma rodada de negociações em Brasília, mas não obteve nenhum resultado.

Como forma de pressionar o governo a discutir o tema do crédito para a juventude, foi realizada uma mobilização de ocupação da Delegacia do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) em Porto Alegre. Pela primeira vez jovens camponeses de uma pastoral pressionam o governo Lula.

A 14ª Assembléia Nacional da PJB, realizada em julho de 2004, em Curitiba, PR, afirmou a articulação das Pastorais da Juventude, sendo espaço de discussão, elaboração de propostas para a Evangelização da Juventude, assume-se como linhas: comunicação, cultura, formação, sustentabilidade, espiritualidade, intervenção na sociedade, organização.

De 23 a 26 de setembro de 2004 a PJR, com 7 militantes, participamos do 4º acampamento latino americano de jovens, em Mendoza, na Argentina. E lá, no dia 25, participamos da reunião da juventude da Via

²³⁰Gilmar (BA), Celina (AL), Jucélio (CE), Sandro e Maciel (RS), Jair (SC), Eidi (MT), Ademilson (RO), Josefa e Isolete (SN). Clenildo e Angela (PJB), Ranulfo Peloso e Marcelo Rezende (assessoria temática).

Campesina Cone Sul.

De 22 a 25 de novembro de 2004 participamos da Conferência Nacional Terra e Água – Reforma Agrária, Democracia e Desenvolvimento Sustentável, em Brasília, DF, promovido pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo.

Em 28 e 29 de janeiro de 2005 aconteceu o (VII) **Seminário Nacional da Educação do Campo**, em Porto Alegre, RS, em 14 e 15 de fevereiro teve uma reunião de preparação do Congresso, em Goiânia, GO.

Em fevereiro de 2005 aconteceu os primeiros debates em vista da constituição, no sul do Brasil, do **Levante Popular da Juventude**²³¹, o que de fato acontece apenas em fevereiro do ano seguinte (2006).

Em março de 2005 aconteceu uma CN que debateu sobre a preparação do Congresso.

Dia 21 de maio aconteceu uma reunião do Grupo de Trabalho e Estudo – GTE, da PJR. Entre os vários assuntos tratados um foi a elaboração de um livreto com as principais datas comemorativas na roça.

De 22 a 26 de maio de 2005 aconteceu em Goiânia, GO, um Encontro Nacional de Coordenadores e assessores da PJR, onde se avaliou o processo de 22 anos de caminhada e se retomou os princípios orientativos da PJR, em vista da missão e da sua atuação. Junto teve uma reunião da CN, onde foi debatida a situação do Roberto e ele foi substituído por **Maciel Cover** (1984), do RS, que assumiu esta tarefa em outubro deste ano²³², só que liberado, pois assumiu a tarefa de acompanhar a Via e a Secretaria do II Congresso.

Em junho de 2005 se deu o processo de realização das **Assembléias Populares**, primeiro nos municípios, depois nos estados e em outubro a nacional. No final de junho de 2005 o governo federal, por sugestão de um grupo interministerial implementado em 2004, cria a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), bem

²³¹O Levante é um movimento que nasceu no Rio Grande do Sul, em 2005, visando fortalecer o processo de organização da juventude das periferias urbanas. Nasceu para ser uma ferramenta da juventude e não apenas o segmento de um setor e passa a aglutinar diferentes segmentos da juventude da cidade e do campo. Em 2012 já está organizado em dezessete estados do país. Reunindo estudantes, jovens da periferia e do campo, se propõe a renovar as práticas de militância da esquerda em defesa da construção de um projeto popular para o Brasil, em uma perspectiva socialista.

²³²Tinha que terminar o seu curso de Pedagogia da Terra, no IEJC, em Veranópolis, RS. Por causa do Congresso ficava mais em Brasília, hospedado no MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem, do que em Goiânia, na Secretaria da PJR. Por causa de sua tarefa, em fevereiro de 2006 passa a morar definitivamente em Brasília - DF. Ficou nesta tarefa até o final de 2006.

como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem).

Em julho de 2005 é publicado no *Jornal Mundo Jovem*²³³ o artigo “a juventude camponesa fazendo o desenvolvimento rural sustentável”, de Lino Luiz Bagiotto, onde afirma que a PJR assume a agroecologia como forma de produzir, de vida, de se relacionar com a terra, e a cooperação, que não se reduz às relações formais (associação, cooperativa), mas é prática.

Em outubro de 2005 acontece uma CNPJR, em Hidrolândia, e nela foi aprovada **Iara Ribeiro da Silva** (1984), de TO, para contribuir na Secretaria Nacional, mas só assumiu de fato no mês de dezembro.

Em novembro de 2005 foi publicado o **Cadernos de Estudo** “Juventude Camponesa construindo um projeto popular para o Brasil”, em vista da preparação para o II Congresso. Este material coloca o debate da construção do Projeto Popular de Brasil e de campo.

Também em 2005 a PJR consegue encaminhar o primeiro jovem **Paulo Rogério Adamatti Mansan** (1981) para um curso de pós-graduação (mestrado em sociologia), em Campina Grande/PB.

Consideremos neste período (2000-2005) a importância do I Congresso que deu visibilidade nacional²³⁴ para a juventude rural. Ele provocou outras organizações do campo a começar a abrir espaço para a organização de seus jovens. Já não somos mais apenas filhos e filhas de agricultores, somos jovens e jovens que se organizam como um sujeito social.

Não pode ser desconsiderada a crise provocada pela troca das principais lideranças, sem o devido repasse e aprendizados das informações (crise geracional), levando a PJR Brasil a perder contatos com as entidades de financiamento internacional (Adveniat e MZF)²³⁵ que garantiam as atividades básicas nacionais. Esta falta de recursos levou a PJR a perder contatos com alguns estados mais distantes, como Maranhão, Piauí e Rondônia, já que tradicionalmente eram pagas as passagens para a reunião da Coordenação nacional e isto deixou de acontecer a partir de 2006. Isto leva a PJR a se aproximar do governo federal, via MDA, em busca de financiamento.

²³³Mundo Jovem, Ano XLIII, Número 358, p. 3 (123).

²³⁴O Encontro de 1985, que tinha dado visibilidade regional, já estava praticamente esquecida. Ficou a frase “Não é preciso ser filho de doutor, jovem da roça também tem valor”. Frase que virou música e está no disco “o canto da terra”, de Antonio Gringo e os quatro ventos, Comep.

²³⁵Organismos europeus financiadores de atividades pastorais da ICAR.

2000 – I Congresso Nacional da PJR – Brasília – DF
2001 – 2002 – Ano Celebrativo da Juventude da Roça
2003 – V Assembléia Nacional – São Luis de Montes Belos – GO
2004 - ...
2005 – VII Seminário Nacional: Educação do Campo – Porto Alegre – RS
2006 – II Congresso Nacional da PJR

IV. 5 - Desejo de se tornar um sujeito político (2006-2007)

Em janeiro de 2006 aconteceu, em São Paulo, uma reunião da PJR com o CEPIS – Centro de Educação Popular Sedes Sapientae, pois necessitávamos de uma assessoria. Eles aceitam na condição de fazer a formação na CNPJR, e em março, o tema escolhido por eles é “estratégia e tática”.

Em fevereiro de 2006 aconteceu em São Gabriel/RS, um Acampamento Comemorativo aos 250 anos do martírio do índio missioneiro José Tiarrajú (...-1756), conhecido como Sepé. Neste acampamento se dá de fato, no RS, a constituição do **Levante Popular da Juventude**.

Em fevereiro foi feita uma parceria com a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos com o intuito de fazer uma “Pesquisa sobre a Juventude e Direitos Humanos no Meio Rural”, que ficou reconhecida como da Via Campesina. O trabalho de campo durou de agosto até outubro de 2006 (cf. CD), e ela foi publicada em março de 2007.

Em março de 2006 se instalou em Brasília, na sala da Diocese de Barreiras - BA²³⁶, a Secretaria Operativa do II Congresso, coordenada por Maciel Cover, visando a busca de financiamento, via projetos, junto ao governo federal e outras entidades. O ingresso de Lara na equipe da Secretaria Nacional da PJR permitiu que Josefa fosse para as unidades da federação articular a PJR.

Também em março aconteceu o II Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar da Fetraf-Sul.

Em maio de 2006, na UFRRJ, aconteceu o Seminário Juventude Rural em Perspectiva, realizado no Rio de Janeiro, com a participação de 140

²³⁶Emprestada para a PJR de março até dezembro de 2006.

pessoas vindas dos vários recantos do país, e cujos resultados foram publicados, em 2007, no livro “Juventude Rural em perspectiva”²³⁷. Ele foi fruto do Grupo de Trabalho Juventude Rural, criado em 2004, que procurava romper com a situação de invisibilidade desta categoria social.

Também em maio de 2006 aconteceu o Seminário Jovem Saber, da CONTAG. E foi neste mês que entrou no ar o site www.pjr.org.br, visando ter mais um canal de comunicação com a juventude para a divulgação do Congresso.

Em junho o I Seminário da Juventude da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS).

Entre 23 e 27 de julho de 2006 acontece o **II Congresso Nacional**²³⁸, em Brasília, com o tema “Juventude Camponesa na construção de um projeto Popular para o Brasil”, que culmina numa marcha pela cidade até a Praça dos Três Poderes e a entrega de uma Carta-compromisso da Pastoral da Juventude Rural (27 de julho de 2006) ao presidente Lula. Foi um reavivar das bases, ampliar os contatos de articulação e contribui para a visibilidade política da PJR, mas saímos deste Congresso endividados. O CEPIS contribui com a assessoria metodológica deste Congresso.

De julho até outubro de 2006, na Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF, em Guararema/SP, aconteceu a preparação de cinco estudantes²³⁹ indicados pela PJR que iriam cursar agroecologia, no IALA Instituto Agroecológico Latino Americano Paulo Freire, e de quatro estudantes²⁴⁰ para cursar medicina, na ELAM – Escola Latino Americana de Medicina, ambos na Venezuela.

Em agosto de 2006 a Iara foi para o MS e em setembro o Maciel volta para o sul. Iara permanece na Secretaria Nacional até dezembro de 2006. Em agosto ou setembro de 2006, **Luciana Ferreira de Oliveira** (1982), da BA, e **Éber Cristian Dartora** (1982), do RS, que estavam atuando na Missão Jovem de São Paulo, passam a contribuir na Secretaria Nacional da PJR, mas morando em Brasília, no espaço do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. Eles atuam nesta tarefa até junho de 2008

²³⁷Maria José Carneiro e Elisa Guaraná Castro (Organizadoras). Publicado pela Mauad X, CPDA/UFRRJ e NEAD.

²³⁸Dele participaram 15 estados (RS, SC, SP, MG, GO, MT, MS, TO, BA, AL, PE, PB, PI, CE e RO) e o Distrito Federal.

²³⁹Elisângela dos Santos Santana, de AL; Edison Fernando Tamanini, do MT; Vanderson Eliel Meira, do MT; Marcos José Fiametti, do MT; e Silvani Alves da Silva, de TO.

²⁴⁰Clerinalva Epifania, da BA; Vaubéria Timóteo Macêdo, do CE; Márcia Crystina Souza, do MT; e Julio Cezar Vougues, de SC.

quando, por falta de recursos a mesma é fechada, passado um grupo a responder pela articulação da PJR, via eletrônica e o Éber pelas finanças, a partir de Curitiba.

De 01 a 05 de novembro de 2006 aconteceu uma Reunião da CNP-JR²⁴¹, em Goiás Velho, onde se estuda o tema do agronegócio e a sua relação com a Juventude; e o Documento Evangelização da Juventude. É feito o relato dos estados e se avalia a implementação da estratégia da PJR e estabelecem as linhas de ação para 2007 (trabalho de base, formação, educação do campo, construção do projeto de campo e mobilização da juventude). Nesta reunião tomaram a decisão de transferir a secretaria nacional de Goiânia para Brasília, pois os últimos dois meses se passavam indo e vindo de um lugar para outro; mas a mudança da Secretaria Nacional só aconteceu em novembro, para uma casa alugada no Guará/DF.

Também em novembro de 2006 aconteceu I Seminário da Juventude da Via Campesina Brasil, onde é constituído o Coletivo Nacional de Juventude, cuja primeira reunião só aconteceu em janeiro de 2007.

Em 2006 sai o documento da CPT intitulado “Os pobres possuirão a terra: pronunciamento de bispos e pastores sinodais sobre a terra”. É publicado “Evangelização da juventude: desafios e perspectivas pastorais”, Estudos da CNBB 93, onde afirma que da evangelização da juventude depende o futuro da Igreja e que os jovens tem o direito de receber o Evangelho, a serem sujeitos e protagonistas na construção do Reino que inicia por uma sociedade solidária, justa e fraterna. Os convida a ser o bom samaritano, lutar pelos direitos e trazer os jovens para a Igreja.

Em 2006 iniciou um curso superior de agroecologia na ELAA – Escola Latino-americana de Agroecologia, na Lapa/PR, parceira da que iniciou na Venezuela, pois ambas foram acertadas em Tapes, durante o FSM (Fórum Social Mundial) em janeiro de 2006, nos marcos da ALBA – Alternativa Bolivariana para os povos das Américas. Na primeira turma a PJR conseguiu vaga para a Gilvânia, de TO. Em 2007 iniciou a segunda turma²⁴², onde a PJR colocou o Gilmar Andrade, da Bahia, a Rosangela, do MS e a Laudiana, de GO.

Em janeiro de 2007, a PJR aprova o seu primeiro projeto em parceria com o governo federal, via SAF – Secretaria de Agricultura Familiar. Mais

²⁴¹Regina e Tunini – RS, Romerito – TO, Veronica – GO, Genilton – MG, Maira e Marielen – SP, Adriano – PE, Flavio – PI, Josefa- MS, Antonieta – SC, Rosiene – AL, Iralides – BA, Maciel, Eber Iara e Luciana – Secretaria Nacional.

²⁴²Esta turma se formou em 2010.

tarde se conseguiu outro via Ministério da Pesca.

Neste ano Paulo Mansan, começa um roteiro para visitar lideranças da PJR no Nordeste 2, visando rearticular o trabalho. Ele tinha ido para fazer curso de mestrado, em Campina Grande, PB.

No início de 2007 também é transferida a sede da Associação de Passo Fundo para Brasília.

Neste período aconteceu uma nova prosa entre PJR e o CEPIS, onde fomos questionados sobre o nosso rumo: “A PJR vai virar o quê?” foi uma das perguntas. Os jovens saíram da reunião, dizendo que iriam pensar para dar a resposta, e nunca mais entraram em contato com o CEPIS. Decidiram voltar a tentar organizar uma equipe de assessoria interna. O padre Adilson Schio se dispôs a participar, pela PJR, nas reuniões da assessoria da PJB.

Em março de 2007 teve uma reunião em Curitiba de um grupo de militantes que após analisar a caminhada da PJR enviou uma carta a CN onde convida a fazer “uma reflexão sobre o papel histórico da PJR”. E continua “Compreendemos que a PJR nasceu para estar a serviço dos jovens e das jovens da roça, para que, como cristãos e cristãs se coloquem a caminho, em vista da transformação da sociedade, da igreja e das pessoas. E ao mesmo tempo ajudá-los a compreender como este caminho está sendo construído, levando em conta o processo histórico existente e o rumo proposto pela classe trabalhadora, compreendendo que este serviço faz parte do processo Pastoral de Jesus de Nazaré, o Cristo, em vista de que todos e todas ‘tenham vida e a tenham em abundância’ (Jo, 10,10), como forma de encarnar o Reino” e propõe priorizar o trabalho junto à juventude camponesa.

De 16 a 20 de maio de 2007 aconteceu uma reunião da CNPJR²⁴³, em Goiás Velho – GO, onde: se fez um estudo sobre Pastoral, sobre as raízes da PJR e a sua missão em 1983, com os jovens daquele tempo, o que levou a desencadear um debate em vista de atualizar a Missão da PJR, para ser um serviço aos jovens de hoje, que aconteceu na VI ANPJR, em 2009. Foi feito um debate sobre a “carta de Curitiba” e sobre os 25 anos da PJR. Nesta reunião se decide a troca dos secretários nacionais: saem Josefa e Iara e assumem Luciana e Éber.

²⁴³Participantes: Josiel (PA); Fabio (MT), Antonielli (SC), Mirtes (PB), Maciel e Regina (RS), Mansan (Nordeste), Romerito (TO), Gilmar (BA), Genilton (MG), Jucelio (CE), Rosiene (AL), Iara (GO); José Conceição, Cerioli, Isolete e Roberto (Assessores).

Neste mês de maio é publicado “Evangelição da Juventude: desafios e perspectivas pastorais”, Documentos da CNBB 85, que institui o Setor Juventude com a finalidade de articular todos os trabalhos com a juventude da ICAR. Também em maio aconteceu a **Conferencia de Aparecida**, no Brasil, onde se deu uma volta ao método de reflexão ver julgar agir (n. 19) após o alerta de que antes de tudo somos cristãos.

Em setembro de 2007 acontece o Plebiscito Popular da Vale, forma de protestar contra a venda do patrimônio público para a iniciativa privada.

Em outubro aconteceu a jornada contra as transnacionais e em defesa da soberania alimentar.

De 22 a 25 de novembro de 2007 aconteceu uma reunião da CNPJR, em Goiânia, GO, onde se fez um debate sobre a atualização da Missão da PJR e se encaminhou a elaboração de uma proposta política de formação, a ser debatida no próximo SNPJR. Debateu-se a questão da transposição do São Francisco, da Reforma Agrária, do Plebiscito da Vale, entre outros. Antes, no dia 05 do mesmo mês, aconteceu uma reunião em Curitiba/PR, onde se fez uma análise da caminhada da PJR e se apontou a necessidade da CN ser um espaço de reflexão (formação) e dar a posição da PJR em relação aos temas atuais sobre o que está acontecendo no campo.

Neste período de 2005-2007 o debate na PJR foi: continuar como Pastoral ou se tornar um Movimento Social? Os jovens optaram em permanecer como um serviço pastoral aos jovens camponeses. Tomaram a decisão de que os seus “melhores quadros” deveriam ir atuar na base e que a PJR deveria se expandir para outras regiões do Brasil, para isto teve, em 2005, o envio do **Sandro José Tunini** (1975) para MG e iniciaram em 2006 uma Missão Jovem, que aconteceu em diversos municípios de São Paulo.

Neste período os jovens que passam a influenciar a caminhada da PJR e assumem tarefas nacionais eram educandos e depois formados no curso Pedagogia da Terra, que se realizou no Instituto de Educação Josué de Castro - IEJC, em Veranópolis/RS.

Há uma leitura de que a PJR delegou a outrem a formação de seus quadros. Que a preocupação com a escolarização tinha sido um avanço, mas que isto tinha fragilizado a nossa organicidade, pois muitos militantes passaram a estudar. E que tinha o risco da PJR tornar-se uma ONG por estar apenas repassando recursos, criando condições, para alguns grupos

e fazendo isto sem ter um quadro de pessoal preparado. Outra leitura é que a PJR soube tomar as decisões corretas quanto à sua estratégia, mas não criou as condições para a sua implementação, vindo a entrar num processo de hibernação.

2006 – II Congresso Nacional da PJR – Brasília – DF
2007 – ...

IV. 6 - Construindo condições para servir melhor os jovens camponeses

Neste ano de 2008 a CNBB publica suas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, até 2010, com o objetivo de “Evangelizar, a partir do encontro com Jesus Cristo, como discípulos missionários, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, promovendo a dignidade da pessoa, renovando a comunidade, participando da construção de uma sociedade justa e solidária, “para que todos tenham Vida e a tenham em abundância” (Jo 10,10)

Em janeiro de 2008 aconteceu o (VIII) **Seminário Nacional**, em Três Passos/RS. No final aconteceu na comunidade de São Francisco, um Acampamento da Juventude e celebramos os **25 anos da PJR**, numa Romaria da Terra, que reuniu 15 mil romeiros. No Seminário Nacional iniciamos a reflexão sobre a atualização da Missão da PJR e início do processo de elaboração de um plano de formação para a PJR (ainda não concluído), após refletirmos sobre o rosto atual da juventude camponesa.

Em fevereiro de 2008 aconteceu o I Seminário da Juventude da FETRAF-Sul e em abril a reunião da Comissão Nacional de Jovens da CONTAG.

Em 13 de março completamos 25 anos de serviço jovem, como Igreja, junto à juventude camponesa, vivendo assim o seguimento de Jesus Cristo, o camponês de Nazaré.

Em maio de 2008 aconteceu uma reunião da CNPJR, em Brasília: orientou-se a constituição de GPRs (Grupos de Produção e resistência) nos estados; se decidiu fazer um encontro de assessores e outro de estudantes da PJR; é encaminhada a reativação do Site da PJR (www.pjr.org.br) que estava desativado desde 2007; se criou uma equipe para dar conta das atividades da Secretaria, pois se decidiu pela saída, em junho próximo,

de Eber e de Luciana. Depois foram participar da **15ª ANPJB**, em Brasília. Assessorada metodologicamente por Adilson Schio e Paulo Cerioli, ambos assessores da PJR. Também em maio, foi redigido o pedido de filiação da PJR à Via Campesina Internacional.

Em junho de 2008 aconteceu um Seminário da Juventude da Consulta Popular. E neste ano iniciou os cursos de dirigentes e formadores promovidos pela Consulta Popular.

Em julho de 2008 o *Jornal Mundo Jovem*²⁴⁴ publica o artigo “Juventude camponesa e a reforma agrária” e a sua relação com o agronegócio, destacando a necessidade de achar alternativas para a permanência da juventude no campo.

Em agosto de 2008 aconteceu o I Encontro Nacional da Juventude Campo Cidade, promovido pela Via Campesina. Nos dias 25 e 26, aconteceu uma reunião da Assessoria da PJR, em Curitiba, onde sugerem a troca de endereço da Associação Terra Livre, falam sobre a situação financeira da PJR, refletem sobre a militância na PJR e, após análise da realidade, indicam temas para a próxima ANPJR.

Em novembro de 2008 se reuniu a CNPJR, em Orizona/GO – Refletido sobre as raízes da espiritualidade da PJR; feito um estudo da Igreja e da Juventude Camponesa; foi preparada a VI ANPJR e decidido que a PJR vai se desligar da FUNDEP (nela estava desde 1989, quando funcionava em Braga) que está agora em Ronda Alta, depois de passar um tempo em Pontão, ambas no RS.

Circula a notícia que após reunião no CONSEP, em 25 de novembro, a PJB não existiria mais, pois, segundo padre Gislei²⁴⁵, “uma secretaria e coordenação conjuntas não tem ajudado na caminhada” e o “Setor Juventude se propõe a acompanhar mais de perto as pastorais”; os jovens compreenderam como um atropelamento da CNBB no seu protagonismo, pois não ratificaram a escolha da articuladora nacional escolhida na 15ª ANPJR.

Em 8 de dezembro de 2008 o Setor Juventude da CNBB convida as Pastorais da Juventude a colocar como centro do trabalho evangelizador Jesus cristo e seu Evangelho, estar em constante diálogo com o clero, assumir a formação integral, provocar discernimento vocacional, ter como foco a juventude em seus diversos contextos e renovar a opção pedagógica

²⁴⁴Mundo Jovem, Ano XLVI, Número 388, p. 9.

²⁴⁵Assessor do Setor Juventude desde 2007. Morto em 15 de junho de 2009.

pelos grupos de jovens, continuar valorizando o protagonismo, entre outras orientações. Esta carta dá os critérios para a continuidade da caminhada.

Em 2009, o militante da PJR, Maciel Cover entra em um curso de mestrado (o segundo da PJR neste nível de formação), em Campina Grande/PB, e se dedica a pesquisar a juventude do nordeste que vende sua mão de obra nos canaviais de São Paulo. No início deste mesmo ano, outro militante (Mansan) começa a atuar numa Escola Família Agrícola, no ES, e inicia um trabalho de rearticulação da PJR através dos estudantes da EFA, a exemplo do que já tinha acontecido na década de 1980 na Bahia, e, pelo que sabemos, anos mais tarde em Goiás e em Minas Gerais.

Em fevereiro de 2009 sai um novo livrinho de “roteiros para grupos de jovens iniciando a caminhada” com o tema “Juventude: luta e resistência em defesa da vida” elaborado pela PJR-RS.

Em março de 2009 aconteceu a **VI Assembléia Nacional**, em Catu/BA, onde decide-se pelo deslocamento da Secretaria Nacional para Campina Grande/PB, pois no Nordeste está praticamente a metade da juventude camponesa do Brasil. Aqui renovamos a nossa Missão como PJR e fizemos o Planejamento para os próximos anos. Escrevemos uma carta aberta da pastoral da Juventude Rural (19 de março de 2009). É escolhido **Josiel Ferreira** (1983), do Pará, para ser o articulador nacional e tocar a Secretaria Nacional da PJR, e **Paulo Cerioli** (1957), osfs, é indicado para a Equipe Nacional de Assessoria, mas que só foi liberado no início de 2011.

Em maio de 2009 foi feita a transferência de fato da Secretaria Nacional da PJR de Brasília para Campina Grande/PB. De junho de 2008 até maio os materiais ficaram depositados na secretaria do MAB, em Brasília. Neste período atuou um grupo de articuladores da PJR (um por região), via correio eletrônico. O nordeste passa a ser território prioritário de missão junto à juventude que está no campo.

Em junho de 2009 é publicada a encíclica social **Caritas in veritate** (caridade na verdade), de Bento XVI. Ela retoma a proposta de humanização do mercado (n. 46 e n. 47), visando um desenvolvimento solidário (n 67 e n 73), através da civilização da economia: “caridade na verdade significa que é preciso dar forma e organização àquelas iniciativas econômicas que, embora sem negar o lucro, pretendam ir mais além da lógica da troca de equivalentes e do lucro como fim em si mesmo” (n 38).

Só em novembro de 2009 são publicadas as decisões da VI ANPJR,

com apoio da PJR Capixaba (livro verde), bem como um material para grupos iniciantes (capa azul). Neste mês, apesar da chuva e do trancamento das estradas, teve reunião da CNPJR²⁴⁶, em Mantenópolis/ES, de 30 de outubro a 2 de novembro, onde refletem que “somos Igreja” e assumimos um jeito de ser Igreja (profética libertadora), e afirmamos que como camponeses fazemos parte da classe trabalhadora. Decidem: mostrar a cara da PJR; se enraizar na base; estreitar nossa relação com os agentes de pastoral; participar da comunidade eclesial e das mobilizações populares; ajudar a construir espaços de resistência da agricultura camponesa e dar continuidade à formação integral. Também teve uma breve reunião da Equipe Nacional de Assessores.

Em 2009 é publicado o livro “Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político”²⁴⁷ onde pesquisadores relatam uma pesquisa realizada (2006 a 2008) também com a PJR. Ele afirma que a PJR “é um movimento diferente, por ser o único que tem como eixo central a juventude rural” e que “se propõe a organizar os jovens a partir de sua atuação de origem, em suas comunidades, sindicatos, partidos políticos”. E por estar na Via por um lado foi fortalecida no cenário nacional e internacional e por outro contribui para a consolidação da organização da juventude nos movimentos sociais.

De 19 a 21 de março de 2010 aconteceu, em Curitiba, o Encontro Nacional de Assessores²⁴⁸, onde se refletiu sobre a PJR: sua missão, metodologia, princípios, mística e papel da assessoria neste momento histórico.

De 22 a 25 de abril de 2010 acontece uma reunião da CNPJR²⁴⁹, em Ipameri, GO. Nela foi feito um levantamento de como territorialmente está a PJR e foi encaminhada a derradeira tentativa de manter funcionando a Secretaria Nacional, mas a mesma é fechada no mês seguinte, maio, por falta de recurso financeiro e o jovem Josiel voltou para o Pará. Avaliou-se que a equipe de articuladores e a de assessores não estão funcionando na articulação das regiões. Também se deu uma espiada no futuro documento “questão agrária”, da CNBB. Em maio a PJR, a nível nacional, passou a ser articulada eletronicamente.

Em maio de 2010 a CNBB enviou uma “Mensagem ao Povo de Deus

²⁴⁶PA (Josiel), BA (Jordânia), ES (Beatriz), SC (Jô), GO (Josivaldo) e RS (Letícia).

²⁴⁷Obra de Elisa Guaraná, Maira Martins, Salomé Lima Ferreira de Almeida, Maria Emilia Barrios Rodrigues, Joice Gomes de Carvalho, publicado em conjunto pela Mauad X, Edur e Nead.

²⁴⁸PR, RS, MS, BA, GO e acompanhamento da SN (Josiel).

²⁴⁹RS, SC, GO, ES e BA. Em RN, CE, AL, PE e PB temos articulação.

sobre as Comunidades Eclesiais de Base” ou CEBs e aprovou um documento de estudo sobre a “Igreja e questão agrária no início do século XXI”.

Em setembro de 2010 aconteceu o Plebiscito Popular em vista do limite da propriedade da terra no Brasil, no qual a PJR do nordeste se envolveu para valer. Mas ele não conseguiu o resultado esperado.

Em novembro de 2010 acontece o (IX) **Seminário Nacional** sobre Formação, em Piúma/ES. Além das orientações sobre a formação, foram re-assumidos os Princípios da PJR. Aproveitamos a proximidade para fazer uma visita a Anchieta, nos encontrando com a memória deste beato. Junto teve uma reunião da CNPJR.

Ainda em 2010 a PJR envia duas militantes, do ES, Ludiane Santos de Souza e Poliane Dutra, para fazerem mestrado em agroecologia, em Cuba.

Neste ano a CNBB publica suas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, até 2015, com o objetivo de: “Evangelizar, a partir de Jesus Cristo e na força do Espírito Santo, como Igreja discípula, missionária e profética, alimentada pela Palavra de Deus e pela Eucaristia, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, para que todos tenham vida (cf. Jo 10,10), rumo ao Reino definitivo”. Ele não fala mais em prioridades, mas em urgências.

Em janeiro de 2011 conseguimos liberar Paulo Cerioli, um irmão religioso, para contribuir com a assessoria implementando assim a decisão tomada ainda em março de 2009.

De 17 a 20 de março de 2011 aconteceu a reunião da CNPJR²⁵⁰, em São Leopoldo/RS, onde é debatida a Identidade e as Características da PJR e visto a necessidade de unificar, pela proposta, o seu processo de formação da paróquia até a nacional; conversam sobre a campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida e a assumem a unificação desta com a campanha contra o extermínio da juventude; e decidem criar um BLOG da PJR (www.pastoraldajuventuderural-pjr.blogspot), entre outros, e aproveitam para nos abastecer da história e da mística dos povos missionários.

E de 18 a 20 de março, aconteceu o Encontro Nacional de Assessores, também em São Leopoldo, onde se partilhou a nossa ação de assessoria, as características da identidade da PJR e os princípios e aprofundamos a metodologia, compreendendo o método VER JULGAR AGIR como método

²⁵⁰ES, RS, PA, BA, SC, GO e RN. Temos base também em PB, PE, CE, MG, PR, SP, MT, AL e TO.

de reflexão (teoria) da metodologia PRÁTICA TEORIA PRÁTICA.

Em maio de 2011 foi elaborada a Pauta de luta da PJR com as nossas demandas e a mesma foi apresentada ao governo. Neste mês a CNBB aprova as Diretrizes Gerais para a Ação Evangelizadora (2011-2015) e transformou o Setor Juventude em Comissão Episcopal Pastoral para a Juventude.

Em agosto de 2011 um jovem da PJR do RN, Laécio Vieira, participou da JMJ, em Madri, via delegação oficial da CNBB, onde foi decidida que a próxima será no Brasil, em 2013, casualmente no mesmo ano que a PJR fará 30 anos de vida (1983) e 25 anos de articulação nacional (1988), quando estava previsto acontecer o III Congresso. Através dele tivemos acesso ao YOCAT em português (com o símbolo da “ajuda à Igreja que sofre”).

Em setembro de 2011 acontece reunião da CN, em Monte Santo/BA. Junto acontece o Seminário Nacional dos Grupos de Produção e Resistência e uma Peregrinação ao Monte Santo. Aproveitamos para nos abastecer com a história e a mística dos lutadores de Canudos. Refizemos o levantamento e confirmamos que atualmente estamos em 20 estados do Brasil, tendo contatos com mais dois. Decidimos também entrar no Facebook (p juventude rural). **Laécio Vieira** (1987), do RN, passará a ser o articulador nacional, priorizando o nordeste e participando da recém criada CNPJ – Coordenação Nacional da Pastoral Juvenil, da CEPJ – Comissão Episcopal Pastoral para a Juventude.

Em novembro de 2011 conversamos com o membro da Comissão para a Juventude sobre três preocupações da PJR: a possibilidade de invisibilidade da juventude camponesa no texto base da Campanha da Fraternidade de 2013; a melhor forma da realização do III Congresso da PJR em 2013; e a nossa sintonia com a caminhada da Comissão já que também somos Igreja.

De 18 a 25 de janeiro de 2012 não aconteceu a Escola Nacional de Formação, por falta de recursos, mas aconteceu o **X Seminário Nacional**²⁵¹, em Espera Feliz/MG, com o tema “Grupos de Produção e Resistência – GPR” e o lema “A Mãe Terra grita por agroecologia”. Se reuniram 119 jovens, vindos de 11 estados, para: retomar a vida de Jesus Cristo, o camponês de Nazaré, nossa motivação maior; olhar, como jovens rurais, para a conjuntura brasileira, a partir da realidade agrária; aprofundar

²⁵¹BA, PE, PB, RN, RS, SC, ES, MG, RJ, CE, AL.

os conceitos de agricultura camponesa e agricultura familiar; socializar a experiências dos Grupos de Produção e Resistência – GPR que estão sendo desenvolvidas por integrantes da PJR, em vários estados do Brasil, bem como práticas agroecológicas desenvolvidas na região, participamos de oficinas sobre caldas e culminando com a visita a uma área agroecológica; debatemos, com a ajuda da Cáritas Brasileira, a Economia Popular Solidária e os Fundos Rotativos Solidários; refletimos sobre a cooperação agrícola, bem como as formas de cooperação; aprofundamos o debate sobre os Grupos de Produção e Resistência procurando definir como será a nossa ação em favor de contribuir com a permanência dos jovens no campo; Fomos para a rua defender a vida e nos manifestar contra o uso dos agrotóxicos: defendemos o direito de todos de ter uma alimentação saudável; participamos da celebração de São Sebastião, onde fomos acolhidos com carinho e rezamos com a comunidade; recebemos a visita e a orientação da Comissão Episcopal para a Juventude, através de padre Toninho; diariamente nos alimentávamos da mística e bebemos na fonte da cultura popular; e por fim sermos enviados para continuar a nossa missão, como discípulos missionários, nos colocando como jovens, a serviço da juventude camponesa.

Durante o Seminário a CNPJR se reúne, em vista da preparação do III Congresso; conversam sobre a 5ª SSB que inicia neste ano e tem como tema “Bem Viver. Caminho para nova sociedade com estado novo”; e é comunicado a volta da página eletrônica da PJR www.pjr.org.br, com cara nova, pois o mesmo tinha sido desativado em 2009.

A partir de fevereiro de 2012 a PJR passou a participar, sempre que possível, das reuniões das Pastorais Sociais do Campo (CPT, CIMI, PJR, Cáritas, SPM, SPP). Na especificidade temos mais sintonia com eles do que com a CEPJ – Comissão Episcopal Pastoral para a Juventude.

Também em fevereiro de 2012 acontece o Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude, em Santa Cruz do Sul, RS, com a participação de 1200 jovens vindos de 17 estados, dispostos a lutar contra o capitalismo em vista da construção do poder popular.

Em 13 de março aconteceu a **I Vigília da PJR** pela Juventude Camponesa, com o lema “A Mãe Terra grita por agroecologia”.

De 22 a 29 de abril de 2012 acontece reunião da CN e o ENA em São Miguel do Oeste, SC. A formação aconteceu junto a V Festa Internacional

das Sementes Crioulas, em Anchieta. A CN²⁵² fez o relato da caminhada da PJR nos estados; avaliou a realização da Vigília, da Semana da Cidadania, a nossa participação na Jornada da Cruz pelas Dioceses, o SN que aconteceu em Espera Feliz e sua participação na Campanha contra os Agrotóxicos e pela Vida; encaminhou a sua participação na Rio+20 entre outros; fechou a sua pauta de luta para 2012; transferiu o seu III Congresso para o Nordeste nos 10 a 15 de novembro de 2013; encaminhou a participação da PJR na 5^o SSB; e avaliou a cartilha dos GPR em elaboração.

O Encontro Nacional de Assessores - ENA²⁵³ aconteceu no mesmo espaço da CN e teve momentos em conjunto, como o ponto do III Congresso, e momentos próprios onde: avaliou a caminhada da PJR e nela o serviço da assessoria; combinou uma proposta de elaboração de artigos para o Sítio Eletrônico e o esquema de uma proposta de formação para os jovens multiplicarem na base; propôs fazer reuniões da assessoria por regiões; e aprovou o esquema em vista da elaboração da história dos 30 anos de caminhada da PJR.

A PJR entrou no Conselho Nacional de Juventude - Conjuve, como suplente, em abril de 2012, pelo segmento jovens do campo.

Em maio de 2012 participamos do I Seminário Nacional da Juventude Rural e Políticas Públicas, em Brasília, promovido pela SNJ - Secretaria Nacional de Juventude, onde 120 jovens apresentaram 130 propostas. A PJR esteve presente com jovens de 16 estados²⁵⁴.

Também em maio de 2012 a Equipe de Articulação da PJR se reuniu em Porto de Galinhas/PE, para fazer uma análise da situação da PJR (constamos presença em 24 estados) e da juventude camponesa; uma análise da conjuntura eclesial (a partir da 15^o ANPJB); e projetamos o nosso rumo.

Entre 13 e 22 de junho de 2012 jovens da PJR de vários estados também participaram da Cúpula dos Povos e de manifestações contra a “economia verde” na Rio+20, no Rio de Janeiro.

Em 13 de julho de 2012, em Barinas, na Venezuela, se formam quatro

²⁵²TO (Viviane); RN e SN (Laecio); RS (Marcos e Sassá); MG (Eduardo); PB (Cleiton); BA (Ari e Ludmila); ES (Beatriz e Keila) e SC (Daniela, Daniele, Taison, Wesley, Carlos e Gilvania).

²⁵³Letícia (Leca), Fabiano e Érico (RS); Jo (SC); Alex (ES); Sérgio (RJ); Maciel (NE2); Cerioli (Nacional).

²⁵⁴PA, MG, RN, CE, PB, RR, RJ, PE, SE, MT, RO, PI, RS, ES, SC e BA.

dos cinco jovens enviados pela PJR em 2006²⁵⁵ para estudarem engenharia agroecológica no Instituto Agroecológico Latino Americano Paulo Freire.

Entre 20 e 22 de agosto de 2012 participamos do Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das águas e das Florestas, em Brasília. Dele participaram todos os movimentos sociais populares, pastorais e entidades que atuam junto aos camponeses. “Por terra, território e dignidade”, foi seu grito de ordem. Um encontro similar só tinha acontecido em 1961 (51 anos atrás).

De 28 a 30 de setembro de 2012, em Brasília, a PJR esteve presente no Seminário Nacional de Juventude e Missão, inclusive contribuiu na sua preparação, junto a Comissão Episcopal Pastoral para a Juventude. Faz parte da preparação para a Jornada Mundial da Juventude, em 2013.

Em outubro de 2012 o Celam lança “Civilização do Amor: projeto e missão” que atualiza as orientações pastorais da caminhada da pastoral juvenil do subcontinente latino-americano. O documento contém cinco marcos (da realidade juvenil, histórico, doutrinal, operacional e celebrativo) e convida os jovens a dinamizar o corpo social da Igreja através de uma vivência radical do discipulado missionário de Jesus Cristo.

Entre 01 e 04 de novembro de 2012 se reuniu a CNPJR em Recife/PE, estando presentes 13 estados²⁵⁶, onde: fizemos uma conjuntura; socializamos a nossa caminhada; lemos o rascunho de parte de nossa história (1998 até hoje) e demos sugestões em vista de sua qualificação; decidimos que o III Congresso será em Recife/PE; decidiram se inserir na campanha da fraternidade de 2013 que terá por tema “Fraternidade e Juventude”, bem como na semana missionária em preparação a Jornada Mundial da Juventude; ...

De 11 a 18 de janeiro de 2013 aconteceu na Escola Família Agrícola “Normilia Cunha dos Santos” em Barra de São Francisco/ES o Curso Nacional de Formação da PJR, com jovens e assessores de AL, BA, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PB, PE, RJ, RN, RO, RS, SC, SE, SP e TO. E nos dias 19 e 20, no mesmo local, aconteceu a CN onde se definiu a pauta de luta da PJR para 2013 e debateu a divulgação e o funcionamento do III Congresso

²⁵⁵Se formou: Elisângela dos Santos Santana, de Água Branca, AL; Edison Fernando Tamanini, de Terra Nova do Norte, MT; Vanderson Eliel Meira, de Terra Nova do Norte, MT; e Marcos José Fiametti, de Alta Floresta, MT. A quinta: Silvano Alves da Silva, de Divinópolis, TO, irá se formar em dezembro de 2012, por enquanto é apenas técnica agroecológica de nível superior.

²⁵⁶RS, SC, SP, ES, MG, GO, MT, BA, SE, AL, PE, PB e RN.

da Juventude Camponesa, promovido pela PJR, constituindo uma equipe operativa em vista da realização do mesmo, e se encaminhou a Vigília da Juventude Camponesa e a nossa atuação na base no período da Campanha da Fraternidade e definimos a constituição da Rede GPR em todo o Brasil, iniciando pelo Nordeste.

Em fevereiro de 2013 a CNBB lançou o Documento de Estudo 103 “Pastoral Juvenil no Brasil identidade e horizontes” e, praticamente no final do mês, passou a funcionar a secretaria operativa do III Congresso, em Recife/PE.

A Campanha da Fraternidade de 2013 tem novamente como tema “fraternidade e juventude” (antes tinha sido em 1992) e lema “Eis-me aqui, envia-me!” (Is 6,8) que sensibilizou o conjunto da comunidade eclesial para a realidade da juventude.

Em 13 de março de 2013 aconteceu a II Vigília da Juventude Camponesa em nossos grupos de base e nesta data passou a ser divulgado o III Congresso. Neste mês jovens da PJR passaram a dar redação final a esta tentativa de escrever a história da PJR Brasil, apesar das lacunas e da falta de uma devida interpretação.

Em abril de 2013 a CNBB lança o Estudo 104 “Comunidade de Comunidades: uma nova paróquia” convidando toda a Igreja, inclusive a juventude, para refletir como construir pequenas comunidades vivas, enraizadas no meio, alimentadas pela Palavra e pela Eucaristia.

Em junho de 2013 aconteceu uma “saída às ruas” mostrando que muitas pessoas ainda estão dispostas a contribuir para a construção de uma sociedade melhor. O que levou o governo federal a propor algumas medidas de superação, sendo uma delas a possibilidade de um plebiscito em vista de uma constituinte para a reforma política. Temática que se afina com o debatido pelos que estão participando da 5ª Semana Social Brasileira.

Entre 04 e 11 de julho de 2013, em Glória de Goitá, PE, aconteceu a 2ª etapa do Curso Nacional de Formação, com a presença de jovens de AL, BA, CE, ES, GO, MT, PA, PB, PE, RJ, RN, RS, SC e TO. Nos dias 12 a 14 aconteceu reunião da CN, onde um dos temas debatidos foi a constituição da “Rede GPR” nacional a partir da experiência que está acontecendo 61 grupos envolvendo os estados do CE, RN, PB, PE, SE, BA e ES.

E entre 23 e 28 de julho de 2013, na cidade do Rio de Janeiro, participamos da Jornada Mundial da Juventude e aproveitamos para entregar ao papa Francisco, junto com a CPT, o CIMI, a CPP, o SPM, através de dom

Enemésio Lazzaris, convidando-o a conhecer a realidade das comunidades rurais de nosso país. Antes, nos envolvemos na Semana Missionária em preparação a mesma, bem como na acolhida da “cruz” peregrina.

Em setembro de 2013 é colocada a disposição, no sítio eletrônico da PJR, a cartilha “Jesus cristo: o jovem camponês de Nazaré”. Também é publicado o material (jornal expresso) em preparação ao III Congresso.

Entre 23 e 27 de setembro de 2013 aconteceu no Centro Pastoral da Várzea, em Recife, PE, a VII Assembléia Nacional da PJR, tendo por tema “30 anos a serviço da Juventude Camponesa” e por lema “Juventude Camponesa: Terra, Pão e Dignidade”, sendo “Jovem, levanta-te!” (cf. Lc 8,54) a motivação bíblica e “Ide, sem medo, para servir” a motivação eclesial. Nela foi definido o rumo e elaboradas as linhas de ação para o próximo período (2013-2016), escolhidos a jovem capixaba **Poliana Dias dos Santos** (1988), a Poli, como articuladora e **Alex Nepel Marins** (1988), como coordenador da equipe nacional de assessores²⁵⁷, que deverão assumir no início de 2014 e foi feito os ajustes necessário na programação do 3º Congresso Nacional, previsto para janeiro de 2014, entre outros assuntos.

Em outubro de 2013 a PJR participou da II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e solidário, que aconteceu em Brasília, DF,

E estamos empenhados na preparação e construção do 3º Congresso da Juventude Camponesa, tendo por tema “Na caminhada pela Terra Livre Brasil”, forjando um Projeto Popular, e por lema “Juventude Camponesa: terra, pão e dignidade”, ou melhor, Reforma Agrária, Soberania Alimentar e Projeto Camponês, do qual a Agricultura Camponesa faz parte.

Como parte da Igreja, portadora da jovialidade de Deus, que ousa ser artífice de uma comunidade de comunidades, orientada pela Palavra e nutrida pela Eucaristia, que opta pelos pobres, com seu rosto jovem, mesmo sabendo que “é uma luta a vida do jovem na terra” (cf. Jó 7,11) convida, a exemplo de Jesus, “Jovem, levanta-te!” (cf. Lc 8,54). Continuamos, motivados pela fé e provocados pela indignação, a nos colocar a serviço da juventude camponesa.

²⁵⁷Josiane Fátima Alves Pinheiro (Jô), de SC, pelo sul; Alex Nepel Marins, do ES, pelo sudeste, Gilmar dos Santos Andrade, da BA, pelo Nordeste, Maciel Cover, da PB, pelo nordeste, Josivaldo Moreira de Carvalho, de GO, pelo centro-oeste e Lidenilson Silva, do PA, pelo norte.

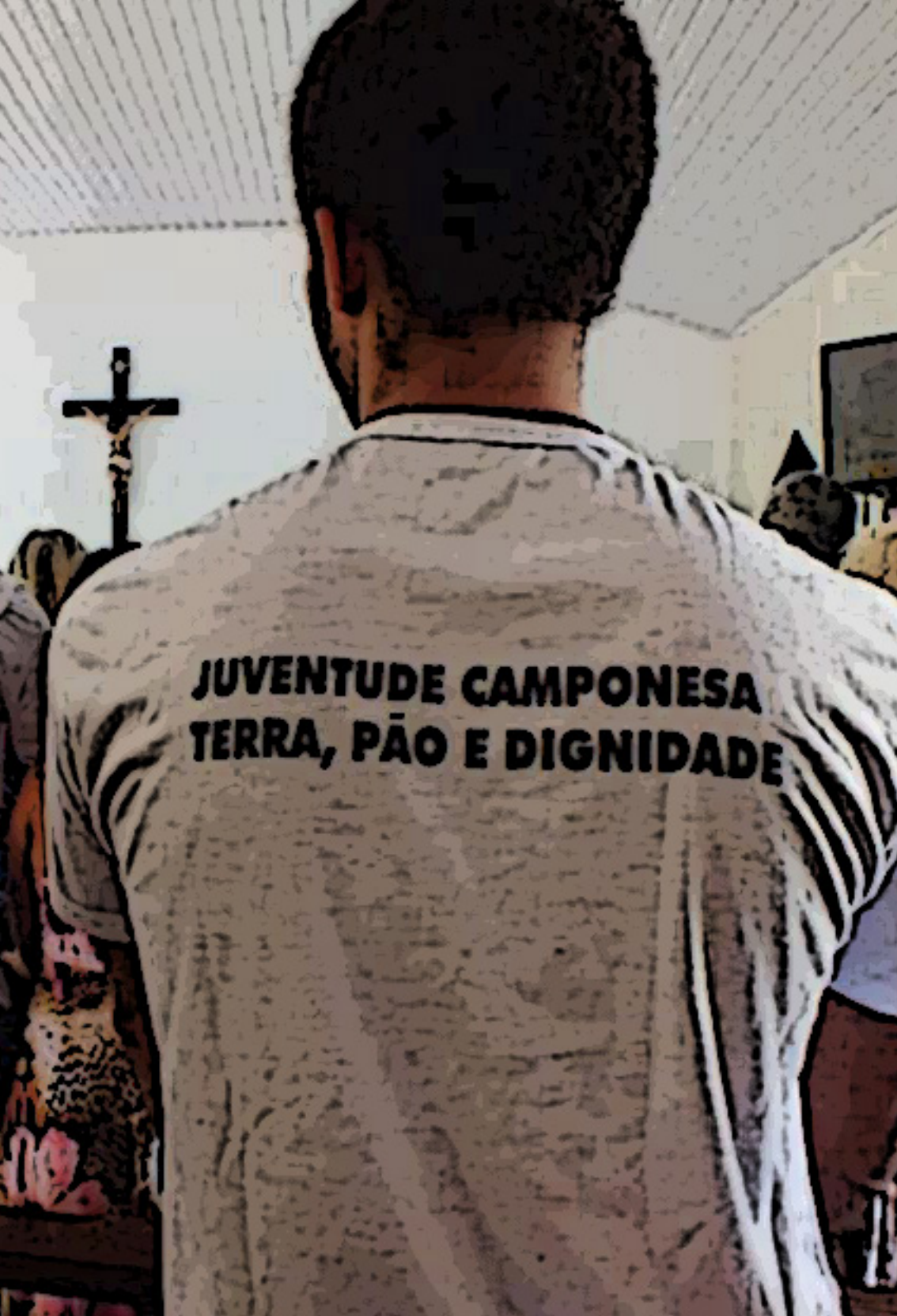
2008 – VIII Seminário Nacional: Formação – Três Passos – RS.
Celebração dos 25 anos da PJR
2009 – VI Assembleia Nacional – Catu – BA
2010 – IX Seminário nacional: Formação – Piúma – ES
2012 – X Seminário Nacional: Grupos de Produção e Resistência –
Espera Feliz – MG
2013 – VII Assembléia Nacional – Recife – PE + Curso Nacional de
Formação
2014 – III Congresso – Recife - PE

Conclusão

Paramos por aqui nesta tentativa de rabiscar a história da PJR. Ficou mais próximo de uma cronologia, trazendo elementos de seu contexto, do que de fato num texto histórico que busca analisar o significado de nossa contribuição no processo histórico, em vista da concretização na história de parte do Reinado de Deus.

Mas este material abre dois desafios. O primeiro é de que a PJR em cada estado, pelo menos, tente construir algo semelhante ou, quem sabe, melhor. O segundo é que, por se sentirem incomodados ou desafiados, este texto seja completado e se necessário corrigido, para finalmente ser possível escrever sobre a contribuição de parte da juventude camponesa, via PJR, na sua construção como sujeitos sociais e políticos, como protagonistas, de um campo com vida digna, ou melhor, com vida em plenitude.

Assim o processo de evangelização e de conscientização se misturam, como água e vinho, ajudando jovens que estão no campo a serem fermentos na massa, se construindo como militantes cristãos, discípulos missionários que se deixaram seduzir pelo evangelho, pelo jovem camponês de Nazaré, Cristo Jesus.

A photograph taken from behind a person with short, dark, curly hair. They are wearing a white t-shirt with a bold, black, sans-serif slogan printed on the back. The slogan reads "JUVENTUDE CAMPONESA" on the top line and "TERRA, PÃO E DIGNIDADE" on the bottom line. The person is standing in a room with a white, ribbed ceiling. In the background, a wooden crucifix is visible on the wall to the left, and a framed picture hangs on the wall to the right. The lighting is bright, and the overall scene suggests a public gathering or event.

**JUVENTUDE CAMPONESA
TERRA, PÃO E DIGNIDADE**